



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

LILIAN MARIA MOSER

**FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO MUNDO RURAL RONDONIENSE: A ORGANIZAÇÃO DOS
SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES DE OURO
PRETO D'OESTE - RO**

**BELÉM
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO**

LILIAN MARIA MOSER

**FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO MUNDO RURAL RONDONIENSE: A ORGANIZAÇÃO DOS
SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES DE OURO
PRETO D'OESTE - RO**

**Tese apresentada para obtenção do grau de
Doutor em Ciências: Desenvolvimento
Socioambiental.**

**Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis
Costa**

**BELÉM
2006**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M899f Moser, Lilian Maria
Formação de capital social e o ideário do desenvolvimento sustentável no mundo rural rondoniense : a organização dos sistemas alternativos de produção dos produtores de Ouro Preto D'Oeste - RO / Lilian Maria Moser. — 2006.
162 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

1. Amazônia. 2. Rondônia. 3. Desenvolvimento Sustentável.
4. Estado Autoritário. 5. Produção Agrícola. I. Título.

CDD 000

LILIAN MARIA MOSER

**FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E O IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO MUNDO RURAL RONDONIENSE: A ORGANIZAÇÃO DOS
SISTEMAS ALTERNATIVOS DE PRODUÇÃO DOS PRODUTORES DE OURO
PRETO D'OESTE - RO**

**Tese apresentada para obtenção do grau de
Doutor em Ciências:
Desenvolvimento Socioambiental.**

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
NAEA/UFPA, Orientador

Prof. Dra. Tereza Ximenes
NAEA/UFPA

Prof. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
NAEA/UFPA

Prof. Dr. Ene Glória da Silveira
Universidade Federal de Rondônia (UFRO)

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Aos meus pais
minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará.

Ao Prof. Dr. Armin Mathis, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo empenho incansável no decorrer do Curso.

À Profa. Dra. Teresa Ximenes e ao Prof. Dr. Luis Eduardo Aragon Vaca, Coordenadores durante o período de implantação do Curso de Doutorado Interinstitucional - NAEA/UFPA e UNIR-RO, pelo total empenho, dedicação e apoio.

Ao Prof. Francisco de Assis Costa, pelo acompanhamento e pelas contribuições durante todo o período do desenvolvimento da pesquisa e no processo construtivo da tese.

A todos os professores do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido que sempre deram apoio científico e também humano.

À toda a equipe do NAEA, professores, funcionários e amigos pela sua disponibilidade, principalmente Albano, Bernadete e Vanderlino, colega de doutorado.

Aos colegas do doutorado da UNIR, cujo caminho foi trilhado junto e em busca de uma maior compreensão do significado de *Desenvolvimento Sustentável* na Amazônia.

À Universidade Federal de Rondônia e ao Departamento de História pelo apoio e contribuição.

Aos agricultores, à diretoria e aos funcionários da Associação Alternativa de Produtores (APA) e outros colaboradores de municípios que sempre se disponibilizaram em contribuir com a pesquisa de campo e também em fornecer informações.

Às minhas filhas Beatriz e Carolina que mesmo nas minhas ausências sempre se mantiveram firmes e responsáveis na condução de suas vidas.

A todos os meus familiares, que juntos experienciaram o trabalho na agricultura e os valores sustentáveis contidos na pequena propriedade rural.

A todas as pessoas amigas que através de troca de ideias, de discussões proferidas, por gestos e palavras, por uma atitude de ajuda e apoio em várias tarefas, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais,
Gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar [...].
Nós honramos a Terra, como lar de todos os seres vivos [...].
Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para
permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio
ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais.
Em nossa inteira diversidade somos unidade.”
(Carta da Terra, 1992)

RESUMO

O trabalho objetiva analisar o contexto e a atuação da Associação Alternativa de Produtores (APA), organização criada em 1992 por um grupo de agricultores do município de Ouro Preto d' Oeste, no estado de Rondônia. Com o propósito de apoiar os projetos de vida das famílias associadas e que é pautada no ideário do desenvolvimento sustentável. A APA buscou superar a crise dos sistemas de corte e queima entre agricultores migrantes, os quais movidos pela política vigente na Região Amazônica nos anos de 1970 e 1980, implementou projetos de colonização e abriu fronteiras através da construção das rodovias que demandaram a Região. O trabalho reconstitui os fundamentos do ideário do desenvolvimento sustentável e o trajeto do projeto de desenvolvimento que levou aqueles produtores à Rondônia; caracteriza os problemas institucionais, ao lado dos limites de ordem técnica com os quais se defrontaram no exercício de uma agricultura pautada em moldes tradicionais; reconstitui as motivações e movimentos que levaram à formação da Associação, verificando em que medida os valores do civismo, da solidariedade e da cooperação com perspectivas de alcançar a eficiência econômica fundamentam as iniciativas. Por fim, analisa, a partir dos resultados de pesquisa primária, qual a correspondência entre os ideais que forjaram a constituição da Associação e a realidade de seus associados. Nesse momento se testa, comparando um grupo de associados com um grupo de não-associados da APA, se sua atuação converge com o ideal de sua fundação: se sua política se reflete em maior eficiência econômica, em maior esperança de sustentabilidade dos sistema produtivos geridos pelas famílias e em maior equidade entre elas.

Palavras-chave: Amazônia, Rondônia, Desenvolvimento Sustentável, Estado Autoritário, Produção Agrícola, Organização Social.

ABSTRACT

The work aims to analyze the context and the performance of the Associação Alternativa de Produtores (Alternative Association of Producers - APA), organization founded in 1992 for a group of farmers of the municipal district of Ouro Preto of West, in the state of Rondônia, Brazil. With the purpose of supporting the projects of life its associated families and led from the ideal of the sustainable development APA stressed itself to overcome the crisis of the shifting cultivation among the migrating farmers, the ones which moved in the seventies and eighties by governmental politics in the Amazon Area, that implemented colonization projects and opened new moving frontiers by the construction of highways. The work reconstitutes the fundamentals of the ideal of the sustainable development and the path of the development project that took those producers to Rondônia; it characterizes the institutional problems, beside the limits of technical nature with which they were confronted in the exercise of an agriculture of traditional feature; it reconstitutes also the motivations and movements that led to the foundation of the APA, verifying in what extension the values of civilism, solidarity and cooperation with perspectives of reaching the economic efficiency base the initiatives. Finally, analyze, starting from the results of primary research, if there is a correspondence among the ideals that forged the constitution of the Association and the reality its associates. In that moment it will be tested, comparing a group of associated with a group of not associated of APA, if its performance converges with the ideal of its foundation: if its politics is reflected in a larger economic efficiency, in a greater hope of sustainability of the productive systems managed by the families and, also, in a larger justness among them.

Key words: Amazon Region, Rondônia, Sustainable Development, Authoritarian State, Agriculture, Social Organization.

LISTA DE TABELAS

01	Tabela Nº 1 Número de Pessoas Entrevistas - por Sexo	20
02	Tabela Nº V.2 - Estimativa de Produção na Área de Influência - Nova União-RO, 1985	91
03	Tabela Nº V.3 - Produção de Arroz e o Valor Pago pela CIBRAZÉM e pelo Intermediário - 1984-1985	92
04	Tabela Nº VI.3 - Condição de Acesso a Terra e Média de Terra em Ha por Ano de Chegada - APA - 1975 a 2000	101
05	Tabela VI.4 - Produção de Culturas Permanentes na região do PIC Ouro Preto - 1970 a 1982	103
06	Tabela VI.5 - Produção de Culturas Temporárias na região do PIC Ouro Preto - 1970 a 1982	104
07	Tabela VI.6 - Resumo dos tipos de Cultura e Plantio em Ha por Ano de Chegada - 1972 a 2001, dos não-associados da APA e dos associados da APA	106
08	Tabela VI. 7 - Estrutura da Produção das Culturas Permanentes dos não-Associados da APA no ano de 2000	108
09	Tabela VI.8 - Estrutura da Produção das Culturas Permanentes dos Associados da APA no ano de 2000	109
10	Tabela VI.9 - Sistemas de Produção dos Associados da APA e não-Associados da APA	112
11	Tabela VII.10 - Para quem os produtos foram vendidos entre os Não-Associados da APA e Associados da APA no ano de 2001	131
12	Tabela VII.7 - Dias de Trabalho na comunidade por membro da família entre não-Associados da APA e associados da APA	133

LISTAS DE GRÁFICOS

01	Gráfico VI.1 - Ano de chegada dos Associados da APA	98
02	Gráfico VI.2 - Associados da APA por UF de Origem em %	99
03	Gráfico VI.3 - Não-Associados da APA por UF de Origem em %	99
04	Gráfico VI.4 - Condição de Acesso a Terra por Família dos Associados da APA por Ano de Chegada - 1975 a 2000	101
05	Gráfico VI.5 - Condição de Acesso a Terra por Família dos Não-Associados da APA por Ano de Chegada - 1975 a 2000	102
06	Gráfico VI.6 - Evolução dos tipos de cultura por ano de chegada (1971 a 2001) - Não-Associados da APA	104
07	Gráfico VI.7 - Evolução dos tipos de cultura por ano de chegada - 1972 a 2001 - Associados da APA	105
08	Gráfico VII.5 - Dias Trabalhados na Comunidade dos Não-Associados da APA e Associados no ano de 2000	132

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACARAM	Central de Associações de Ji-Paraná
AECA	Associação dos Produtores nos Assentamentos do MST
APA	Associação dos Produtores Alternativos
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETR	Coordenadoria Especial do Território de Rondônia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CEPA	Comissão de Planejamento Agrícola de Rondônia
CIBRAZÉM	Companhia Brasileira de Desenvolvimento da Amazônia
CMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSN	Conselho de Segurança Nacional
EFA	Escola Família Agrícola
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAS	Espaços de Negociação Ambiental
FASE	Federação de Órgão para Assistência Social e Educacional
FCO	Fundos Constitucionais do Centro Oeste
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FNE	Fundos Constitucionais do Norte
FNO	Fundos Constitucionais do Nordeste
FETAGRI	Federação dos Agricultores na Agricultura
FETAGRO	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAE	Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia
MA	Ministério da Agricultura

MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NUARES	Núcleos de Apoio de Desenvolvimento
PAD	Projeto Dirigido de Assentamento
PAIC/Planaflo	Programa de Iniciativa Privada/Planaflo
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PD/A	Projetos Demonstrativos Categoria A
PESACRE	Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PDRIS	Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado
PIN	Programa de Integração Nacional
PLANAFLORO	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROCERA	Programa de Apoio à Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar
PROTA	Programa Rondoniense de Tecnologias Apropriadas
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organização não-Governamentais
OMC	Organização Mundial do Comércio
RECA	Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado
SAFs	Sistemas Agroflorestais
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência da Política Agrária
SPVEA	Superintendência do Plano da Valorização da Amazônia
UDR	União Democrática Ruralista
UNCED	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I – A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
1.1 - Introdução	22
1.2 - História e Meio Ambiente	22
1.3 - Agenda 21 e Carta da Terra	24
1.4 - Desenvolvimento Sustentável	24
1.5 - Critérios de Sustentabilidade	26
1.6 - A Amazônia 21	28
1.7 - A Carta da Terra	29
1.8 - Agricultura, Agenda 21 e Carta da Terra	30
1.9 - Modelos para superar os impasses para o Desenvolvimento Sustentável	32
II – A INSUSTENTABILIDADE NO VALOR MERCANTIL DA TERRA E NA SUA MODERNIZAÇÃO	36
2.1 - Introdução	36
2.2 - A Transformação da Terra em Mercadoria	36
2.3 - A terra como “mercadoria” no período da colonização das Américas	38
2.4 - A Regularização das terras no Brasil	39
2.4.1 - A Terra em “Movimento” na República	39
2.5 - Aspectos da Modernização da Agricultura Brasileira	42
2.5.1 - Modernização da Agricultura no Séc. XX	45
2.5.1.1 <i>Apropriacionismo</i>	45
2.5.1.2 <i>Substitucionismo</i>	46
2.5.2 - A Modernização da Agricultura e o Interesse do Estado	47
III - TERRAS NA AMAZÔNIA E A CRISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	50
3.1 - Introdução	50
3.2 - A proposta de desenvolvimento na Amazônia	50
3.3 - Amazônia, região de Fronteira	52
3.4 - Estado homogêneo e hegemônico na <i>integração</i> da Amazônia	54
3.4.1 - A fronteira na Amazônia e a construção do mito	56
3.4.2 - Ação do Capitalismo Autoritário na implantação dos Planos de Desenvolvimento	57
3.5 - A “Modernização” na Amazônia através do Modelo Agrário	58
3.6 - A “Operação Amazônica”, reflexo da hegemonia	59
3.7 - Os Percalços do Banco Mundial na Amazônia	61
3.8 - A Produção de Fronteira na Zona Franca de Manaus, Símbolo da Urbanização	62
IV - A FRONTEIRA AGRÍCOLA EM RONDÔNIA	65
4.1 - Introdução	65
4.2 - “A Fronteira” de Rondônia em Movimento no Período Colonial	65
4.3 - Algumas Formas de Desenvolvimento no Território	66
4.3.1 - A Prosperidade da Economia da Borracha	68
4.3.2 - A Criação da Fronteira - Território Federal do Guaporé	68
4.3.3 - A Extração Mineral - Nova Atividade Econômica	69
4.4 - A Prática da Agricultura no Seringal	70
4.5 - As Primeiras Colônias Agrícolas no Território Federal de Rondônia	71
4.6 - A Terra transformada em “mercadoria” no Estado de Rondônia - sua situação fundiária	73
4.7 - A interferência das empresas privadas	76

4.8 - A busca pela “fronteira” como meio de vida	78
4.8.1 - A Demarcação das Terras pelo INCRA	80
4.9 - Os Investimentos em Infraestrutura na Década de 1980-1990	81
1 - POLONOROESTE/NUARES	81
2 - PLANAFLORO	82
4.10 - A Influência do Migrante na Construção de Rondônia	83
V - A AGRICULTURA EM CRISE NO ESTADO DE RONDÔNIA	86
5.1 - Introdução	86
5.2 - A Falta de Infraestrutura para o Produtor	86
1 - Desafios relacionados a fatores externos	87
2 - Aspectos socioculturais e políticos	88
3 - Situações ligadas à questão da propriedade	89
4 - Problemas relacionados ao conjunto familiar	90
5.3 - A Análise da CEPA a Respeito de Crise na Agricultura em Rondônia	90
5.4 - As Interfaces do Estado e do Produtor	94
VI - A APA DIANTE DO PARADOXO: CRISE E DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA	96
6.1 - Introdução	96
6.2 - Os Antecedentes: A Fundação de Cooperativas e Sindicatos nos PICs	96
6.3 - O Desafio dos Produtores do PIC Ouro Preto mediante a Crise	97
6.4 - Caracterização dos Associados da APA e Não-Associados da APA	98
6.4.1 - As diferentes formas de acesso à terra entre os associados da APA e não-associados da APA no período de 1972 a 2000	100
6.5 - Dinâmicas Diferenciadas de Implementação de Culturas Permanentes entre não-APA e APA nos anos de 1972 a 1990 e nos anos de 1991 a 2001	103
6.6 - Culturas Permanentes e sua maior representação e dinamismo no Valor Bruto de Produção entre os não-associados da APA e associados da APA no ano de 2000	107
6.7 - Sistema Produtivo dos Associados da APA e Seus Atributos Considerando o Ideário do Desenvolvimento Sustentável	110
VII - O CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE GRUPOS ALTERNATIVOS	117
7.1 - Introdução	117
7.2 - O Desafio do Capital Social no Processo de Desenvolvimento	117
7.2.1 - Capital Social na Sociedade Contemporânea	119
7.2.2 - A Experiência dos Migrantes Europeus no Séc. XIX no Brasil	121
7.2.3 - O Projeto RECA e sua Trajetória	122
7.2.4 - O Projeto <i>Terra sem Males</i>	126
7.3 - Aspectos da Experiência de Capital Social na APA	128
7.3.1 - Capital Social e Desenvolvimento Social e Econômico em Grupos Associados	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143
ANEXO ESTATÍSTICO	149

INTRODUÇÃO

Partimos do olhar da História, cujo objetivo consistiu em trabalhar interdisciplinarmente, analisando a realidade sócio-político-econômica e cultural, a qual o historiador não se fixa no passado, mas amplia sua análise, nela envolvendo temas atuais inseridos no processo histórico, como os relativos às propostas de desenvolvimento sustentável, sua concepção e limites nas políticas de desenvolvimento agrário.

Esse trabalho, para além de exigência de conclusão do curso de doutorado é o resultado de experiências de longos anos de convivência da autora com as populações tradicionais, entre grupos indígenas e seringueiros, bem como agricultores migrantes, nas suas diversas classes e categorias. Desde o final da década de 1970, acompanhamos a trajetória de sua chegada em Rondônia. Aliás, a convivência da autora com essa realidade tem relação com sua origem que se configura pela saga da agricultura familiar no sul do Brasil. Na sua própria trajetória vivenciou as interferências da modernização na agricultura, tanto da *revolução verde* bem como da *industrialização*.

Nessa tese, estudamos a trajetória de um pequeno grupo de agricultores situados no município de Ouro Preto d'Oeste, no estado de Rondônia, compilando dados primários, resultado da aplicação de um questionário próprio, que revela a coragem e o esforço daqueles.

Para muitos deles, a terra foi adquirida por diversos meios, através de compra, posse, herança e também pela distribuição das terras pelo INCRA. A partir dessa realidade iniciou-se um novo capítulo na história dessas famílias que, como tantas outras, influenciadas direta ou indiretamente pela política nacional, vieram à procura do sempre mencionado “sonho da terra” para reconstruir sua moradia e seu lugar de trabalho.

Ressaltamos, no período em estudo, a atuação do Estado autoritário movido, por necessidades próprias a um *capitalismo autoritário*. Por sua vez, a sociedade civil mobilizou-se, construindo organizações alternativas, formando associações, sindicatos, grupos culturais, étnicos e outros.

Nesse contexto, um pequeno grupo de agricultores formou no ano de 1992: a Associação Alternativa de Produtores - APA, objeto desse trabalho, tem o propósito de apoiar projetos de vida para as famílias associadas, baseado no ideário do desenvolvimento sustentável. A proposta encaminhada pela organização em tela seria pautada no ideário da sustentabilidade. Segundo Costa (2000), a perspectiva de desenvolvimento que adia três características:

- *eficiência econômica* que em meio a sociedade capitalista favoreça o crescimento sem degenerar o arsenal dos recursos naturais e nem a sociedade humana;
- *justiça social*, que consiste na erradicação da pobreza por meio de programas e projetos com base nas diretrizes do desenvolvimento sustentável e visa dispor de políticas públicas que contemplem os desafios para a vida dos segmentos sociais empobrecidos;
- *sustentabilidade ecológica*, para favorecer o prolongamento da vida do meio ambiente por meio da preservação e o uso racional dos recursos naturais para que as gerações vindouras tenham um futuro sustentável.

Segundo Putnam (2000), a organização social é uma das características da participação cívica, baseada na confiança e na solidariedade, com o objetivo da busca conjunta do bem comum. Para esse autor, o nível de organização é um indicador seguro para avaliar o grau de satisfação ou insatisfação social.

Orientados no que seriam nessa perspectiva os valores cívicos, fizemos os questionamentos-chave a respeito dos associados da APA:

- Há uma correlação entre o desenvolvimento econômico e os valores associativistas?
- O que aglutinou os produtores na formação da APA, foi o fator econômico ou o potencial cívico?
- No processo da história da APA em busca do desenvolvimento sustentável, verificamos diversos momentos de crises entre os associados, processo este no qual entrou em jogo o fator econômico. Qual a força motriz determinante para a crise e para a continuidade da associação?

Parece ser consenso entre os autores que o capital social se produz no regime capitalista que nega os valores humanos de participação, cooperação e solidariedade. Ele transforma o trabalho humano em mercadoria, a natureza com seus recursos naturais em matéria prima (BECKER, 2003. p. 85-121). O ser humano se torna valor de produção e não de cooperação. Por isso, vale indagar adicionalmente:

- Como os produtores associados da APA trabalharam a questão do valor de cooperação? Eles a valorizaram como base de eficiência? Ou, visto de outro modo, eles se tornaram mais eficientes com a cooperação?

Como falar em comunidade cívica na globalização se a cooperação se transforma num dos principais elementos da capacidade de competição das comunidades? Questiona Becker se os valores humanos nada mais servem a não ser somente para contribuir em gerar

capital financeiro. Pois, o “capital dirige a sociedade como se fosse um acessório” (POLANYI apud BECKER¹). Mediante tais dúvidas, cabe ainda a indagar:

- Qual a postura da APA em relação ao poder do Estado no que se refere ao modelo de agricultura a ser seguido?
- A APA apresenta potencial para implementar modelo alternativo, orientado para a sustentabilidade?
- As mudanças que os produtores da APA eventualmente conquistaram na implantação de uma agricultura alternativa traduziram-se em valores cívicos, cuja atuação produziu equidade entre os componentes do grupo?

A APA, com seus objetivos baseados na sustentabilidade, conquistou uma projeção nacional e internacional. Mediante este fato é pertinente arguir:

- Os fatores que determinaram a sua credibilidade podem levar a que ela seja replicada, imitada, seguida como orientadora de um modelo amplo de desenvolvimento sustentável?

Verificaremos no decorrer desse trabalho, as questões acima em dois momentos: o primeiro trata das questões relativas à atuação e trajetória institucional da Associação; o segundo trata da verificação das condições efetivas de funcionamento de suas propostas.

O trabalho foi permeado por alguns temas a ele transversais:

- **Agricultura familiar sustentável** - alvo de discussão na sociedade globalizada em que a economia predominante é baseada na agroexportação, marcada no Brasil pela grande propriedade e denominada por Veiga (1991), de patronal. A agricultura familiar vem enfrentando vários outros desafios como o avanço da técnica e da modernização, cujos modelos de cultivo foram baseados no sistema de monocultura e também continua a utilização de insumos químicos, originários da Revolução Verde. Ao lado disso, o processo da reforma agrária caminha a passos lentos e com resultados irrisórios para muitos produtores.

Os problemas na agricultura familiar são inúmeros e complexos. Weid (2002, p. 142) resume o elenco em quatro pontos: 1) a dívida social com os pequenos produtores rurais; 2) a marginalização dos pequenos produtores no acesso à tecnologia; 3) seu confinamento às piores terras e aos ecossistemas mais frágeis e instáveis, a insuficiência de terras férteis e 4) a subordinação ao setor comercial. Dentre desses, o mais grave é a falta de tecnologia adequada e sustentável.

Há, não obstante, na contramão do modelo incentivado pela política econômica oficial, limitações e desafios para uma agricultura ecologicamente equilibrada. Para driblar esse

¹ BECKER, D. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado? In: SOUZA CORREA. (Org.) Capital Social e Desenvolvimento Regional. p. 85-121.

contexto, pequenos grupos de camponeses adotaram o sistema alternativo, em que o cultivo foi sendo realizado sem a aplicação de produtos químicos. A prática da agricultura ecológica, comumente se realizou em pequenos grupos, através de sindicatos, associações ou também por grupos de famílias, parentes e amigos que em conjunto decidem cultivar nos padrões da sustentabilidade. O caso por nós estudado, a Associação Alternativa de Produtores - APA, abrange tais iniciativas.

- **Capital Social** - Base de discussão de vários cientistas sociais, como Coleman, Putnam, Kliksberg, Fukuyama e outros. Três fatores inter-relacionados substanciam a noção de Capital Social: *confiança, reciprocidade e participação cívica*. A confiança agiliza negócios e produz resultados rápidos, como também é mútua e por ela se estabelece uma entre-ajuda. O civismo com suas normas, remete à atuação em pequenos grupos organizados por categorias ou interesses onde se pratica a cooperação e se estabelecem as cadeias da reciprocidade. (D'ARAÚJO, 2003, p. 18-19).

No nosso estudo procuramos detectar os fundamentos de Capital Social através de dados quantitativos e qualitativos. O esforço é delimitar os elos que fazem a união e persistência do grupo.

- **Sociedade Civil e Sociedade Política** - As bases teóricas do Capital Social pressupõem uma discussão em torno das categorias – conceitos fundamentados em Gramsci e que oferecem subsídios para as questões de hegemonia – nas quais pequenas frações da sociedade (Sociedade Civil) se tornam hegemônicas em sua organização e o Estado (Sociedade Política), cuja ação é hegemônica, reflete-se pelo poder coercitivo. Gramsci compreende que a estrutura da sociedade é fortemente determinada por ideias e valores e sua estrutura não ocorre somente a partir do campo econômico, “a luta pela hegemonia também encerra em si um debate sobre cultura” (SIMIONATTO, 1998, p. 40-41).

Buscou-se em Gramsci, os pressupostos teóricos sobre o papel político do Estado na região Amazônica e em Rondônia, com análises centradas na sua atuação nas diversas esferas da sociedade.

Em Gramsci, a Sociedade Civil e a Sociedade Política atuam dialeticamente, não na perspectiva da luta de classes de Marx, mas nas contradições em que a Sociedade Civil busca sua hegemonia e a conquista da autonomia, findando por constituir o estado ampliado. (CARNOY, 1984, p. 102-104).

Da interação dessas categorias definiu-se o quadro teórico, do estudo em questão. A expectativa consistiu no estabelecimento de vínculos entre o Estado e a reação da sociedade civil na procura por novas possibilidades de atuação a partir de sua organização. As perspectivas

oferecidas pelo ideário do Desenvolvimento Sustentável são compatíveis com vias efetivas de desenvolvimento e melhoria das condições de vida e trabalho da agricultura familiar. A agricultura familiar sustentável constitui assim, a base da realização das necessidades básicas de vida, organizando os esforços onde se estabelecem as relações sociais, econômicas e culturais para um novo devir.

Parâmetros do Questionário da APA²

A pesquisa buscou elementos para tratar os temas acima. Para cada tema elegem-se variáveis significativas. Assim, levantaram-se dados para:

- a) Desenvolvimento Humano
 - Diversidade cultural
 - Nível de escolaridade
- b) Participação em Organizações Sociais
 - Sindicato
 - Associação
- c) Estrutura do Estabelecimento
 - Escola
 - Posto de Saúde
 - Estradas
 - Distância do município de Ouro Preto
- d) Produção
 - Renda por família da terra
 - Renda pelas vendas
- e) Recursos naturais
 - Terras disponíveis
 - Floresta/capoeira
 - Cultura Temporária
 - Cultura Permanente
 - Pastagem

² O questionário foi elaborado pelo Grupo de Pesquisa Agricultura e Desenvolvimento Sustentável do NAEA, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Costa, baseado nos parâmetros da sustentabilidade, cujos indicadores consistem em analisar o perfil socioeconômico dos *produtores associados da APA e Não-associados da APA*.

Os formulários anexos permitiram as informações dos dados articulados com os temas e suas divisões e subdivisões. Com eles se procurou indicar os desafios, conquistas, bem como apontar para cada grande tema um nível de complexidade própria derivada do período histórico e dos diversos fatores nele envolvidos.

Os dados quantitativos, articulados com o período histórico, consistiram em apresentar o grau de indicação quanto à sustentabilidade ou insustentabilidade da estratégia assumida, permitindo interferências sem efeito na renda, na integridade do trabalho e na capacidade de mudança e evolução adaptativas.

Base Metodológica utilizada na pesquisa com a APA

Para os propósitos mencionados, nosso estudo observou de perto a organização alternativa dos produtores da Associação dos Produtores Alternativos – APA, de Ouro Preto d'Oeste, pois trata-se de organização que vem, de acordo com seu Estatuto e o discurso de seus dirigentes e membros associados, balizando atividades por princípios do desenvolvimento sustentável.

Para levantamento de dados sobre os associados e suas condições foi utilizado o formulário desenvolvido pelo Grupo Agricultura e Desenvolvimento Sustentável, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFGA, intitulado *Perfil socioeconômico dos Produtores da Área de Atuação da Associação dos Produtores Alternativos - APA*.³

O questionário foi aplicado entre novembro e dezembro de 2001 e consistiu em duas etapas distintas: primeiramente, o Grupo Agricultura e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Rondônia, composto por onze pessoas, entre alunos e professores, estudou e se preparou teórica e metodologicamente sob a coordenação do Prof. Dr. Francisco de Assis Costa; em seguida, esse grupo de pesquisadores se deslocou para o município de Ouro Preto d'Oeste e seus arredores onde permaneceu um dia em cada localidade em convivência com os produtores. Antes de aplicar o questionário composto de quatorze páginas, o grupo de produtores, distribuídos entre associados e não associados da APA, foi reunido no Centro Comunitário da Igreja para discutir sobre o tema da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. O Prof. Dr. Francisco de Assis Costa fez uma breve explanação que resultou num debate entre os produtores e o grupo de pesquisadores, cuja discussão centralizou-se nas questões das realidades local e regional.

³ Ver formulário anexo.

Para a realização de nosso trabalho, foram realizadas reuniões (no Centro Comunitário da Linha ou na Comunidade da Igreja Católica) em que o Prof. Francisco de Assis Costa iniciou um diálogo com os produtores sobre a temática de Desenvolvimento Sustentável.

Foram aplicados, conforme tabela abaixo, 77 questionários em três comunidades diferentes, para associados e não associados da APA do período dos anos de 1970 a 2000:

- Comunidade do Mari: local onde se iniciou a colonização de Rondônia pelo PIC Ouro Preto, na década de 1970, e surgiu a articulação para a formação da associação da APA. Nessa comunidade voltamos novamente em dezembro pelo fato de não haver *quorum* de produtores para a realização da pesquisa na primeira reunião. Esse fato nos questionou uma vez que a diretoria estava com a responsabilidade de organizar o referido evento.
- Comunidade de Mirante da Serra: colonização iniciada nos meados dos anos de 1980 a 1990.
- Assentamento Palmares e Margarida Alves: realizado na média de cinco anos.

Tabela Nº 1 - Número de Pessoas Entrevistadas - por Sexo

Número de Pessoas Entrevistadas - por Sexo			
Sexo	Não Associados da APA	Associados da APA	Total
F	5	3	8
M	48	21	69
Total	53	24	77

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Os resultados destes questionários formaram um banco de dados constituindo-se a base de análise empírica. Fez-se uma comparação entre os dois grupos, um de associados da APA e outro de não associados, pondo em relevo aspectos socioeconômicos, produção e eficiência econômica. Essa etapa tem sua própria subdivisão: no primeiro momento, os dados colhidos no campo foram digitados por uma equipe do NAEA, formando assim o Banco de Dados. O seguinte passo consistiu em tabular, cruzar, interpretar e analisar os dados, vinculados às questões pertinentes à pesquisa.

Mediante o resultado dos dados, foi realizada uma análise comparativa quantitativa das performances sociopolítica e econômica de cada estabelecimento, atentando às diferenças

dos associados e pré-associados, demonstrando a eficiência social, econômica, política e ecológica.

Organização dos capítulos:

O trabalho, uma vez elaborado, foi organizado da seguinte forma:

- Capítulo 1 - constrói o universo da sustentabilidade, referenciando-se ao conceito do desenvolvimento sustentável;
- Capítulo 2 - tece uma discussão a respeito da terra e a política desenvolvida enquadrando-a no valor de mercadoria e sua acelerada modernização, através dos períodos históricos;
- Capítulo 3 - refere-se ao desenvolvimento proposto para a Amazônia, considerada como região de fronteira, em que o estado sob o capitalismo autoritário atua com uma política desenvolvimentista e modernizante;
- Capítulo 4 - relata as primeiras colônias agrícolas e fronteiras estabelecidas e implementadas em Rondônia na década de 1970, historizando o contexto social, político, econômico e cultural de Rondônia, bem como analisa as políticas implementadas pelo Estado;
- Capítulo 5 - relata e analisa sobre a crise da agricultura que foi se estabelecendo em Rondônia, a partir da década de oitenta no processo histórico da migração;
- Capítulo 6 - relata a história da criação do PIC - OPO, a trajetória da formação da APA, referindo-se ao reordenamento de sua unidade produtiva, demonstra e analisa (a partir do banco de dados construído pela pesquisa de campo realizada no ano de 2001) os sistemas produtivos dos associados da APA e dos não associados da APA.
- Capítulo 7 - tece experiências de capital social em alguns grupos e, principalmente, sobre a presença das características do capital social presentes no processo histórico da APA.

I - A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 - Introdução

Compreender situações de mudança sob o enfoque do desenvolvimento sustentável significa analisar, se no processo de mudança – no que se refere à exploração dos recursos e dinâmica de investimento – as inovações tecnológicas e institucionais necessárias são feitas de forma consistente de acordo com as perspectivas atuais e futuras.

A questão central reside, no que se refere à problemática do *desenvolvimento sustentável*, em colocar em equilíbrio as necessidades atuais articuladas com as do futuro e os fundamentos naturais pressupostos para tanto.

1.2 - História e Meio Ambiente

Meio ambiente, ecologia, agricultura e desenvolvimento sustentável. Estes são temas só articuláveis pela interdisciplinaridade, exercitada pela história, pela geografia humana e pelas ciências sociais. O historiador procura explicar as mudanças sociais que o homem e os grupos sociais operam localizados em um espaço, tempo e lugar; o geógrafo estuda as relações que o homem estabelece com o seu meio físico e o cientista social procura identificar o conjunto de meios e estratégias que o homem ou grupos sociais aplicam ou podem aplicar para que sua vida adquira qualidade e sustentabilidade.

A agricultura como processo produtivo engloba a combinação direta do ambiente natural com forças produtivas, fazendo emergir culturas propriamente desenvolvidas.

Na opinião Linhares (1994, p. 168-170), se a tecnologia aplicada à terra está condicionada a um contexto socioeconômico, qualquer alteração nos fatores da produção agrícola produzirá efeitos, de maior ou menor importância ou profundidade, dependendo das relações sociais que regem tais relações. Por outro lado, uma modificação em um dos fatores pode acarretar resultados imprevisíveis a médio prazo e a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras, em processo de ocupação extensiva do solo, com o avanço da “fronteira agrícola”, ou, ainda a uma combinação dos dois processos.

As discussões sobre o desenvolvimento agrícola associadas a preocupações ecológicas, bem como o cuidado com o meio ambiente, já vêm sendo conduzidas desde 1972,

em Estocolmo, com a Conferência das Nações Unidas sobre o *Meio Ambiente Humano*, cuja *segurança ecológica* passou a ocupar o quarto lugar no conjunto das prioridades das Nações Unidas. Até então, a discussão do crescimento econômico estava desvinculada do meio ambiente, corroborando com os modelos tradicionais de desenvolvimento que poderiam esgotar os recursos naturais, até o ponto de pôr em risco a vida de todo o planeta (GADOTTI, 2002).

Nessa mesma época foi publicado o estudo do Clube de Roma intitulado *Os Limites do Crescimento*, cujo teor centrava-se no *Ambiente Humano*. Conhecida também como *Declaração de Estocolmo*, defendia o direito fundamental “à vida num ambiente sadio e não degradado” (GADOTTI, 2002, p. 15).

Tais movimentos de ideias foram acompanhados pela preocupação do historiador em ampliar a pesquisa histórica, relacionando-a aos aspectos ambientais. Em particular, a história social vem dando importância aos saberes e culturas variados, que criam, recriam e transformam (com a utilização da tecnologia) aspectos da natureza nas suas mais diversas esferas. Nessa preocupação se enquadra a agricultura, cuja evolução e o próprio avanço da humanidade constitui a principal fonte de sobrevivência.

Nas décadas de 1930 a 1940, a historiografia expandiu-se consideravelmente nessa direção, destacando-se Labrousse, Baerhel, Vila, Duby (DOUSSE, 1990). Segundo Vilar (1988), é mister no trabalho do historiador, a observação geográfica e das sociedades agrárias. Mas ele deve, sobretudo, perceber as discontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socioeconômicos maiores e mais complexos. Seguindo o que propõe a Nova História (LE GOFF, 1994; BLOCH, 1984; FEBVRE, 1985)⁴, à pesquisa historiográfica interessam não somente os fatos históricos, importa se debruçar também sobre o contexto das atividades humanas contemporâneas, relacionadas a um passado que precisa ser reconstruído e identificado, para dar a ele novos significados (LE GOFF, 1994, p. 20). Nessa perspectiva se incorporará a discussão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A história, nesse esforço, se colocará, não como um juiz a julgar os sujeitos e objetos que causaram a degradação ambiental, mas buscará na interdisciplinaridade, com auxílio de “outras ciências”, observar como o passado condicionou as posturas presentes nessa questão e como as atitudes hodiernas orientarão, historicamente, a conformação do devir, estabelecendo um diálogo entre sociedade-natureza (LEFF, 2001).

⁴ Le Goff, Jacques, Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929, lançaram a Revista dos *Annales*, iniciando uma nova discussão histórica, onde combatem a história factual, e dão ênfase à interdisciplinaridade.

1.3 - Agenda 21 e Carta da Terra

Desde 1980, após o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ter publicado o documento intitulado “Uma estratégia mundial para a conservação”, em que criticava o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, vem se construindo o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), conhecida como “Comissão de Brundtland” ou o “Nosso Futuro Comum”, recomendou a formulação de um novo documento como uma declaração universal enfatizando a proteção ambiental e a adoção de princípios para um novo tipo de desenvolvimento sustentável (GADOTTI, 2002, p. 20).

Esse relatório enfatizou criticamente a incompatibilidade crônica entre um desenvolvimento que se pretende sustentável e os padrões de consumo cristalizados nas populações e amparados pelo modelo de consumo capitalista. Adicionalmente, define *desenvolvimento sustentável* como sendo aquele que *atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades* (CMMAD, 1991. p. 46), estando aí implícitos uma gama de valores éticos, de compromisso e de responsabilidade social.

1.4 - Desenvolvimento Sustentável

O conceito desenvolvimento sustentável se transformou numa bandeira inovadora e penetrou nos meios acadêmicos e técnicos, nos discursos políticos e nas preocupações empresariais, passando a constituir um importante referencial para as estratégias de desenvolvimento do futuro.

A concepção, por outra parte, converge com transformações socioeconômicas e coincide com as novas contribuições teóricas e técnicas no terreno do planejamento estratégico e com a percepção do planejamento como um processo essencialmente político. Segundo relatório do IICA (1992), a crise do planejamento governamental na América Latina resulta de um conjunto complexo de razões, entre elas o imediatismo e a própria degradação⁵, este último um processo que ocorre paradoxalmente (CARNOY, 2000). Ao mesmo tempo em que se

⁵ Para o IICA, “degradação do Estado” entende-se como inoperante. Na nossa pesquisa abordaremos a discussão de Gramsci (CARNOY, 2000), de *Estado Hegemônico*, e de Otávio G. Velho (1974), da influência do *Capitalismo Autoritário*.

repensa o planejamento, se desenvolvem novos e poderosos instrumentos técnicos de formulação e implementação de planos e estratégias de desenvolvimento.

Para o IICA (1992), trata-se de um processo endógeno que se realiza em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população, satisfazendo suas necessidades para as gerações do presente e do futuro. Representa, assim, uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilidade das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para constituir um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento da economia local aumenta a renda e as formas de riqueza, e sua internalização local fortalece a capacidade de investimento e gastos das instituições públicas e, ao mesmo tempo, assegura a conservação dos recursos naturais.

O Relatório da Comissão para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), analisado por Carvalho (1994), define o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades humanas.

Viederman (1992, p. 1), ao discutir o tema *sociedade sustentável*, sugere a seguinte definição:

Uma sociedade sustentável é aquela que assegura a saúde e a vitalidade da vida e cultura humanas e do capital natural, para a presente e futuras gerações. Tais sociedades devem parar as atividades que servem para destruir a vida e cultura humanas e o capital natural, e encorajar aquelas atividades que servem para conservar o que existe, recuperar o que foi destruído, e prevenir futuros danos.

Para Constanza (1991, p. 1), *sociedade sustentável* significa:

A relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças mais vagarosas, na qual: a) vida humana possa continuar indefinidamente, b) individualidades humanas possam florescer, c) cultura humana possa desenvolver, d) efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Nas várias definições sobre *sustentabilidade*, deparamo-nos com algumas categorias e noções que são comuns e que se correlacionam. Também são recorrentes as referências às *dimensões ecológica, econômica e social*, como condutoras de contradições em relação ao capital nacional e internacional. A concepção de Constanza (1991), por exemplo, que propõe como condição mínima necessária de sustentabilidade a manutenção de estoque

total de capital natural igual ou acima do nível corrente, entra em contradição com o capital nacional e internacional devido aos seus interesses com os recursos naturais que constituem fontes de insumos.

Carvalho (1994, p. 366), por seu turno, chama a atenção para a amplitude e complexidade da questão da sustentabilidade, apontando propriamente, para o fato de que a noção de sustentabilidade é adaptável, tendo se ajustado ao capitalismo autoritário que impõe padrões e modelos de desenvolvimento no contexto da globalização.

Idealmente, Sachs (2002, p. 52-53), em seu trabalho *Caminhos para o desenvolvimento sustentável* afirma que é necessário proporcionar um crescimento além do econômico, de modo que o desenvolvimento tenha critérios de equilíbrio, segurança e autonomia.⁶

1.5 - Critérios de Sustentabilidade

Sachs (2002, p. 85-88) insiste na premência de empenho normativo a partir da ideia-força do desenvolvimento sustentável acrescentando mais duas dimensões de sustentabilidade. As metas apontadas nessa perspectiva seriam para o autor:

- construir uma *civilização* com maior equidade na distribuição de renda e de bens, articulada na alocação e no gerenciamento dos recursos, com um fluxo constante de investimentos públicos e privados, avaliados em termos macro-sociais;
- alcançar a *sustentabilidade ecológica*, através da ampliação da capacidade de carga do planeta, por meio da limitação dos recursos não renováveis, intensificando a pesquisa em ciência e tecnologia para criar uma cultura de poluir menos e obter maior eficiência na proteção ambiental;
- implementar a *sustentabilidade espacial* baseada nos pressupostos de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;
- objetivar a sustentabilidade cultural que inclui a busca de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, compreendendo as mudanças culturais nela ocorridas, apontando para o equilíbrio entre respeito à tradição e inovação *e que*

⁶ Para Sachs (IGNACY, 2002, p. 86), o desenvolvimento econômico tem os seguintes critérios de sustentabilidade: desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.

traduzem o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área;

- e poderíamos acrescentar que é preciso apreender com as populações dos ecossistemas peculiares como explorar recursos com baixo índice de destruição ambiental.

Interessante notar que o referido autor considera o conceito de sustentabilidade ampliado porque pressupõe uma articulação entre as dimensões e os objetivos do ecodesenvolvimento, na busca por um modelo de desenvolvimento que conjugue *eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social*. Tendo em vista o descaso com os referenciais da Comissão Brundtland, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD/UNCED), em 1992, realizada no Rio de Janeiro, denominada também de Eco-92, fez um “balanço” da ordem mundial, produzindo em torno dele um documento norteador para a *Agenda 21* cujos principais objetivos se delineiam em:

- Promover padrões de consumo e produção que reduzem as pressões ambientais e atendem às necessidades básicas da humanidade;
- Desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e implementar padrões de consumo mais sustentáveis (BORN, 2002).

Levando longe o ideal do desenvolvimento sustentável, Sachs o vê como desejo de segmentos sociais na América Latina que se concretizará se for concebido como um processo de profundas mudanças na ordem política, social, econômica, institucional e tecnológica, bem como nas relações com as nações mais ricas, a fim de reafirmar o controle sobre o uso dos recursos naturais e o meio ambiente. Tal postura significa encontrar alternativa de desenvolvimento no sentido de:

- a) Erradicar a pobreza através do uso sustentado dos recursos naturais, do zoneamento agroecológico e desenvolvimento tecnológico compatível com a realidade social e natural;
- b) Usar uma nova estratégia econômico-social que conduza à organização e mobilização da sociedade;
- c) Construir um ambiente institucional para a identificação das verdadeiras causas dos problemas, a formulação e a viabilização das soluções dos consensos necessários.

Como um processo de elevação do nível geral de riqueza e da qualidade de vida da população local, que compatibiliza a eficiência econômica, a equidade social e a manutenção dos estoques de capital natural (IICA, 1992), o desenvolvimento sustentável faz-se a partir da perspectiva de sustentabilidade econômica tal que interfere negativamente na sustentabilidade

ecológica com os modos de agir, próprios da sociedade orientada ao lucro (MENDES e SACHS, 1997, p. 133-143).

1.6 - A Amazônia 21

A Amazônia entra como um capítulo particular dessa discussão geral. Hurtienne (1994, p. 155-158) analisa o significado da Amazônia para a sociedade global a partir daí, e tece uma análise abordando os diversos significados agrupados em duas dimensões opostas à *econômica e à ecológica*. Na dimensão econômica, há um *espaço* econômico com possibilidade de acumular capital e *uma possibilidade real de co-evolução entre ecossistemas e sistemas sociais*.

O autor se referia ao abismo e as contradições que se teciam entre o modelo de desenvolvimento implantado na Amazônia com o ideal da sustentabilidade, porque as consequências do desenvolvimento implantado, balizado pela globalização, estavam num processo degradante, no que tange ao equilíbrio ecológico, à racionalidade de uso dos recursos naturais, ao respeito às culturas tradicionais, à justiça social e à equidade econômica.

A realidade a que Hurtienne se refere nos anos de 1990, foi apresentada em meados dos anos de 1980, no Seminário sobre Amazônia, (CIMI/CEDI/IBASE, 1986) realizado em Brasília, organizado pelo Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, com a participação de representantes do Movimento Indígena, líderes de igrejas e missionários, onde foram elencados os “grandes temas” que se reportavam ao modelo de desenvolvimento implantado pelo Governo Federal:

- grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia: 1º Plano de Desenvolvimento, programa energético, hidrelétricas, Projeto Carajás, Polonoroeste;
- estrutura fundiária, colonização, empresas agropecuárias, conflitos de terra;
- projetos das empresas mineradoras multinacionais;
- bancos multilaterais e grandes projetos de desenvolvimento;
- projetos extrativistas.

Hurtienne, (id. ib. p. 158), afirma que devido ao modelo econômico modernizador, a Amazônia revela uma crise em um conjunto de interfaces: nela se revela a impossibilidade de combinar uma transformação dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável economicamente, restando aparentemente só a visão de que

[...] a Amazônia como reserva biológica, isto é, até certo ponto, o interesse do governo alemão, dos americanos, das agências internacionais de um modo

geral, que depois de muitas tentativas de tomar a Amazônia como última fronteira, hoje em dia não a veem mais como última fronteira, mas como uma das últimas reservas biológicas [...]

Trata-se na sua perspectiva, de uma visão unilateral, posição de “defesa” e “interesse” da sociedade global de preservar a Floresta Amazônica, porque a Amazônia não foi concebida e valorizada no seu contexto de biodiversidade e como sacrário de riquezas naturais, mas sim como unidade que hoje se esfacela.

A proposta da Agenda 21 (MENDES e SACHS, 1997, p. 143-146) para a Amazônia objetiva reverter o processo de degradação que consiste na implantação de inúmeros projetos com estritos objetivos econômicos, de exploração e de *retalhamento*⁷ da fronteira nas diversas esferas, tudo corroborando pelas políticas públicas.

O objetivo primeiro da Agenda local, é redimensionar o significado da Amazônia em seu contexto de riquezas naturais e riquezas culturais e assim valorizá-los em sua complexidade, de forma que a sustentabilidade não seja apenas um programa e um objetivo a ser atingido (PROOPS, FABER, MANSTETTEN e JÖST, 1997, p. 104), mas um processo contínuo em que políticas públicas, projetos e outras inovações convirjam para um desenvolvimento sustentável, essência de uma sociedade sustentável.

1.7 - A Carta da Terra

A Carta da Terra (GADOTTI, 2002, p. 19-30), resulta da Eco 92 ou Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no período de 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Também denominada “Cúpula da Terra”, representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, em que diversos temas foram discutidos, desde o arsenal nuclear até a questão de discriminação e do racismo. Nela foi elaborada a Agenda Ambiental, denominada Agenda 21.

Paralelo a essa Conferência, patrocinada pela ONU, ocorreu o Fórum Global 92, promovido pelas entidades da sociedade civil. Participaram do Fórum mais de 10.000 representantes de organizações não-governamentais (ONGs) do mundo, cujo evento englobou, entre outros, encontros de mulheres, crianças, jovens e índios.

No teor desse Fórum foi elaborada a primeira minuta da “Carta da Terra” que conclamava a todos os participantes se voltarem ao conjunto das necessidades básicas de

⁷ *Retalhamento* no sentido das disputas pelas riquezas naturais e o espaço entendido como “última fronteira” a ser conquistada e dividida.

sobrevivência. Após cinco anos da Eco 92, a Rio+5, um novo fórum de organizações governamentais e não governamentais avaliou os tratados assinados no Fórum de 92, onde concluíram os progressos, limites e desafios da Agenda 21 e na ocasião foi aprovada uma nova redação da Carta da Terra.

Segundo Gadotti (2002, p. 26), a Carta da Terra foi elaborada devido à complexidade da problemática que o modelo de desenvolvimento vem operando deixando rastros “sem volta” de degradação, alterando o *habitat* das populações tradicionais e a vida das populações da área rural.

Fundamentar-se-ia, nessa perspectiva, na ética, inspirando-se em uma variedade de fontes de cunho científico, religioso, filosófico e literárias para contemplar a problemática de todos os povos e representar um processo de aprendizagem local, regional, nacional e internacional conectadas a uma visão de futuro, onde novas relações são estabelecidas entre os seres humanos e o Planeta Terra.

Assim observada, a Carta da Terra, constituiria um código de ética global por um desenvolvimento sustentável, tendo por objetivo mudar atitudes, valores e estilos de vida, envolvendo assim, três princípios interdependentes: “[...] os valores que regem a vida dos indivíduos, a comunidade de interesses entre Estados e a definição dos princípios de um desenvolvimento sustentável” (GADOTTI, 2002, p. 27).

1.8 - Agricultura, Agenda 21 e Carta da Terra

Ao lado de um movimento de ideais mais gerais, em que se delineia uma filosofia do ecodesenvolvimento e de oportunidades institucionais de corte mundial, se desenvolveram discussões específicas em relação a temáticas sensíveis, como o padrão de desenvolvimento da agricultura.

Leroy (2002, p. 115-132) afirma que, a partir da década de 1990, a agricultura familiar tende a diminuir a produção para o autoconsumo e passa a sobre-explorar as suas terras, o que leva à redução da fertilidade e da produtividade do trabalho que, nessa trajetória, “perde” um contingente significativo de suas terras e migra para a cidade transformando-se em desempregados ou subempregos, ou são empregados nas fazendas por serviços temporários, ou encaminham-se para o sistema de meeiros, criando assim uma população empobrecida e *marginal*.

Todavia, a agricultura capitalista experimenta forte concorrência entre os países do norte e do sul, forçando a um processo de tecnificação, uso de matrizes e sementes, insumos e

mecanização, mediante a atribuição de subsídios da tecnologia de ponta nos países do sul, a abertura de novas fronteiras agrícolas e a intensificação do uso do solo, fatores causadores de graves consequências para o meio ambiente (LEROY, id. ib., p. 116).

É como *locus* de uma crise que a agricultura ocupa o segundo lugar na discussão da Eco 92. Diagnóstico amplamente aceito, formulado à respeito por Leroy, realçando os seguintes pontos:

O uso intensivo de energia na agricultura produtivista; extensão das terras cultiváveis para terras frágeis e/ou importantes para a preservação; empobrecimento dos solos e erosão; assoreamento de rios, lagos e mares; poluição dos solos, das águas de superfície, dos aquíferos e dos alimentos; impacto sobre a saúde dos trabalhadores, das suas famílias e dos consumidores, devido ao uso intensivo dos defensivos que dobrou de 90 a 97; diminuição da biodiversidade; aumento da desertificação; e diminuição da qualidade nutricional dos alimentos.

A conclusão geral é que esse conjunto de fatores colocou em risco a segurança alimentar e provocou o aumento da pobreza. Em perspectiva, indicava-se, em 1995, que as reservas globais de grãos caíam aos níveis mais baixos de todos os tempos. Na verdade, no final de 1996, os estoques haviam descido para 231 milhões de toneladas, quantidade suficiente para alimentar o mundo por apenas 48 dias. Entre 1992 e 1996 se verificou escassez e aumento de preços principalmente para os grãos. Em consequência apontava-se para que menos pessoas podiam se alimentar adequadamente, haja visto que os países mais pobres não teriam condições para comprar os grãos cada vez mais escassos; a exemplo dramático seria o da África (GOODLAND, 1997, p. 273).

A modernização na agricultura sob a égide do capitalismo modificou a estrutura fundiária, o modelo de cultivar a terra, bem como os hábitos alimentares e de consumo, caminhando assim, progressivamente, para a destruição da possibilidade de vida sustentável.

A Agenda 21, no capítulo 14, intitulado “Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, tenta dar uma resposta às preocupações com a questão da sustentabilidade da agricultura e apresenta as estratégias desse desenvolvimento definidos como: “a reforma da política agrária, a reforma agrária, a participação, a diversidade dos rendimentos, a conservação da terra e um melhor manejo dos insumos” (LEROY, 2002, p. 119-120).

Em 2001, na 4ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio - OMC, realizada em Doha, Qatar e os países em desenvolvimento em conjunto com as ONGs, apresentaram uma proposta em relação à agricultura, contrapondo o *Acordo sobre Agricultura* realizado em 1994, no Uruguai, quando foi criada a OMC, cujo acordo visava uma agricultura unicamente pela “ótica da liberalização comercial”, cujas regras impostas pelos Estados Unidos

e pela União Europeia asseguravam a proteção das suas agriculturas ao mesmo tempo que exigiam a liberalização do comércio pelos países em desenvolvimento (LEROY, id. ib).

A “reforma” apresentada pela OMC em conjunto com as ONGs pauta as questões fundamentais para resgatar a agricultura produtivista, centralizada na agricultura familiar, para reduzir a pobreza, manter a segurança alimentar e preservar o meio ambiente, sem enfatizar a exportação, consistindo na: proteção dos agricultores mais pobres e dos surtos de importação de produtos alimentares baratos e subsidiados; proteção e fortalecimento na produção dos alimentos básicos pelos países em desenvolvimento; manutenção e ampliação de empregos existentes e as oportunidades de melhoria das condições de vida no âmbito rural e promover um melhor escoamento da produção excedente do país.

1.9 - Modelos para superar os impasses para o Desenvolvimento Sustentável

Entre as várias perspectivas e pilares de apoio ao processo de construção do ideal do desenvolvimento sustentável, destaca-se, pela sua orientação à prática, a elaboração de métodos e técnicas de pesquisas. Leis (1997, p. 245), por exemplo, aponta várias estratégias de ação política para superar os impasses dos atuais problemas ecológicos e ambientais. Destaca o seguinte:

- A interdisciplinaridade como meio de análise e de construção de hipóteses, pois traz em seu bojo questões metodológicas quanto epistemológicas.
- A criação de um espaço democrático de discussão entre sociedade política e sociedade civil para superar o “velho” reducionismo técnico.
- O cientista deve perder o monopólio de “exclusividade” para analisar os diversos problemas ecológicos atuais, devido a sua complexidade em que se faz necessário “a aliança entre ciência e política”, e que a ciência possa dialogar com os diversos conhecimentos. A ciência na atualidade não pode ser mais concebida de forma positivista onde se buscava comprovar verdade. Os problemas ambientais atuais pela sua hipercomplexidade devem ser analisados na dialética que problematiza, constrói hipóteses e apresenta pistas de soluções num grande leque temático.
- Ao Estado são atribuídos diversos poderes com objetivos de resolver problemas da sociedade civil. Sua função tornou-se técnica. Todavia, quando se trata dos problemas relacionados ao meio ambiente, o reducionismo técnico esquece que as políticas ambientais supõem um componente essencial de aprendizagem e de participação social. Compreende-

se então que a *sustentabilidade* não é construída pela setorização e pela visão tecnicista do Estado.

- O tratamento político dos problemas ambientais é um processo “em aberto” porque supõe a realização de numerosos *trade-off* entre diferentes opções e valores vigentes na sociedade, muitas vezes excludentes e contraditórios, que exigem tomar decisões de longo prazo e com consequências difíceis de prever e por isso a política não pode ser pré-fixada e nem estabelecer previsão de resultados. Exemplo do *trade-off* entre a produção de bens a baixo custo e a qualidade de vida ambiental.
- A questão ambiental no Brasil ainda é tratada numa forma predominante técnica e burocrática, surgida das análises prévias da ciência e da política que o contexto dos problemas ambientais deve assumir-se como conflitivo e também cooperativo para soluções ambientais e conferir qual a orientação ideológica dos autores envolvidos.
- O “extremismo” dos atores tradicionais acostumados em seus vícios tecnicistas a imporem sua vontade e as carências de cidadania da população em geral reduzem a otimização do ambiente ecologicamente equilibrado, pois não possibilita o cidadão exercer seu papel de gestor.
- A falta de confiabilidade da comunidade ambientalista brasileira em relação ao sistema jurídico brasileiro para resolver os conflitos ambientalistas. As ações judiciais no Brasil para defender o meio ambiente são escassas e a participação da sociedade civil restringe-se praticamente a encaminhar denúncias isoladas para o governo ou para as ONGs da área, por sua vez, nem sempre estão preparadas e aparelhadas para proporem mudanças no desenvolvimento da economia e da sociedade com perspectivas de direcionamento no processo de negociação ambiental.
- As políticas públicas nem sempre são definidas devido ao “patrimonialismo burocrático-centralizador” do Estado. A saída é a criação de espaços de negociação ambiental (ENAs) para resolver os problemas e criar mecanismos e estratégias de resolução, com caráter *político e pedagógico*, através de programas e projetos.

Na mesma perspectiva, Carvalho (1994, p. 368-370) formula que, para criar um processo de sustentabilidade sob o ponto de vista econômico, social, político, cultural, ecológico e institucional são necessários quatro critérios: adaptação, diversidade, incerteza e equidade. Na adaptabilidade, as relações homem-natureza, no que diz respeito ao uso dos bens naturais: abertura de estradas, construção de estradas, extrativismo e demais atividades que degradam o meio ambiente, deveriam ser de tal ordem que não impediria a capacidade de

regeneração a partir de sua dinâmica interna, denominada pelo autor de *resiliência*⁸, e no limite, a ação humana reconstruiria o ambiente degradado.

Já Cavalcante (1997) orienta seu esforço para estabelecer princípios e critérios de avaliação das bases sociais da produção e reprodução na perspectiva da sustentabilidade. Um princípio primordial é destacado: consideradas as questões de diversidade, equidade e incerteza, Carvalho (1994, p. 370) afirma que:

o desenvolvimento dos sistemas biológicos e sociais apresenta maior capacidade de sustentabilidade quanto maior for a sua diversidade interna, isto é, a diversidade de espécies, de etnias como de elementos econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais. Pois a maior diversidade facilita a maior complexidade, permitindo assim a formação de inúmeras interações, aumentando a capacidade de regeneração ou a resiliência.

Assim, seria possível objetivar o ideal da sustentabilidade instituindo padrões que norteiam as atividades relacionadas ao sistema econômico, social, político, cultural, institucional e ambiental. Cavalcanti (1997, p. 24) defende mesmo a elaboração de regras para um desenvolvimento sustentável, pois:

[...] a ciência econômica convencional não considera a base ecológica do sistema econômico dentro de seu arcabouço analítico, levando assim à crença no crescimento ilimitado. A ideia de sustentabilidade, por sua vez, implica uma limitação definida nas possibilidades de crescimento.

Entende-se, assim, que o estabelecimento de metas de desenvolvimento e padrões de sustentabilidade faz-se necessário (CARVALHO, 1994, p. 371). Todavia, o estabelecimento de padrões de sustentabilidade não se reduz a um método limitado e finito, pois o próprio conceito de *desenvolvimento sustentável* abrange uma complexidade de relações que perpassam as diversas dimensões da vida humana e do seu habitat.

Os próprios dados econômicos, em sua metodologia, são abertos, pois envolvem questões sociais pertinentes ao contexto de grupos ou segmentos sociais que constroem, evoluem, criam e recriam o sistema global dentro de critérios estabelecidos que podem ou não favorecer o desenvolvimento sustentável.

De modo que ter-se-iam as metas de desenvolvimento que se referem a taxa de crescimento do PIB, as metas de produção setorial, as metas de escolarização, sanidade etc, bem como os padrões de desenvolvimento que se referem ao conjunto de medidas que estabelecem restrições ao processo de desenvolvimento (CARVALHO, 1994, p. 371). As

⁸ O autor se apoia em Kageyama (et al, 1989, p. 130) para dar o significado de *resiliência*, que é processo de retorno ou não de um ecossistema às condições anteriores a uma perturbação. Depende de múltiplos fatores, tais como: intensidade e frequência dos distúrbios, as condições atuais dos sítios, a diversidade das espécies, a complexidade das cadeias alimentares (CARVALHO, 1994, p. 369).

restrições a que o autor se reporta são pertinentes às condições em que se deveria dar a reprodução de sistema das florestas, corpos d'água, solos, sanidade, escolaridade, renda pessoal, organização política, para que se processe a regeneração após uma perturbação determinada, de maneira a alcançar um estado similar àquele anterior à perturbação (informação externa ao sistema), (id. ib).

Para o estabelecimento do padrão de sustentabilidade faz-se necessário um conhecimento interno do sistema em suas leis de desenvolvimento e a articulação que se estabelece entre as leis internas e as informações externas do ambiente, que podem fortalecer ou enfraquecer a dinâmica interna de um sistema, dependendo da capacidade de sua adaptabilidade (CARVALHO, 1994).

II - A INSUSTENTABILIDADE NO VALOR MERCANTIL DA TERRA E NA SUA MODERNIZAÇÃO

2.1 - Introdução

A crise na agricultura, ressaltada pelos debates em torno do desenvolvimento sustentável implica numa crise no uso da terra. Implica, pois, em crise dos fundamentos institucionais de sua propriedade e domínio. Sobre isso há um longo trajeto histórico a verificar.

2.2 - A Transformação da Terra em Mercadoria

As sociedades humanas organizaram historicamente suas relações sociais, políticas e econômicas em torno da terra, tornando-a fonte de valor ao lado de fonte de consumo, estabelecendo-se como base da vida. À medida que transformaram seu *modus vivendi* novas relações foram estabelecidas em torno da terra. No processo de construção do capitalismo, ela foi transformada em centro de relações mercadológicas.

Durante o Séc. XVIII, a terra passou pelo controle de determinado grupo na formação das guildas, os *vaine pâture*⁹ e os cercamentos na Europa, em que a apropriação e o valor foram sendo estabelecidos de acordo com as disputas pelo uso da terra e, no Séc. XX, a *vaine pâture* foi transformada de espaço em produção. Seu valor não foi mais estabelecido pela sua extensão, mas pelo que esta produzia.

Na opinião de Hawken, Lovins e Lovins (1999, p. 8-9) ao discorrerem sobre o capitalismo natural afirmam que o meio ambiente oferece recursos que constituem a sua estrutura e a forma em que a produção é conduzida poderá contribuir ou não para as bases da sustentabilidade.

A trajetória de fechamento das extensões de terra também possibilitou o processo de modernização na agricultura, em que novos modelos e técnicas foram sendo implantadas, principalmente o sistema rotativo de culturas, e os campos ocupados para o cultivo (EHLERS, 1999, p. 20-22).

⁹ Segundo Bloch (1999, p. 272), é uma expressão em francês que “servia às vezes para designar o pasto sobre os bosques recentes ou a erva das matas crescidas [...]”.

Enquanto que as *vaine pâture* eram de uso comum servindo para a alimentação das pessoas e também para os animais, a terra tinha a tarefa somente de alimentar e não havia sido estabelecido o valor de mercado. À medida que as *vaine pâture* ficavam mais escassas, devido às alterações do clima e à pressão demográfica, foi estabelecida a disputa pela terra. Uma disputa entre a burguesia, pessoas pobres e animais – elemento que determinou o valor da terra. O seu valor teve muito mais um peso político do que econômico, adicionado ao valor de *mercadoria* (SOUZA MARTINS, 1986).

Trata-se de uma sociedade de disputa mercadológica em que o valor dos objetos foi determinado não pelo seu valor real, mas pelo valor que representa na sociedade. Nesse sentido a terra representa o valor econômico, ao qual é adicionado a representação política que ela traduz na sociedade.

Quando a terra começou a ser delimitada em áreas de interesses de particulares – denominado de individualismo por Marc Bloch – novas relações foram estabelecidas e ela começou a ter seu preço. O preço foi imposto por um grupo que tem poder político e aquisitivo na sociedade, de acordo com o valor que lhe foi dado. Por isso tomou o significado de *mercadoria*.

Como *mercadoria*, lhe foi dado o potencial de transformar valores tradicionais em que sociedades inteiras perderam suas raízes culturais e entraram no processo de destruição não só material, mas de sua própria identidade étnica¹⁰ (SOUZA MARTINS, 1986, p. 34).

A terra no seu processo de privatização foi transformada em *mercadoria* pelo valor que representa para a burguesia, pois não é produto do trabalho e nem pode ser reproduzida. Ela equivale à *mercadoria*. É tratada como *mercadoria* pela expansão capitalista, pelo potencial de valores que ela oferece:

Terra, uma *mercadoria* que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e se vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo [...]. (SOUZA MARTINS, 1986, p. 32-33).

Uma vez *mercadoria*, a terra entra no processo de controle mediado pelo mercado. Pelo poder de compra, expresso no preço, torna-se inacessível para os que não o podem pagar. Abre-se assim o caminho para a expulsão e exclusão dos que trabalham na terra e sua reinserção no processo produtivo para ser agora dependente de novas relações sociais (o assalariamento) ou de novas territorialidades (como as criadas pela colonização das Américas).

¹⁰ MARTINS (op. cit.) – Refere-se às sociedades indígenas.

2.3 - A terra como *mercadoria* no período da colonização das Américas

A colonização das Américas pelas coroas espanhola e portuguesa se fez sob a égide do mercantilismo. Não obstante, para a sobrevivência das populações coloniais, foi necessário recorrer às riquezas naturais que somente a terra poderia oferecer.

Nesse período a terra vai adquirindo diversos valores¹¹:

- a) Em primeiro lugar, a terra do Novo Mundo deu uma garantia de posse e delimitação de território para impedir a invasão de outros países.
- b) Os colonizadores, na sua maioria, eram oriundos de uma *Europa* que apenas saía do período feudal. De origens populares, da pequena nobreza ou burguesia, desejava reproduzir seu padrão de vida europeu tornando-se *Senhores*¹², através da riqueza da terra.
- c) Para tornarem-se ricos e opulentos senhores foi necessário investir na terra, formando *plantations* e *haciendas* através do *trabalho escravo do negro e do índio*¹³.
- d) Dividir a terra em *capitanias hereditárias* foi garantir a delimitação do território e o seu investimento. (BUARQUE DE HOLANDA, p. 65-67).
- e) O investimento na terra gerou grandes fortunas, o que manteve o *status* político e social da Coroa na Europa.

Essa estrutura colonial se perpetuou na América Latina até no Séc. XIX, caracterizando a estrutura fundiária de países como o Brasil na atualidade. Conforme alguns historiadores, na América, continua uma *herança colonial* (STHEIN, 1994).

Durante o Séc. XIX, com a independência dos diversos países latino-americanos, observa-se alguma mudança em sua estrutura social, política e econômica.

¹¹ LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Carlos. Terra Prometida. Uma questão Agrária no Brasil (1999, p. 46-211) - Discutem a questão agrária no Brasil e na América Latina, desde a sua colonização, e como as relações comerciais por parte da Espanha e de Portugal vão se estabelecendo a partir do investimento na terra. Também tratam das várias discussões de historiadores a respeito, bem como das várias etapas da história do Brasil.

¹² FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala – Descreve o perfil da Casa Grande, com seus sobrados, e do seu senhor no Brasil Colônia.

¹³ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil (1982, p. 17) – Afirma: “Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação de gado [...]” e Antonil afirma: “Os escravos eram as mãos e os pés de seus senhores”.

2.4 - A Regularização das terras no Brasil

No Brasil, considera-se como momento modernizador dessa estrutura a Lei de Terras de 1850, cujo objetivo inicial parece ter sido o de regularizar a situação territorial, através de expedição de títulos. Tal modernização, contudo, causou a expulsão dos índios e desapropriação de camponeses, impedindo aos negros e pobres o acesso efetivo à propriedade fundiária (LINHARES E TEIXEIRA, 1999, p. 61).

2.4.1 - A Terra em “Movimento” na República

Com a República, a terra deixou de ser simplesmente o símbolo de riqueza e prosperidade para a Coroa, iniciando uma nova fase. Na Europa, a Revolução Industrial já havia transformado a relação dos *farmers* com a terra ao transformá-la em mercadoria. O capitalismo alcançava sua fase imperialista sob o domínio do capital industrial e financeiro, como indica Lênin (1974).

No Brasil, havia grandes extensões de terras ainda com características coloniais – era preciso fazê-las progredir. A estratégia expressa na Lei de Terras foi a distribuição de títulos pela venda, findando por transferir a pessoas que por suposto teriam de explorá-la sob a égide do capitalismo.

A lavoura do café passou a ser o símbolo da modernização econômica, porque:

- Transformou a terra em mercadoria (a tal da valorização da terra);
- Criou novo modelo de trabalho, de escravista para livre;
- Estabeleceu novas relações de trabalho, de servil para assalariado;
- O café influenciou nas mudanças sociais, principalmente no que tange à urbanização;
- Restabeleceu a política e a economia do Estado Imperial.

Sérgio Buarque de Holanda (p. 128-131) indica que a plantação do café seguia os moldes tradicionais da lavoura açucareira. Em algumas regiões de São Paulo, gradativamente os cafezais foram se multiplicando, sendo transformados de “fazendas de açúcar em fazendas de café”. Por volta de 1884, na Província do Rio de Janeiro, um escravo era forçado a cuidar de cerca de 7.000 pés, o que anteriormente era, no máximo, 4.500 a 5.000 cafeeiros.

O diferenciador é a relação comercial estabelecida com o cultivo do café: aumentando a quantidade de cafeeiros sob sua guarda, o escravo não teve mais tempo para dedicar-se à produção de sua alimentação, à produção de subsistência. Assim, o aumento dos

cafeeiros por unidade de trabalho foi uma mudança fundamental para abolir as características coloniais na produção do café: desaparecendo a cultura de subsistência consorciada ao cultivo da cana ou do café, surgiram as quitandas concentradas num determinado espaço e conseqüentemente vilas e cidades.

Por outro lado, o “controle da terra” que objetivava mudança das características coloniais pela modernização da base econômica, teve significado político.

O período republicano manteve o controle acirrado sobre as terras pelos grandes fazendeiros e confirmou politicamente a posse das propriedades da Igreja e das ordens religiosas.

Na primeira República, deu-se a formação dos grupos agrários que regulavam áreas agrícolas, mesmo em fronteiras já abertas, reproduzindo o latifúndio, impedindo a formação do pequeno produtor, o camponês. Formaram-se também as oligarquias rurais, na região de Minas e São Paulo, que se apossaram das instituições político-administrativas e ocuparam cargos nas prefeituras, câmaras municipais, bem como no judiciário mantendo o controle sobre o Estado Nacional.

Na região Nordeste, o coronelismo desempenhou o papel de *agrário-conservador*, bem como controlava a posse das terras do sertão e dos sertanejos mantendo-os sob o seu controle, tendo um respaldo a nível nacional.

A República, ainda no seu primeiro período, foi marcada por movimentos messiânicos em que surgem líderes religiosos prometendo a transformação da vida das populações, como Antônio Conselheiro em Canudos, o próprio Pe. Cícero em Juazeiro e o episódio da Guerra do Contestado em Santa Catarina. Esses movimentos exerceram sobretudo, papel político escondido atrás do estandarte do religioso, pois os fiéis, seus seguidores, eram os que foram expulsos do campo pelos “cercamentos” das terras, pela seca e pela fome. Contudo, a Igreja oficial não percebeu a tônica desses movimentos e os condenou, permitindo que as oligarquias agrárias logo os combatessem por detectarem o perigo desse povo organizado.

A primeira República, também denominada de República da Espada, que continuou com o controle e lutas acirradas pela terra, transformando-a em interesses políticos, em valor capitalista e essas transformações culminaram com a conquista do poder estatal, hegemônico e conservador¹⁴.

¹⁴ CARNOY (op. cit.) - Em Gramsci, o conservadorismo é característica própria do Estado hegemônico, porque consegue o consentimento das classes subalternas.

No período do Estado Novo, a partir de 1937, Getúlio Vargas iniciou uma nova política agrária, com uma postura também hegemônica, que conseguiu afastar a elite agrária de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (LINHARES e TEIXEIRA, op. cit., p. 103-106). Sua ação política consistia em incorporar os camponeses à política nacional através de imagens positivas a seu respeito e ao seu trabalho. Sua política de modernização estava orientada para a industrialização, processo no qual o homem do campo era inserido como fornecedor de excedente de produção resultante do período trabalho na terra.

A política do período não era direcionada diretamente para a agricultura. Não obstante, promoveu-se a migração interna a fim de expandir as fronteiras agrícolas; investiu-se na industrialização para que o país adquirisse uma nova imagem: de progresso constituído por um povo trabalhador e limpo, que valoriza a família e constrói o país (LINHARES e TEIXEIRA, 1999, p. 103-106).

Já no final do Estado Novo, os projetos agrários são intensificados com o objetivo de servir de base para o desenvolvimento industrial do país. Foi neste contexto sócio-político e econômico que foi instituída a Batalha da Borracha na Amazônia nos anos de 1940 (id. ib.).

Enfim, a política de Vargas efetivava a expansão da produção no campo sem realizar uma reforma agrária. Ao contrário, as colônias foram abandonadas e os fazendeiros voltaram a ocupar as terras públicas e a expulsar os camponeses. De modo que a população rural começou a declinar. Como contraprestação, observa-se um processo de intensificação do uso da terra por via da produção capitalista e mudanças na produção familiar, agora cada vez mais subordinada ao capital associado a uma industrialização crescente. O Brasil tinha iniciado sua inserção no âmbito internacional dos interesses monopolistas do Capitalismo, em que as multinacionais interferiram com maior incidência na economia brasileira, com reflexos tanto na indústria quanto na agricultura.

Nesse contexto sócio-político-econômico, nos anos de 1950 a 1960 formaram-se as Ligas Camponesas num cenário de transformações da economia brasileira nos setores da indústria e da agricultura, intensificando-se e estendendo-se em grande número: pelo nordeste, no Maranhão, na Paraíba e Pernambuco; no sul-sudeste, na cidade de Santos, Rio de Janeiro. A partir de 1961, com o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) iniciou-se a campanha pela reforma agrária.

2.5 - Aspectos da Modernização da Agricultura Brasileira

Um importante movimento da dinâmica agrária brasileira foi marcado pelas políticas da Ditadura Militar, implantadas em 1964. Segundo Octávio Ianni (1979, p. 127), o governo ditatorial no Brasil nasceu de um Golpe de Estado que teve o total apoio da burguesia agrária. No período de João Goulart (1961-64), havia sido criada a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), cujo objetivo era iniciar a reforma agrária.

Segundo Ianni, a Ditadura operou uma política de *contra-reforma agrária*, representada pela modernização técnica do latifúndio e das áreas de fronteira, como a Amazônia, em que as terras devolutas foram ocupadas aleatoriamente por grandes empresas e latifúndios, nacionais e estrangeiros, bem como as áreas indígenas foram invadidas (IANNI, 1979).

De modo que, a Reforma Agrária no Brasil esteve associada à condição da Revolução Verde¹⁵, nos anos sessenta e setenta, contexto que propiciou as bases para a mudança das estruturas rurais assumidas pelo capitalismo, forçando, conforme José Graziano (1982), “a modernização dolorosa” e “conservadora”.

A *modernização* a que José Graziano se refere é “dolorosa” e “conservadora” porque não realizou a reforma agrária. Ao contrário: uma grande população foi afastada da terra por obra de uma *contrarreforma agrária*.

Trata-se de uma modernização na qual a concentração de propriedades continua com um volume de terras crescente em poder de uma pequena minoria burguesa (empresários, grupos empresariais, agropecuaristas), outros grupos com terra (pequenas propriedades de terra) e uma grande parte da população sem-terra ou ainda aqueles que vivem na área rural, mas não têm terra, trabalham na terra de outrem (MARTINS DE SOUZA, 1979).

A realidade configurada entre as décadas de 1960 e 1970 da estrutura agrária brasileira aprofundou suas características latifundiárias, herança do período colonial. Porém, o controle da terra, agora, se revestiu da lógica capitalista em que a extensão da terra está associada à renda e ao valor da produção.

¹⁵ Revolução Verde é entendido o período a partir dos anos de 1950 quando se iniciou uma nova fase na agricultura brasileira, em que foram injetadas novas tecnologias e um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que novas culturas alcançassem um alto teor de produtividade, denominada de Variedade de Alto Rendimento - VAR. Surgiram novas sementes que substituíram as crioulas, usadas na agricultura tradicional. A Revolução Verde proporcionou uma nova rentabilidade na agricultura, inserida nas bases do capitalismo, onde a diversidade de espécies diminuiu drasticamente e a agricultura de subsistência foi substituída pela monocultura.

O capitalismo no campo¹⁶ será alvo de análise em diversas pesquisas dessas décadas, as quais detectam as mudanças ocorridas no valor da terra e nas relações de trabalho, no contexto de processo de concentração em que as pequenas propriedades foram sendo gradativamente “acopladas” às grandes (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 34).

Várias são as consequências da *modernização* conservadora das estruturas rurais:

- a terra foi transformada em mercadoria, a sua extensão vale pelo seu tamanho desde que sejam realizados investimentos;
- as grandes áreas são a garantia de exploração e de acesso a outras formas de riquezas, que de um lado as qualifica nas relações capitalistas e do outro as grandes extensões de terra que não produzem, porque não utilizadas, mas valorizadas pelas atividades extrativas e pelos grandes empreendimentos no que envolve à grande produção de alimentos ou ainda no empreendimento da pecuária e na transformação das culturas rurais em industriais;
- nas áreas urbanas as grandes extensões de terra desocupadas e improdutivas constituem a “válvula de escape” para a inflação favorecendo a especulação imobiliária¹⁷. Nas cidades de Rondônia, principalmente na capital – isso de fácil constatação – nas décadas entre 1980 e 1990, há demanda de que bairros inteiros se formaram por ocupação em meio a muitos conflitos. No meio rural, registram-se nessa realidade muitos assassinatos, apontando para o grau de tensão da evolução da fronteira no enfoque de movimento. Na década de 1970, na Amazônia, foram travados inúmeros conflitos de terras¹⁸, nas áreas rurais com maior incidência, em que trabalhadores rurais, líderes sindicalistas e religiosos foram assassinadas devido aos interesses para a privatização da grande propriedade, núcleo dos interesses capitalistas e na zona urbana, em que formaram-se as periferias, fugindo do controle dos governos municipais, expressão da ambiguidade da atuação do Estado;
- a transformação das culturas agrícolas pela indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 37), isto é, a área rural começou a ser valorizada pela especialização de culturas produzidas, exigindo assim grandes extensões de terras cultivadas no sistema de monocultura, desvalorizando a de subsistência, provocando uma crise nos pequenos produtores;
- a crise dos pequenos produtores e a valorização das culturas especializadas estão amparados no sistema de crédito, facilitado e com prioridade à capitalização da grande propriedade;

¹⁶ Uma vasta produção de pesquisas, a respeito da influência do capitalismo no campo, ocorreu na década de 1980, como José de Souza Martins e José Graziano da Silva.

¹⁷ GRAZIANO DA SILVA, (op. cit., p. 35).

¹⁸ SOUZA MARTINS, José de; IANNI, Octávio; COSTA, Francisco de Assis, analisam as lutas no campo.

- os pequenos proprietários foram colocados num “paredão” entre a grande propriedade e a modernização das culturas, ou forçosamente se inseriam na lógica da grande propriedade adotando o mesmo sistema, ou então, marginalizados da economia de mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 38), tentavam sobreviver com a atividade de subsistência, ou ainda desfizeram-se de sua propriedade a um preço irrisório tornando-se assalariados no campo, ou ainda transferidos para as grandes propriedades às vezes em relações de peonagem, como boias-frias;
- o tabelamento dos produtos privilegiou os grandes produtores e os consumidores, porém prejudicou os pequenos produtores que, devido à produção em pequena quantidade, fugiam dos padrões de venda da grande indústria;
- subjacente ao “pacote da revolução verde”¹⁹ esteve a adoção do padrão tecnológico na abertura de um intenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos e a criação de mercado para indústria de insumos agrícolas.

Na base da dinâmica o Estado brasileiro agiu diretamente na regularização das estruturas rurais sem propor mudanças estruturais fundamentais de modo que o processo de formação do capitalismo rural abriu as portas para novas trajetórias da economia de mercado, porém na velha estrutura da grande propriedade e no sistema de monocultura (IANNI, 1979).

Assim sendo, coube ao Estado somente *regularizar* as terras em conflitos sem mudar as velhas estruturas agrárias:

Contrariando as tendências verificadas no governo de João Goulart, no qual tornou-se tema popular uma reforma agrária de cunho democrático, cuja organização se apoiasse na mobilização política dos camponeses e operários do campo como forma de reduzir as desigualdades e antagonismos sociais no campo, esteve em andamento no período do governo militar movimentos de contra-reforma (sic) agrária, patrocinados por grupos representados por uma burguesia agrária, composta de latifundiários, fazendeiros e empresários agrícolas (IANNI, 1979, p. 129).

¹⁹ Denomina-se “Revolução Verde” o final da década de 1960 e início de 1970, em que ocorreram várias transformações de avanço nos setores da indústria agrícola, nas pesquisas das áreas química, mecânica e genética proporcionando mudanças na agricultura e na agronomia, bem como proporcionou inovações tecnológicas pertinentes ao avanço da engenharia genética aplicada à agricultura – desenvolvendo uma variedade de vegetais com alto rendimento, resultado da independência dos fatores climáticos – e às condições naturais do meio, devido à modificação e controle do processo biológico (EHLERS, 1999).

2.5.1 - Modernização da Agricultura no Séc. XX

Goodman (et al, 1986), apresentam em seu trabalho, *Da Lavoura às Biotecnologias. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional*, as trajetórias que fazem os processos de modernização da agricultura sob o capitalismo industrial.

A modernização no campo intensificou-se num contexto diversificado de novas realidades emergentes na ciência e na indústria, as quais, favorecendo a expansão capitalista que revolucionou as bases da agricultura no final do Séc. XIX e início do Séc. XX na Europa e nos Estados Unidos, levou ao encadeamento de invasões que caracterizam dois movimentos: um que busca se apropriar dois fundamentos do processo produtivo na agricultura e outro que procura substituir a natureza na produção. Ao primeiro, os autores denominam de *apropriacionismo*; segundo, *substitucionismo*.

Segundo esses autores a modernização da agricultura teve a interferência de bases científicas, que contribuiu para mudanças estruturais no campo, tais como:

2.5.1.1 - *Apropriacionismo*

- *Melhoria genética* - As pesquisas de Mendel, no Séc. XIX contribuíram para a melhoria genética das sementes, na seleção dos tipos de plantas para que tivessem maior produtividade, resistência e constituição dos tecidos;
- *Hibridização* - No Séc. XX se processou a hibridização com a experiência do *milho híbrido*, realizado através do cruzamento de duas espécies (GOODMAN et al.). Esse processo gerou uma melhoria na variedade das sementes tornando-as mais férteis no seu processo de crescimento e com maior produtividade nos anos de 1930 (EHLERS, 1999, p. 32-33).
- *Fertilizantes químicos* - Os fertilizantes químicos e a motomecanização que culminaram nas transformações da agricultura e da agronomia nas décadas dos anos 1960 e 1970, período denominado de Revolução Verde, que revolucionou a agricultura dos pequenos produtores do sul-sudeste;
- *Variedades de alto rendimento* - Com o desenvolvimento das Variedades de Alto Rendimento (VAR) aproximou a cultura a um processo contínuo, articulando sincronicamente produção e trabalho (CAYANOV), transformando-se numa maior rentabilidade, aproximando mais e mais do capital. As mutações por VAR deram um resultado muito mais rápido do que o esperado, porque alterou o ciclo biológico.

Pearse (apud GOODMAN et al., 1986), avaliando criticamente esse conjunto de inovações feitas na questão da tecnologia incorporada à Revolução Verde, sugere que a seleção pelo homem, do material genético e com seus sistemas ambientais controlados artificialmente, e que superou a fertilidade da terra, afirmou “delicadas plantas criadas sob encomenda”.

Detectou-se, assim, que a biotecnologia ultrapassou os limites produtivos da terra e que as mãos humanas conseguiram alterar o processo produtivo da natureza. Por sua vez, os capitais industriais mostraram o seu potencial em mudar os *ritmos do tempo biológico*, de interferir na constituição genética das plantas, depois na reprodução dos animais pela inseminação artificial, o controle industrial de produtos químicos, da transformação dos alimentos rurais em industrializados.

Enfim, pelo apropriação o processo de produção rural sistematicamente é apropriado pela indústria, são modificados os produtos rurais e a estrutura agrária; o tempo de produção perde as características artesanais e de trabalho; e o tempo passa a ser desenvolvido em bases industriais.

2.5.1.2 - *Substitucionismo*

- ***A substituição da natureza e a Conquista da terra enquanto Espaço*** - Uma das questões em foco no trabalho dos mesmos autores é a discussão que envolve a *eliminação da terra enquanto espaço* (GODMAN et al, 1986). A partir deste pensamento, *espaço* não compreende mais o espaço físico, mas o espaço produtivo, assim, à medida que os produtos do setor rural vão sofrendo modificações, são criadas novas áreas de produção e injetados novos investimentos capitalistas.

Em nível internacional, a Revolução Verde teve apoio de várias organizações, dentre elas, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a United States Agency for International Development (USAID), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

No Brasil, a Revolução Verde²⁰ serviu de base para pesquisas científicas e avanço nos setores da indústria e da agricultura, para dar suporte à transformação das estruturas tradicionais e dar caminho a novos modelos agrícolas.

²⁰ EHLERS, Eduardo. (op. cit., p. 7), denomina de “pacote tecnológico”, pois se trata de um conjunto de modelos de produção, um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas (variedades vegetais geneticamente melhoradas, a gama de fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder herbicida, irrigação e motomecanização que viabilizaram a prática do sistema de monocultura.

Devido aos seus resultados imediatos, os princípios da Revolução Verde foram fortemente apoiados pelos órgãos governamentais, principalmente por órgãos de pesquisa agrônômica e pelas empresas de insumos.

2.5.2 - A Modernização da Agricultura e o Interesse do Estado

A modernização da agricultura, foi em parte, consequência dos investimentos de pesquisas técnico-científicas; resultado sobretudo dos interesses do capitalismo representado pelos mais diversos setores da sociedade. As inovações realizadas nas estruturas rurais formalizaram a base para a indústria em expansão e esta, por sua vez, foi assimilada pela lógica capitalista, referente à grande quantidade de produção e eficiência, com baixo valor de tempo e de produção, associada ao baixo custo e variedades de produtos.

Em tal contexto a indústria favoreceu a expansão do capitalismo nos setores de produção, não somente urbano, mas também no setor rural pelo controle dos bens produzidos, o controle da terra passará a ser o controle vital.

Encontramos uma justificativa para essa questão em Goodman (et al 1986, p. 141-145) ao discutirem o interesse que o Estado desempenhou no que diz respeito à apropriação da produção rural, como também as esferas do envolvimento e de intervenção estatal nas diversas civilizações e períodos:

- Nas civilizações antigas, o Estado controlou a aquisição e armazenamento dos alimentos sujeitos às flutuações da produção, decorrentes das variações climáticas. E durante o período da Idade Média continuou seu envolvimento na oferta de alimentos e às pesquisas, principalmente na genética, no que tange a financiamentos para coleta de espécies de plantas e controle da economia de mercado (medidas e preços);
- Regularizou as terras nas reformas agrárias de “transição”, referente às terras arrendadas na Inglaterra, às propriedades modernizadas – *Junker* na Alemanha, a legitimação do camponês tradicional na França, a fazenda familiar na Dinamarca e à racionalidade da organização e distribuição das terras nos diferentes períodos de produção e interesses vigentes do Estado;
- No processo da apropriação industrial, os referidos autores dividiram em três atividades integradas da *intervenção estatal*, realizada em países da Europa e dos Estados Unidos e em diferentes tempos históricos: *aprisionar* a capacidade financeira e organização para a modernização agrícola através do crédito e cooperativismo; desenvolver um conjunto de sistemas de pesquisa e extensão para avançar no campo da biologia e verificando assim os

determinantes agrícolas não sujeitos à apropriação da indústria e organizar os fluxos de produção através de políticas fiscais, de crédito e de comercialização.

O Estado, devido ao papel central que desempenha, é denominado por Goodman, (et al 1986, p. 145) de *esteio da modernização*. Pois trata de “[...] conciliar os efeitos dos conflitos provocados pelo crescimento continuado da produtividade, associado à apropriação industrial, sobre a produção e capacidade produtiva, as rendas e as estruturas sociais rurais”.

Associado a essa discussão, os referidos autores afirmam que o Estado interfere e se coloca como aliado das estruturas capitalistas na agricultura, exercendo o papel de poder controlador e conciliador, forçando o progresso necessário numa sociedade com características ainda rurais. Gramsci percebia isso quando enunciava:

O Estado é superestrutura, torna-se uma variável essencial, em vez de secundária, na compreensão da sociedade capitalista, formando um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e uma força repressiva (sociedade política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados (apud CARNOY, 1990, p. 98).

Na configuração de novas configurações urbano-rurais forjadas no capitalismo, o Estado desempenhou um papel importante no sentido de incentivar e apoiar a modernização tanto nos setores da indústria quanto na agricultura, bem como através de seu poder coercitivo dar credibilidade à sociedade civil e também sua dependência.

Entre suas várias funções na atualidade, o Estado tem sido tratado como o principal criador e impulsionador do desenvolvimento, manifestando tal desempenho no exercício de seus papéis e em suas relações sociais.

No Brasil, tal atuação será marcante nos anos sessenta. Em meados da década, o Estado implementou o plano de modernização da agricultura pela *transformação do latifúndio tradicional em empresa moderna*, que Graziano da Silva denomina de *Modernização Conservadora* (GRAZIANO, 1982).

Tal política compreendia mudanças na organização da agricultura, no sentido de desenvolver uma agricultura com produção e uso de insumos mecânicos e químicos. Para tanto, a pesquisa agropecuária foi dinamizada, bem como implementou-se uma política de crédito subsidiado (REYDON, 1986). O processo compreendia, também, mudanças na regularização das relações de trabalho na agricultura. De forma que no ano de 1963, foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, normatizando as relações de trabalho no campo e pela Lei 4.504/64, foi sancionado o Estatuto da Terra. Sua criação está ligada ao clima de insatisfação reinante no meio rural a nível nacional e ao temor do governo e da elite conservadora por uma possível eclosão camponesa, cujo contexto político na América Latina era intensamente

composto por organizações sociais – como as Ligas Camponesas e as de revoltas de cunho socialista, como a Revolução Cubana em 1959. Esses movimentos objetivavam uma maior justiça social no campo e a reforma agrária, que foram praticamente aniquiladas pelo regime militar instalado no ano de 1964.

Para viabilizar o processo de reformas relacionadas à terra, junto ao Estatuto da Terra e a Lei de Desenvolvimento Rural, foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), vinculado ao Ministério da Agricultura, extinto no ano de 1970 e implementado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo Decreto Lei 1.110/70.

Nesse contexto, a instituição da fronteira agrícola pela política estatal desempenhou o papel fundamental justificando assim o desenvolvimento na Amazônia.

III - TERRAS NA AMAZÔNIA E A CRISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 - Introdução

A Amazônia foi colocada, desde os anos de 1950, no contexto das políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento. Desde então foi inserida nos Planos Econômicos cujos mecanismos consistiam no incentivo aos projetos de Extração Mineral, Agrícolas, Pecuária e Projetos Energéticos.

A expansão que se realizou a partir daí representava as características da economia nacional e internacional, sobretudo, porque o Estado se constituiu um dos principais agentes transformadores enquanto formador de infraestrutura *física e institucional nas novas regiões*²¹ onde criou *espaços*²² para sua atuação e homogeneização.

3.2 - A proposta de desenvolvimento na Amazônia

A ideia de *desenvolvimento* na Amazônia, foi intensificada no período pós Segunda Guerra Mundial e, ao longo dos anos de 1960 e 1970, tornou-se um espaço importante de realização para o capital internacional.

Sob a bandeira do desenvolvimento, foram implementados projetos que visavam a integração da região ao restante do Brasil. Vigorava o princípio de que se tratavam de terras desocupadas e economicamente subutilizadas.

Para viabilizar e acelerar o processo de incorporação da Amazônia aos centros considerados desenvolvidos do Brasil, políticas públicas foram rapidamente implantadas na construção e abertura de fronteiras²³ através da construção de rodovias, implantação de projetos de colonização agrícola, de expansão da agropecuária, através de incentivos fiscais e também

²¹ ALMEIDA, Anna Luiza O. de. Colonização Dirigida na Amazônia. (1992, p. 81-82), onde discute o papel do Estado na Fronteira Brasileira.

²² LIPIETZ, Alan. O Capital e seu Espaço (1988), define o espaço não sendo somente compreendido como espaço físico e geográfico. É o espaço produzido pelo Estado político para assegurar seus interesses capitalistas, nos níveis econômico, político e ideológico.

²³ GRAZIANO da SILVA, José. A Modernização Dolorosa. (1982, p. 114-119), discute fronteira como expansão do capital, pode até ser uma região sem expressividade agrícola, mas o capital estabelece a relação de produção. Mais adiante voltamos a discutir ainda sobre *Fronteira*.

em investimentos de grandes projetos²⁴, pois a Amazônia foi compreendida como sendo um celeiro de recursos naturais intermináveis.

Relacionado a algumas destas propostas políticas idealizadas pelo Governo Federal na construção do desenvolvimento, o Ministério da Agricultura implantou a *Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e a Política Agrícola Nacional*²⁵ que, em seu teor, apresentava propostas que objetivavam atender algumas regiões do país, dentre elas os estados da região norte, com vários objetivos, tais como: alimentar adequadamente a população brasileira, eliminar o monopólio das terras, organizar a comunidade rural na produção, comercialização e industrialização, racionalizar a produção entre as regiões brasileiras, buscar estratégias tecnológicas para a preservação do meio ambiente e organizar os Conselhos de Desenvolvimento Agropecuário ao nível dos diversos estados brasileiros.

No entanto, passados mais de trinta anos, verifica-se a condição do *capitalismo convencional*²⁶, posto que como indicam os arautos do desenvolvimento sustentável, essa perspectiva não atentava para os ideais da sustentabilidade, da equidade social, do bem-estar humano, o equilíbrio e a preservação do ecossistema²⁷.

A estratégia do desenvolvimento na Amazônia refere-se às duas noções de espaço: como lugar da ocupação física do território e espaço como o lugar da atuação política. Estas duas noções se articulam construindo os componentes da *Fronteira*.

O Estado delimita e organiza o espaço onde atua econômica e politicamente. Como supõe Lipietz (1987, p. 150), o Estado se “responsabiliza” em desenvolver espaços para assegurar o seu poder hegemônico:

É importante dar-se conta de que o espaço não é nem neutro nem inocente, mas que é um dos campos de ação por excelência das forças políticas: o Estado

²⁴ Os Grandes Projetos entendidos aqui o Carajás, Tucuruí. In: AMAZÔNIA, Seminário “Amazônia” - CIMI, 1986.

²⁵ Documento elaborado pelo Ministério da Agricultura em 1985, projetado para 15 anos, contemplando as regiões Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul.

²⁶ CAVALCANTI, Clóvis - no artigo intitulado: Política de Governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva, p. 21-55 in, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas (1997), discute o termo *convencional*, atribuindo a ausência de elaboração de regras para um desenvolvimento sustentável e afirma ainda que “economia convencional não considera a base ecológica do sistema econômico dentro de seu arcabouço analítico, levando a acreditar no crescimento ilimitado, sendo que a sustentabilidade implica uma limitação definida nas possibilidades de crescimento”.

²⁷ KLIKSBURG, B. e TOMASSINI, B. Capital Social y Cultura: claves estratégicas para el desarrollo. Impreso en la Argentina. Com apoio do Banco Interamericano de Desarrollo, Fundación Felipe Herrera, Universidad de Maryland e Fondo de Cultura Económica, conclusões da Quadragésima Reunión Anual de su Asamblea de Gobernadores, com a temática: Capital Social y Desarrollo, em março de 1999, apresentam os vários temas discutidos por cientistas sociais, sobre o desenvolvimento nas várias regiões dos países do terceiro mundo e em especial na América Latina, sobre a influência da cultura no processo de desenvolvimento e capital social.

é também uma entidade geográfica e o aparelho de Estado organiza o espaço geográfico de modo a exercer seu poder sobre os homens [...].

No caso da Amazônia, nas várias etapas de sua história, o Estado articulou estrategicamente e racionalmente o “espaço” utilizando seus dois componentes constitutivos: o físico e político e que se processou uma articulação entre eles. Isto é, a instância política serviu para reproduzir e impor a unidade das formações sociais, em que as contradições da sociedade entre a cidade e o campo, entre exploradores e explorados, coube ao Estado manter o caráter “separado” e também opressivo, em que o espaço de caráter físico foi determinado pelo político, como forma de assegurar as condições econômicas, políticas e ideológicas e a constante intervenção espacial (LIPIETZ, op. cit., p. 151-152).

Esses dois espaços se articulam com a *fronteira*, compreendida por Otávio Velho²⁸, como movimento que vai se estabelecendo conforme a dinâmica do capitalismo, ou a atuação e os interesses políticos do Estado ou a sua expansão e seu vínculo ao processo de modernização.

3.3 - Amazônia, região de Fronteira

Várias são as definições sobre *fronteira*. A mais simples entende-a por delimitação física do território; a mais complexa busca expressar a racionalização política da construção de fronteira.

Na opinião de Almeida (1992, p. 81-82), fronteira é uma construção, posto que ocorrem definições e lutas políticas em torno de um conceito que prevalece ou se sobrepõe aos demais. Concretiza a ideia de movimento, na qual o Estado é referência principal, porque implementa atividades sociais e econômicas de acordo com seus interesses vigentes.

Para Otávio Velho (1979) a fronteira tem a característica dinâmica porque realiza um movimento dialético, entre o ponto de chegada e o ponto de partida. O ponto de chegada seria a racionalidade do *descoberto*, de constatar o potencial natural que a Amazônia oferece, que não se dá numa única vez. O ato de *descobrir*²⁹ é um processo contínuo e constante. É a certeza do conquistado, cujo objetivo é o empreendimento, que daí se converte em ponto de partida para os investimentos do Estado que vai se fortalecendo no seu autoritarismo com esse movimento.

²⁸ VELHO, O. G. Capitalismo Autoritário e Campesinato (1979, p. 141). O autor elabora o discurso a partir das ideias de Turner e C. Ricardo sobre a questão de Fronteira como movimento.

²⁹ BUENO (1994, p. 17) afirma em seu livro Terra a Vista, que “descobrir é ter certeza do que se almejou. Não é ver pela primeira vez, mas já algo conhecido para realizar investimento”.

Almeida (1992, p. 65-75), ao discutir o *fechamento da fronteira* na Amazônia, expressa bem essa ideia de *movimento*, apresentando como segue as duas posturas: 1) as terras consideradas aptas para o uso agropecuário onde o manejo será da forma primitiva, as classifica numa posição *distributivista* de terras através de programas de colonização para a pequena produção agrícola; 2) a medida que essas terras aptas tenham sido distribuídas ganha uma posição *conservacionista* pois bloqueia novas ocupações, tanto para pequenos quanto grandes agricultores.

A noção de fronteira comporta também a de “fechamento da fronteira” devido à ideia de evento no qual o Estado desempenha papel central estabelecendo políticas setoriais públicas a respeito das formas de ocupação e do cultivo da terra.

Baseado na construção de *fronteira*, os diversos projetos na Amazônia voltados para valorização econômica com objetivos de desenvolvimento nos vários setores – quer seja na produção agrícola, na exploração mineral e no investimento industrial³⁰ – a ação governamental agia diretamente, de acordo com as crises e oportunidades políticas e econômicas.

A fronteira se tornou um destaque para o desenvolvimento de uma região em construção, como a Amazônia, devido a sua conjunção da oferta do capital natural e os recursos naturais existentes, aliados ao interesse político de natureza nacional e internacional. Portanto, a Amazônia como espaço de fronteira foi criada na perspectiva de modelo de integração na política brasileira no processo de inserção ao capitalismo.

Nos vários “ciclos econômicos”³¹ desenvolvidos na Amazônia até o início do Séc. XX criou-se uma concepção de “atraso econômico”, isto é, sua economia não correspondia às necessidades da demanda do capital a nível nacional, mas simultaneamente foi considerada riquíssima diante da oferta do arsenal de riquezas naturais, porque deveria integrar-se rapidamente à marcha do “progresso” estabelecido pela política homogeneizadora. Esse movimento dialético contribuiu também para um processo concomitante de homogeneização das paisagens e dos fundamentos produtivos.

Sobre o processo de homogeneização, ao analisar os modelos econômicos e a ideologia implementados na Amazônia, Costa (1992, p. 4) afirma:

[...] Concretamente, o processo de inserção da Amazônia no capitalismo, enquanto processo de integração e homogeneização, tem-se feito por fases em que, ao lado de uma integração geográfica efetiva a um certo centro de poder,

³⁰ MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia. Uma Análise das Políticas Governamentais (1978, p. 15) discute as políticas públicas desenvolvidas na Amazônia até o final dos anos de 1970.

³¹ SANTOS, Roberto (1980) trata da economia da Amazônia em ciclos.

uma dada estratégia de homogeneização referenciada por um conjunto de valores culturais e ideológicos e por objetivos e meios econômicos específicos é sistematicamente perseguida, sendo, porém, in limine contrariada por condições objetivas derivadas, no fundamental, da especificidade do ecossistema de florestas tropicais da região. Ao final de cada fase, todavia, produzem-se como síntese estruturas reais-concretas que por muito tempo vão caracterizar a economia e sociedade regional até que uma crise venha provocar nova investida homogeneizadora e o acionamento de novos mecanismos de integração.

É pertinente a análise no que se refere à ação homogeneizadora do Estado. Esta também tem em si a característica do dinamismo na constituição do Estado hegemônico³² com o potencial de transformar e dominar o espaço através de estratégias, embatidas em novos investimentos na região. Essa situação de hegemonia relacionada ao processo de inserção da Amazônia no capitalismo cristaliza ao Estado um poder que, devido às características se tornou empreendedor. Tal poder, contudo, contraria concretamente os fundamentos naturais³³ da Amazônia na medida em que potencia os processos de simplificação (homogeneização) dos sistemas produtivos.

3.4 - Estado homogêneo e hegemônico na *integração* da Amazônia

O Estado na dinâmica do capitalismo autoritário, que segundo (Otávio Velho (1979, p. 134-136) foi revestido de um novo poder, além do econômico. A ele foram adicionados os poderes político, ideológico e cultural, cujos objetivos visam homogeneizar a *fronteira* para que novos espaços sejam oferecidos para a abertura de novas frentes de expansão. Essa atuação do Estado nas interfaces do capitalismo na Amazônia, Brito³⁴ denomina de *modernização forçada*, um desdobramento do que Graziano qualifica como *dolorosa*³⁵.

Assim, desde os Séc. XVII e XVIII, o *empreendimento* da colonização com objetivos de *integração* na Amazônia, foi projetado na perspectiva da cultura ocidental, com a visão do colonizador que parte da Europa e se instala na Amazônia com a *missão* de civilizar

³² CARNOY (op. cit., p. 94-95) e BOBBIO (op. cit., p. 46-47) discutem sobre o conceito de hegemonia. Partindo do pensamento de Lênin e do significado em Gramsci, hegemonia não é somente a direção política, mas também o domínio ideológico e cultural. Sendo assim, o Estado com seu poder hegemônico domina a classe subalterna na sociedade civil. Uma vez que fazem parte do estado gramsciano a sociedade civil e a sociedade política.

³³ Se entende por “fundamentos naturais” a diversidade do ecossistema na Amazônia.

³⁴ BRITO, Daniel C. de. (op. cit.) discute a aceleração do capitalismo na Amazônia.

³⁵ GRAZIANO DA SILVA, José. A Modernização Dolorosa (1982). Nessa obra o autor discute como o capitalismo transforma o campo, privando o pequeno agricultor de suas terras transformando sua vida numa estrutura dolorosa.

as populações aqui existentes, impondo um novo modelo econômico, cultural e social, porém inadequado à realidade.

Essa *integração* foi revestida com a ilusão do belo e do fantástico no imaginário do europeu, elucidada na literatura. Nos relatos dos viajantes encontram-se registradas algumas das manifestações e impressões sobre a (cri)ação da Amazônia que ora era de encanto com a grandiosidade do verde e colorido e ora de susto com o mistério dessa natureza.

É o *Paraíso Perdido*, segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda em seu trabalho sobre o Brasil Colônia (BUARQUE DE HOLANDA, 1979). No interior desse *Paraíso* encontra-se a contradição: do belo e do incerto, da riqueza e da pobreza, da grandiosidade e do limite da própria natureza.

Relacionada aos relatos encontra-se a importância do *mito* que é uma elaboração da fronteira, na opinião de Otávio Velho. A *fronteira* – que além de desempenhar o papel de *movimento*, conforme as teses de Turner e Ricardo (VELHO, 1979) – desempenha sua “excelência como matéria prima para elaborar os mitos, uma necessidade para estabelecer a identidade nacional, principalmente em países novos”. E ainda onde se expressa a dialética da hegemonia do Estado e da homogeneização como produto de sua opção.

Neide Gondim (1994)³⁶, em sua obra *A Invenção da Amazônia*, analisou os mitos criados a partir do fantástico mundo amazônico, ora apresentado com a exuberância da beleza e outras vezes com a grandiosidade que amedrontava:

Por todo o lado abundavam as gigantescas sapopemas, os altos troncos estriados, as curiosas palmeiras e os elegantes fetos arborescentes. Esta descrição poderia levar alguns leitores a pensar que nossa caminhada pela floresta deve ser interessantíssima e agradável. Ledo engano! Havia também o lado negativo: as duas raízes que formavam cristais ao longo da trilha, os atoleiros e lamaçais que se alternavam com os trechos recobertos de pontiagudos seixos de quartzo ou de folhas apodrecidas etc. [...] Os índios preferiam andar despidos. Os que tinham roupas, enrolavam-nas em torno da cabeça. Seus olhares irônicos revelavam sua desaprovação pelos meus trajes, inúteis e incômodos numa excursão florestal [...]. (1994, p. 157).

O imaginário criado a partir dessa visão de *Paraíso Terrestre*³⁷ da Amazônia contribuiu para a formação da hegemonia do Estado ao investir e implementar projetos que viessem a formar a sua homogeneização. Prova dessa situação está expressa, ainda atualmente,

³⁶ GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. (1994) é uma obra literária que descreve e analisa a partir dos relatos de viajantes as impressões que eles e os colonizadores tiveram ao chegarem pela primeira vez na Amazônia.

³⁷ Sérgio B. de Holanda e Neide Gondim, a partir de suas pesquisas, afirmam que, no período das Grandes Navegações para o Mundo Novo, a América e os europeus acreditavam que a América seria a representação do Paraíso Terrestre, pelas terras disponíveis e pela grande fartura que a floresta oferecia, no que tange à enorme variedade de recursos naturais.

nos dizeres populares da região: *o Eldorado, a Terra Farta, a Terra onde corre Leite e Mel, a Terra Prometida*.

Em relação ao mito, Chauí (2004), em sua obra “Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária”, ao se referir a América e ao Brasil, questiona a ideia do “descobrimento” ou do “achamento”, como se dizia no século XVI, pois a América, o Brasil e também a Amazônia foram inventados, construídos e emoldurados conforme os interesses sociopolíticos, pois é “uma criação dos conquistadores”. Como o Brasil foi instituído colônia de Portugal, a Amazônia foi instituída campo de atuação do Estado hegemônico.

3.4.1 - A fronteira na Amazônia e a construção do mito

A fronteira na Amazônia contribuiu para a construção do mito, devido ao seu próprio *movimento*, que elabora por sua vez, um novo sentido para a Amazônia. Otávio Velho³⁸ afirma que a *fronteira* é uma excelente matéria prima para elaborar os mitos e que contribuem também para a formação da identidade nacional e para a demarcação de território que ultrapassa quaisquer grupos étnicos.

Essa construção do *mito* foi realizada em várias etapas de acordo com os interesses políticos e a viabilidade econômica: 1) no período colonial, com a exploração das *drogas do sertão*³⁹, representou uma fonte rentável para a coroa portuguesa; 2) exploração das reservas extrativistas, as *matérias primas* de origem vegetal (essências, resinas, cascas, látex) e também de origem mineral (ferro, manganês, alumínio, cobre, ouro e outros minerais nobres) extraídos de Carajás, Trombetas, Serra do Navio; 3) considerar a Amazônia o *espaço vital* para “solucionar” o problema demográfico.

Relacionados às riquezas naturais, o espaço vital e a atuação do Estado hegemônico foram incentivados a partir do final do Séc. XIX e início do Séc. XX, período de seca no Nordeste, pelo primeiro período da borracha. Migrantes nordestinos se deslocaram para a Amazônia com o objetivo em trabalhar nos seringais na extração da borracha. Economia essa que continuou sendo o fascínio durante a Segunda Guerra Mundial, em que foi denominada a “Batalha da Borracha” (MAHAR, 1978).

³⁸ VELHO, Otávio G. Capitalismo Autoritário e Campesinato (1979, p. 141) cita Turner e Ricardo sobre a discussão da importância da fronteira.

³⁹ MENES, D. A. e SACHS, I. discutem em A Inserção da Amazônia no Mundo (p. 133-146) as diversas formas econômicas de inserir a Amazônia na economia nacional e ou internacional.

No entanto, a construção do mito, para Diegues⁴⁰, continua presente no século XX e XXI como *neo-mito*⁴¹, com a idealização de todos os projetos econômicos implementados e executados na Amazônia, e também nos discursos governamentais que giram em torno do meio ambiente e da sua sustentabilidade, porém ainda permanece a mentalidade da natureza selvagem, do paraíso perdido e celeiro do mundo que desempenha uma função importante na definição e na construção de *fronteira*.

3.4.2 - Ação do Capitalismo Autoritário na implantação dos Planos de Desenvolvimento

Para Mahar⁴², o ano de 1912 foi inaugurado com um modelo econômico das Políticas de Desenvolvimento para a Amazônia denominado de *Plano de Defesa da Borracha*, e em 1942, durante a II Guerra Mundial, com a Assinatura de Washington, foi implantada a *Batalha da Borracha*, com o objetivo de recuperar a economia regional da borracha e manter a posição do Brasil no mercado internacional.

Para dar suporte à economia da borracha foram realizados financiamentos, foi criado o Banco de Crédito da Borracha (BCB) e, para suprir as deficiências da mão de obra, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (SEMTA) cujo objetivo era arregimentar trabalhadores do Nordeste – chamados de os “Soldados da Borracha”. As inúmeras iniciativas que o Governo realizou foram simplesmente para fortalecer os mecanismos da produção e não dos seringueiros e da população em geral.

Ao findar a II Guerra Mundial, o Estado continuou sua hegemonia⁴³ através de modelos econômicos estabelecidos pelo capitalismo autoritário.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o retorno da borracha asiática no mercado mundial, produzia na Amazônia outra crise econômica. Em 1953, se estabeleceu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, coordenado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), adicionado, em seguida com o I Plano

⁴⁰ DIEGUES, A. C. O Mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO e PINTON, Faces do Trópico Úmido, (p. 315-347) apresenta como se dá a relação político-econômica com as riquezas naturais.

⁴¹ DIEGUES (op. cit.) afirma que na concepção de proteger a natureza enquanto selvagem, estão presentes os neomitos e opera-se o pensamento racional e o mitológico.

⁴² MAHAR, Dennis. Desenvolvimento econômico da Amazônia. (1978) periodiza a economia a borracha de 1912 a 1945.

⁴³ CARNOY (op. cit., p. 95) discute o conceito de Gramsci sobre hegemonia, em que apresenta dois significados: sociedade civil (a classe popular) e a sociedade política (o Estado). Afirma: o primeiro significado é em relação à sociedade civil onde a classe dominante exerce o controle, através da liderança moral e intelectual; e o segundo é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. “A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados”.

Quinquenal que, dentre as prioridades são ressaltados o setor agrícola e o desenvolvimento dos transportes, comunicações e energia (MAHAR, 1979).

Verificou-se que, sob o impulso do capitalismo autoritário, sem um maior conhecimento científico sobre a Amazônia, sobre as peculiaridades, as gestões para o desenvolvimento encontraram limites graves, mostrando-se insuficientes para inovar o plantio e a extração da própria seringa.

É uma espécie de *transformismo* que permite às elites locais e aos representantes nacionais dominarem os interesses locais e as diretrizes nacionais em troca de instrumentos pressupostamente orientados ao desenvolvimento. O importante era consolidar cada vez mais o vínculo com o centro de poder com o Governo Federal.

Gramsci denomina este tipo de exercício de poder de *política-potência* baseada na doutrina do Estado coercitivo com a concepção de política-hegemônica, em que o Estado não realiza o desenvolvimento usando somente as forças produtivas, *mas através da hegemonia na arena da consciência* (CARNOY, 1989, p. 94-104).

3.5 - A “Modernização” na Amazônia através do Modelo Agrário

A “vocaçãõ” para a agricultura foi uma imposiçãõ do estado à Amazônia, orientado pelo que (COSTA, 1992, p. 27), classificou como o “ideal agrícola”. Para a resoluçãõ dos problemas agrários no país, a Reforma Agrária objetivava a modernizaçãõ agrícola, baseada no Estatuto da Terra e na Lei do Desenvolvimento Rural. Sua efetivaçãõ na Amazônia, consistiu na distribuiçãõ de terras para empresas de médio e grande porte, no estímulo aos grupos econômicos com a isençãõ de impostos, facilitando assim a implementaçãõ das formas capitalistas de desenvolvimento. (MARTINS DE SOUZA, 1995, p. 95-96).

Essa política teve o caráter de uma *contrarreforma agrária*, durante o período de 1964-1978, em que a Amazônia se tornou alvo de realizaçãõ dos Grandes Projetos fundamentados na política de desenvolvimento capitalista.

A Reforma Agrária foi entendida pelas elites agrárias como meio para garantir e preservar seus interesses agrários que vêm somar com a lógica capitalista, regularizando assim as terras, classificando-as pelo Estatuto da Terra em *minifúndio*, *empresa*, *latifúndio por dimensãõ* e *latifúndio por exploraçãõ* (MARTINS DE SOUZA, id. ib). Sendo assim, a Reforma Agrária idealizada no país, atendeu os interesses da elite agrária e desmobilizou os movimentos pró-reforma agrária (MAHAR, 1978) e enganou grande parte da populaçãõ do campo, entre sem-terras, meeiros, arrendatários e assalariados do campo por temporada, pela redefiniçãõ

fundiária e pela colonização de novas áreas disponíveis situadas ao centro-oeste do Mato Grosso e na Amazônia com promessas de aliviar as tensões no campo. Martins de Souza (1995, p. 131) afirma que “essa era a única válvula de escape, a reforma agrária [...]”.

Conforme Costa (1992, p. 23), a ditadura militar, na década de 1960 e 1970, usou a estratégia de subsidiar as grandes empresas contra as formas camponesas de ocupação. Enquanto as primeiras foram preservadas da vulnerabilidade do mercado e dos riscos, os camponeses foram deixados à própria sorte no “desbravamento⁴⁴ das terras virgens” a serem incorporadas posteriormente como terras a compor o acervo da “Operação Amazônia”.

A *fronteira em movimento* na região amazônica aliou a política da modernização agrária, incitou o potencial industrial como base de desenvolvimento rápido e solução para a miséria em vários setores do Brasil e despertou as elites agrárias que se mobilizaram em sua hegemonia para permanecerem no pedestal do poder econômico, sem se desfazer das terras. Ao contrário, foram incentivadas a ocuparem mais extensões de terras em áreas ainda “desocupadas e sem progresso” (GRAZIANO DA SILVA, 1982; COSTA, 2000).

Nesse modelo de desenvolvimento a definição geográfica de *fronteira* foi imposta, homogeneizou seu ecossistema e sua extensão territorial, as populações ali existentes não foram consideradas, e quando encontradas ou quando estas se impuseram foram classificadas como não existentes e sem diferenças étnicas e culturais, ou consideradas ainda “incapazes”, conforme o Estatuto do Índio antes de 1988.

A homogeneização da política estatal foi um dos elementos que mais influenciou tanto o pequeno produtor como o latifundiário ou grupo empresarial, apresentando a Amazônia disponível para todo e qualquer tipo de negócio, quer agrário, pecuário, comercial e empresarial, pois, na ideologia desenvolvimentista, a Amazônia, até meados da década de 1980, era denominada de “Inferno Verde”.

3.6 - A “Operação Amazônica”, reflexo da hegemonia

Os vários programas econômicos na região da Amazônia, implantados com a justificativa de garantir uma economia promissora, em pouco tempo fracassaram. De modo que a colonização da Amazônia tem sido um desafio para realizar projetos e programas que viabilizem o processo econômico e principalmente político. Os desafios podem estar relacionados a vários fatores, como a distância geográfica – que impossibilitou o rápido

⁴⁴ O termo “desbravador” faz parte da ideologia hegemônica do Estado que afirmava que o migrante é o desbravador.

deslocamento bem como a comunicação –, a falta de tecnologia e a falta de recursos tecnológicos na região – como estradas, ferrovias e hidrovias precárias que inviabilizaram melhores transportes etc.

Os objetivos da “Operação Amazônia” nos anos de 1960 a 1970 consistiam em estabelecer uma nova orientação política e econômica, estimulando a imigração, polos de desenvolvimento e de ocupação em alguns territórios, criando grupos de populações estáveis, investindo na implementação nas pesquisas dos recursos naturais e nas áreas de fronteira, principalmente redefinindo a geopolítica da Amazônia, estabelecendo novas fronteiras (MAHAR, 1979).

Na mesma década em que se instalou a ditadura militar, Castelo Branco transformou a SPVEA em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), estabelecendo a Amazônia Legal com demarcação de novas fronteiras; criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), vinculadas ao Ministério do Interior; e implementou uma série de medidas com incentivos fiscais e tributários (isenção do Imposto de Renda) para as empresas privadas que investissem na Amazônia; criou o Banco da Amazônia (BASA), extinguindo o BCA e também o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (id. ib.).

No período de 1970 a 1975, um novo programa de características de centralização política é inaugurado, “Integrar para não Entregar”⁴⁵, cuja implementação se destinava a ocupar a região amazônica, pondo um fim no seu “isolamento” em relação ao restante do país, e torná-la economicamente rentável⁴⁶.

Coube ao Programa de Integração Nacional (PIN), utópico em sua execução, construir rodovias que proporcionassem o acesso e a integração da região com as outras regiões e estados do país e preservassem as fronteiras contra a internacionalização da Amazônia, devido a disponibilidade de suas riquezas naturais e reservas extrativistas.

Junto a este programa de integração foi lançado o Programa de Distribuição de Terra (PROTERRA), administrado pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujos objetivos consistiam em facilitar a aquisição da terra, melhorar as condições do trabalho rural e promover a agroindústria na Amazônia e no Nordeste.

⁴⁵ Esse slogan ocorreu como uma ação “preventiva” para contrapor às ações de guerrilha que se consolidaram no Bico do Papagaio, em São Félix do Araguaia.

⁴⁶ MAHAR, Dennis. Ver em Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise das Políticas Governamentais, 1978, p. 30-45, que elucida a atuação do Governo Federal na Amazônia, com o Projeto “Integrar para não entregar”.

Intrínsecos à dinâmica da integração foram criados o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Amazônia (I PND) – com a principal meta de atrair migrantes para colonizar as rodovias da Transamazônica e Santarém-Cuiabá – financiado com recursos do PIN e PROTERRA. Na mesma década, para que os objetivos propostos fossem concretizados, dando continuidade à filosofia governamental hegemônica, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) teve o objetivo de dinamizar a colonização agrícola no Nordeste, na Amazônia e no Centro-Oeste (IANNI, 1979; MAHAR, 1979).

Ainda pertinente ao II PND foi implantado o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) com objetivos de proporcionar investimentos favoráveis à iniciativa privada, incidindo sobre as reservas de ferro da Serra dos Carajás (sul do Pará), sobre um empreendimento em conjunto com a Companhia Vale do Rio Doce, bem como, sobre a exploração de minério e ouro nas regiões do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá (DOSSIÊ/SEMIN.AMAZÔNIA, 1987).

Nessa mesma década, foi criado o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) com financiamento do Banco Mundial, sob a administração dos estados da região amazônica e supervisionado pelos técnicos e consultores do Banco Mundial.

3.7 - Os Percalços do Banco Mundial na Amazônia

O Banco Mundial foi instituído com a denominação de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no final da Segunda Guerra Mundial, e integram a ONU. Posteriormente, no ano de 1959, foram criados outros bancos multilaterais com objetivos de colaborar com o desenvolvimento do Terceiro Mundo, também pertencentes a ONU. Para a América Latina foi instituído o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Desde a fundação, o Banco Mundial centrava esforços na reconstrução e no fortalecimento do capitalismo e da democracia liberal, atingidos pelo nazismo e ameaçados pelo comunismo. Com o fim da reconstrução europeia através do Plano Marshall e o desmoronamento dos impérios europeus, o Banco passou a ser o órgão internacional de desenvolvimento para o Terceiro Mundo.

Jean Hébette (1986)⁴⁷, em análise a respeito da filosofia do Banco Mundial, afirma que seu objetivo principal era a defesa da propriedade privada, que era ameaçada pela proposta coletivista do comunismo. Porém, com uma filosofia de cooperação orientada ao desenvolvimento como modernização agrícola em áreas camponesas, programas do Banco Mundial passaram a priorizar diversos Projetos de Desenvolvimento Regional Integrado (PDRIs) no Brasil e tomaram forma no atendimento ao pequeno produtor rural através da formação de núcleos agrícolas e do POLONOROESTE.

Verificamos que, a partir da abertura da Amazônia à política desenvolvimentista e aos Grandes Projetos – principalmente no que concerne aos Projetos de Colonização, organizados na pequena propriedade – o Banco Mundial agiu diretamente através do POLONOROESTE, principalmente nas áreas dos estados de Mato Grosso e Rondônia, e em seguida pelo PLANAFLORO.

A atuação do BID, parecia se orientar *implicitamente* para a criação de uma “*classe média rural*” que canalizasse sua produção a *insumos industrializados com reflexos positivos para a indústria do centro-sul* (HÉBETTE, id. ib.).

No final da década de 1990, foram elaboradas várias discussões a respeito da atuação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Se na década de 1960 eram defendidas a intervenção e atuação do Estado no processo do desenvolvimento, para a contemporaneidade o *Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador* (BRITO, 2000, p. 203).

3.8 - A Produção de Fronteira na Zona Franca de Manaus, Símbolo da Urbanização

A Zona Franca de Manaus, ligada ao Ministério do Interior, fundada em 1967, isenta da taxa dos impostos IPI, ICM e de importação e exportação é parte da estratégia “Operação Amazônia”. Ianni (1979, p. 65) refere-se à Zona Franca de Manaus como segue:

O modelo de enclave de importação entrou em moda com criação da Zona Franca de Manaus. Sua premissa básica é que os países subdesenvolvidos têm muito a ganhar se começarem pelas indústrias modernas, ao invés de se desenvolverem de baixo para cima a partir do processamento de produtos químicos primários [...]; as indústrias do enclave de importação produzem para um amplo mercado nacional, e não para um limitado mercado regional

⁴⁷ Dossiê: “SEMINÁRIO AMAZÔNIA”: síntese elaborada pelo próprio Jean Hébette. Evento realizado pelo CIMI. Brasília: 01-04/09/1986.

[...] essas indústrias são quase sempre filiais de companhias nacionais e multinacionais [...].

Na década de 1980, a Zona Franca de Manaus simbolizou o movimento de *Fronteira e cosmopolitismo*⁴⁸. A cidade de Manaus representava, para as cidades circunvizinhas, a concretização do progresso, e em nível nacional, a indústria estabelecida, devido a abertura das multinacionais. Era o símbolo da modernização na Amazônia, que nas décadas de 1980 a 1990, poderia se comparar a um grande supermercado eletrônico, onde as pessoas com mais de 12 anos de idade, poderiam comprar no limite de 600 dólares em mercadorias estrangeiras (ARIOVALDO OLIVEIRA, 1987).

Nesse mesmo período, a Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319) era pavimentada e havia transporte rodoviário regularmente. Pessoas de classe média, funcionários públicos, pequenos comerciantes e outros de iniciativa privada iam a Manaus para realizar compras.

Chegando na cidade de Manaus, a reação era de espanto diante de tanta variedade de aparelhos eletrônicos e de outros “badulaques”, objetos considerados supérfluos, e que eram adquiridos porque representavam algo diferente – símbolos da “cidade grande”, em relação às outras cidades da região Amazônica, como também às cidades do interior dos outros estados brasileiros. Fato este, que incentivava as pessoas a comprarem diversos objetos para presentear seus familiares que moravam na própria região ou em outras cidades do país, desde um quadro luminoso de Santos Católicos até um pequeno gravador. Era o fantástico comércio brasileiro!

Essa mobilidade do comércio fácil e barato era pertinente à presença da ideia de progresso da indústria e do incentivo ao consumo e também ao aspecto do capitalismo autoritário atuando na região. Não importava o rendimento mensal dos funcionários da loja.

Ariovaldo Oliveira (1987, p. 113) confirma:

Com relação ao rendimento médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais, atingiu-se a seguinte distribuição: 45% não recebiam rendimento algum; 18% recebiam até 1 salário mínimo; 18% entre 1 e 2; 6% entre 2 e 3, o que equivale dizer que 42% dos trabalhadores recebem menos de 3 salários mínimos. Apenas 6% recebem entre 3 e 5 salários mínimos, 5% entre 5 e 10, e somente 2% ganham mais do que 10 salários mínimos.

A Zona Franca de Manaus mudou o contexto de cidades rurais ribeirinhas – que viviam, em sua maioria, da pesca e da extração dos recursos naturais – e deu às outras cidades da região um novo dinamismo, criando a urbanidade. De acordo com Otávio Velho (1979, p. 149), se faz presente o *dualismo*, não necessariamente de forma incompatível, pois os dois

⁴⁸ VELHO (op. cit., p. 162-167) discute a transição para o Cosmopolitismo, resultado do desenvolvimento industrial.

polos, industrial-urbano e tradicional-rural, são modos diferentes e particularmente desiguais de desenvolvimento capitalista.

Entende-se essa dinâmica como processo de construção do capitalismo autoritário em que o migrante conquista seu espaço de vida, moradia, terra para plantar e também os mecanismos de comércio vinculados às necessidades do cotidiano no qual, gradativamente, se desenvolve um núcleo urbano. Bertha Becker (1990, p. 143) classifica isso como *paradoxo*.

No período compreendido de 1950 a 1980 na região amazônica, acompanhou-se um grande aumento do número de núcleos urbanos. Na cidade de Manaus, surgiram 29 núcleos urbanos, em Belém 49 núcleos e em Cuiabá 41 núcleos urbanos, também convergidos na questão de *fronteira* (id. ib.).

Verifica-se pelo desenrolar do processo histórico da Amazônia que o modelo de desenvolvimento, dentre os objetivos propostos, foi o de *garantir a fronteira*, implantando programas e projetos para a modernização – convergidos para o capitalismo – que Hawken, Lovins e Lovins o denominam de *Capitalismo Convencional*⁴⁹.

⁴⁹ HAWKEN, Lovins e Lovins. Capitalismo Natural. Criando a Próxima Revolução Industrial. Denominam o capitalismo de convencional pela agressão que causa ao meio-ambiente e o desperdício da indústria.

IV - A FRONTEIRA AGRÍCOLA EM RONDÔNIA

4.1 - Introdução

O estado de Rondônia, inserido no contexto de transformação da *Frenteira* na Amazônia, foi constituído pela política do governo federal e local para ser a *grande fronteira agrícola*.

A ocupação de suas terras foi realizada de várias formas: por colonização oficial, “espontânea”, por ocupação, dirigida pelo órgão competente do Estado ou ainda por empresas privadas, através de Projetos Integrados de Colonização e outros, baseados na formação de pequenos lotes de terra (estabelecimentos) na agricultura familiar e na pecuária reproduzindo uma economia integrada ao restante do país.

4.2 – “A Fronteira” de Rondônia em Movimento no Período Colonial

Em meados do Séc. XVIII⁵⁰ o Estado luso ocupou os limites entre o norte do Mato Grosso e o sul do estado do Amazonas e delimitou *fronteiras* construindo o Forte Príncipe da Beira, atualmente no município de Costa Marques, no atual estado de Rondônia⁵¹.

A fortaleza militar, denominada de Real Forte do Príncipe da Beira, é situada à margem direita do rio Guaporé (fronteira entre o Brasil e a Bolívia). Sua construção foi iniciada junho de 1776 e concluída em agosto de 1783. Seu objetivo foi o de consolidar a posse da coroa portuguesa sobre as terras ricas em metais preciosos, à margem direita dos rios Guaporé e Mamoré, no extremo noroeste do Brasil, devido os constantes conflitos com a Coroa da Espanha.

No entanto, no ano de 1889, a fortaleza militar foi abandonada, período da primeira República, permanecendo no anonimato político por num período de 40 anos, sendo tomado quase totalmente pela floresta. Em 1914, segundo alguns historiadores, foi *reencontrada* por Marechal Rondon, que retornou em 1930 para viabilizar as instalações da unidade do exército durante a abertura da Linha Telegráfica Mato Grosso ao Amazonas (id. ib.).

⁵⁰ TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia*. (1999, p. 82), classifica os Séc. XVII e XVIII como “ciclo amazônico” das especiarias.

⁵¹ Até o ano de 1943 uma parte de Rondônia pertencia ao Estado de Mato Grosso e outra ao Estado do Amazonas. O Território Federal do Guaporé foi criado em setembro de 1943.

Esse período de “proteção do território”, compreendido entre a construção do Forte e o seu “abandono”, se veicula como sendo a *fronteira em movimento*, onde estão estampados os interesses econômicos e políticos da Metrópole Portuguesa em relação à Espanha, pelas delimitações fronteiriças. Uma vez que as “ameaças” de invasões de outros países, principalmente da Espanha, cessaram e que se deu o enfraquecimento das atividades extrativistas, a *fronteira* ficou no “esquecimento”.

Com a ação de Marechal Rondon de reativar o Forte, mudou então o significado de *fronteira*: de “proteção” passa a ser de “valorização” do território.

Subjacente ao estabelecimento dos limites da região do Guaporé – tão importantes para a Coroa Portuguesa e partes do suporte político, econômico e também social – iniciou-se o extrativismo das drogas do sertão e a exploração das minas auríferas. Ambas as atividades justificaram o estabelecimento de todo aparato colonialista, cuja mão de obra para a coleta das ervas e sementes na mata, bem como para a construção do Forte e o desenvolvimento das atividades auríferas adveio dos escravos negros e índios⁵².

4.3 - Algumas Formas de Desenvolvimento no Território

Desde o final do Séc. XIX até o Séc. XX, aproximadamente nos anos da década de 1950, a extração da seringa nativa (*Hevea brasiliensis*), denominada de economia da borracha, teve duas fases, uma no início do século XX e a outra fase ocorrida durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Já no Séc. XIX, a partir dos anos de 1880, os nordestinos ocuparam o vale do Rio Madeira, nos afluentes do Rio Machado e Jamari, região onde a economia gomífera era muito próspera (PONTES PINTO, 1988).

Segundo Carlos Corrêa Teixeira (1999, p. 88-90), nessa mesma época do Séc. XIX, com o início das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, foi contratado um grande número de trabalhadores. Em sua maioria estrangeiros com quem os seringueiros cruzavam todos os dias próximo da região dos Rios Jaci-Paraná e Abunã, no atual estado de Rondônia. Aqui se percebem os reflexos da modernidade, impostos sem oferecer as condições mínimas de estrutura físicas, políticas e econômicas (HARTDMAN, 1991).

⁵² TEIXEIRA, Marco Antônio D. Mortos dormentes e febris. Um estudo sobre o medo, a morbidade e a morte nos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé, entre os séculos XVIII e XX. In: SEMCE. Porto Velho. Conta a sua história. Porto Velho, ABG, 1999.

Outra obra relevante na conquista do território foi construção da Linha Telegráfica que objetivava a comunicação entre os estados do Mato Grosso ao Amazonas e com o restante do Brasil⁵³. Tratava-se de um empreendimento em que muitos dos trabalhadores contratados para tal obra eram inclusive os índios, utilizados para facilitar o contato com outros grupos indígenas e auxiliar no reconhecimento da mata.

O interessante é notar que esses três grupos de trabalhadores (seringueiros, os operários das Estradas de Ferro e os da Linha Telegráfica) se encontravam e também estabeleciam contato com os grupos indígenas, deflagrando problemas étnicos (CORRÊA TEIXEIRA, 1999).

O sistema de telegrafia foi uma das estratégias utilizadas pelo Governo Federal para controlar hegemonicamente uma região concebida como inóspita, porém atrativa para as atividades extrativas como as empresas seringalistas da Bolívia⁵⁴. Outro elemento que justifica a construção do sistema telegráfico é o estabelecimento da *fronteira*, fechando assim o “cerco” dos seringais existentes na região.

Nesse período, deslançaram três atividades: a extração do látex, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e a instalação da Linha Telegráfica. Essas atividades eram muito significativas pois que foram concebidas como forma de desenvolvimento na região e construídas num único pilar que Mahar denomina de “Economia da Borracha” – período em que o “Plano de Defesa da Borracha”, no ano de 1912, justifica as políticas públicas implementadas (MAHAR, 1979, p. 9).

No que tange à discussão de *fronteira*, várias negociações foram realizadas entre os estados brasileiro e boliviano na compra de uma parte dos seringais, que corresponde hoje ao atual estado do Acre. Adquirir estes seringais justificava-se não somente pela economia; era uma questão geopolítica, territorial e a *mobilidade da fronteira* necessitava ser viabilizada para gerar *espaço político* a fim de escoar a borracha via Pacífico. Esse empreendimento resultou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (HARDMAN, 1991).

⁵³ MAGALHÃES, Amílcar. Pelos Sertões do Brasil. Livro em que relata as viagens de Marechal Rondon.

⁵⁴ Relatório do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, 1987.

4.3.1 - A Prosperidade da Economia da Borracha

A economia gomífera possibilitou também o surgimento de dois polos urbanos: o da cidade de Porto Velho e o da cidade de Guajará-Mirim. Ambas as cidades contavam com o modelo e a infraestrutura urbana baseados na cultura inglesa. Estes dois polos exerceram um papel importante na dinâmica da economia, como receptoras e exportadoras, o que viabilizou uma “modernização na selva”⁵⁵.

A atividade gomífera estagnou por um período de 30 anos⁵⁶, vindo a ser revitalizada com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, pelos Acordos de Washington (MAHAR, 1979), o Brasil assinou a cooperação através de envio de matérias primas (no caso a borracha) o que propiciou novamente o recrutamento de novos contingentes de trabalhadores para a região, denominados de “Soldados da Borracha”.

Teixeira⁵⁷, ao colher depoimentos de vários seringueiros de Ariquemes/RO, registrou os momentos de angústia e medo que sofriam quando submarinos alemães os perseguiram ao longo da costa em direção à Amazônia: “Eles eram proibidos de acender fósforo e fumar durante a noite para que os navios em que viajavam não pudessem ser vistos pelo inimigo”.

Num outro depoimento o seringueiro relatou que ficou dois meses numa pousada em Belém para esperar até seguir viagem a Porto Velho.

Segundo Teixeira (id. ib.), somados às dificuldades e obstáculos, a produção da borracha quase dobrou – elevando de 11.000 toneladas em 1939 para 21.000 em 1944 – muito embora esse fato não tenha sido muito significativo para a produção asiática, que levou novamente à estagnação a produção brasileira, após a Segunda Guerra Mundial.

4.3.2 - A Criação da Fronteira - Território Federal do Guaporé

Os anos de 1940 foram marcados pela presença do Estado através de Getúlio Vargas, então Presidente da República, ao visitar a cidade de Porto Velho. Com vários objetivos

⁵⁵ HARDMAN, 1991. Trem Fantasma e a Modernidade na Selva, discute a questão da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré como invasão da modernidade na selva.

⁵⁶ TEIXEIRA, Carlos C. (op. cit.) e MAHAR, Dennis (op. cit.) entre outros, discutem esse período da crise da borracha.

⁵⁷ TEIXEIRA, Carlos C. (op. cit., p. 100-105) relata em suas pesquisas a fala de vários antigos seringueiros que se transferiram para a cidade de Ariquemes, num povoado chamado de Vila Velha, por volta dos anos de 1970 e 1980.

políticos e econômicos, proferiu: “Em Porto Velho, cada operário é um soldado e cada soldado um operário com o objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria”⁵⁸.

Na mesma década, em setembro de 1943, pelo estabelecimento das *fronteiras* da região centro-oeste, bem como pela definição dos limites entre Mato Grosso e Amazonas, foi criado o Território Federal do Guaporé que, em 1956, foi denominado Rondônia, devido à atuação política de Marechal Rondon.

A elevação para Território Federal, trouxe em si um significado de definição do limite territorial, necessário para a atuação direcionada do estado hegemônico em que vai se redefinindo o papel do Estado, fazendo emergir uma nova esfera – “a sociedade civil” – em que novas relações são estabelecidas entre a sociedade política e sociedade civil. Afinal, é o momento em que o Estado se organiza do nacional para o regional e:

[...] indica as possibilidades de construção de uma nova sociabilidade e de transformação das condições das classes subalternas, passando, necessariamente, pela construção de uma nova hegemonia, cujo processo de estruturação não ocorre somente a partir do campo econômico (SIMIONATTO, 1998, p. 41).

Referindo-se ao pensamento de Gramsci, o então Território Federal do Guaporé é revestido do poder político e coercitivo porque determina novas ideias e valores, estabelecendo-se assim a hegemonia com base na cultura⁵⁹.

Em relação à hegemonia do Estado, Esron de Meneses (1988), em sua obra relatou cuidadosamente a atuação de cada governador no período do território e onde se percebe o “refinamento” do papel do estado em relação à sociedade civil que acredita e aposta nele.

4.3.3 - A Extração Mineral - Nova Atividade Econômica

Nos anos de 1940 foram encontradas as primeiras jazidas minerais na região. Iniciou-se a exploração de diamantes nos rios Pimenta e Machado (SILVA, 1984, p. 28), em que garimpeiros e seringueiros também testemunharam a abertura da BR-364. Na década de 1950, abrindo um mercado com promessas de riquezas, foi descoberto o minério da cassiterita (id. ib.).

Em entrevista realizada com Pe. Ângelo Spadari, sacerdote salesiano, vindo da Espanha em missão religiosa para Rondônia, por volta da década de 1950, testemunhou a descoberta da cassiterita, e afirma ser ele próprio o primeiro perito em analisar o minério pelo

⁵⁸ Publicação da Secretaria de Educação e Cultura, 1987, p. 77.

⁵⁹ CARNOY, (op. cit.) - Para Gramsci, cultura não é simplesmente adquirir conhecimentos, mas tornar-se agente de transformação da história, através de uma consciência crítica.

fato de ter a formação científica a respeito (MOSEER, 1997). Porém, as autoridades locais não lhe deram credibilidade, uma amostra foi enviada ao Rio de Janeiro onde outros peritos a analisaram, e foi comprovada a sua veracidade.

A cassiterita movimentou o comércio na década dos anos de 1950, se intensificando a partir de 1959, formando um polo de atividades na cidade de Ariquemes e absorveu uma grande massa de trabalhadores, uma vez que a borracha já estava em quase total decadência (SILVA, 1994, p. 111).

A exploração do minério era totalmente livre e manual. Não havia interferência do Estado para controlar o produto. Diante da grande produção a que se chegou no ano de 1960 – aproximadamente 60 toneladas, em 1972 a extração atingiu em faixa de 3mil toneladas. O Governo Federal, através do Ministério de Minas e Energia, estabeleceu o prazo de um ano para cessar a exploração manual das jazidas, localizadas no município de Porto Velho, sob a justificativa da exploração racional e o controle ambiental (CORRÊA TEIXEIRA, 1999, p. 95-97).

Porém, mais uma vez o Estado agiu com poder hegemônico. Direciona e articula politicamente, abrindo a exploração do minério para grandes grupos econômicos ligados ao comércio mundial do estanho: Brumadinho, Patiño, Brascan, BEST e Parapanema, gerando conflitos com os garimpeiros, com o Estado e falência das atividades comerciais em Ariquemes e Porto Velho (id. ib.).

4.4 - A Prática da Agricultura no Seringal

No período do término da Segunda Guerra Mundial, com a estagnação da economia gomífera na região de Rondônia na Amazônia, os seringueiros continuaram suas atividades de subsistência nos seringais, visto que não tinham outra alternativa econômica. Sendo assim, viviam da agricultura, onde plantavam milho, feijão, arroz e macaxeira e criavam pequenos animais domésticos, principalmente galinhas. Segundo depoimentos de antigos seringueiros e algumas pesquisas, essa prática da lavoura branca já era realizada durante o auge do período da borracha para alimentar as famílias (Tocantins, 1985).

Segundo depoimentos orais de um antigo seringalista, Sr. Couceiro (filho de seringalista e que continuou as atividades do pai)⁶⁰, alguns seringalistas faziam questão de

⁶⁰ Pesquisa realizada para trabalho monográfico do Curso de Bacharelado em História - UNIR, por Joyce Suellen Couceiro, orientada pela autora deste trabalho (2003-2005).

cultivar a agricultura de subsistência, mas com uma certa variedade, acrescentando também alguns legumes, principalmente a abóbora e frutas, que nos períodos de crise da borracha vendiam os produtos até na feira da cidade de Porto Velho. Ainda afirmou que, por ocasião da construção da Linha Telegráfica, vendia os produtos para Marechal Rondon.⁶¹

Destaca-se que, durante e pós a economia gomífera, a agricultura sempre foi uma prática constante no seringal.

4.5 - As Primeiras Colônias Agrícolas no Território Federal de Rondônia

O Governo do Território, no período pós-Segunda Guerra Mundial, não tendo mais a representação econômica da borracha, para evitar o êxodo rural criou algumas colônias agrícolas na região⁶², como:

- Colônia do Iata, em Guajará Mirim em 1948;
- Colônia do Candeias, também neste mesmo ano;
- Nipo-Brasileira em 1954;
- Treze de Setembro, também 1954;
- Paulo Leal em 1959;
- Vila de Calama, situada ao longo do Rio Madeira onde também surgiu a do Beiradão de forma “espontânea”, isto é, os seringueiros se aglomeraram à beira do Rio Madeira devido à pesca e, principalmente, para ter acesso ao meio de transporte e de comunicação, uma vez, desativados os seringais, ficaram isolados na mata.

Próximo à cidade de Porto Velho, na mesma época foram criadas as colônias Areia Branca (hoje área urbana); Periquitos, situada entre o Iata a Abunã; e cerca de 150 km da capital, a Colônia Japonesa Treze de Maio. Todas receberam subvenções do seu consulado em Belém, dedicaram-se à horticultura e avicultura, cuja mão de obra era familiar para o plantio e a colheita; para o desmatamento era utilizada a mão de obra assalariada. Ressalta-se que, no início dos anos de 1980, o mercado municipal de Porto Velho era abastecido com grande parte dos hortifrutigranjeiros da colônia japonesa, que atualmente está rodeada por uma grande periferia de bairros que surgiram por ocupação.

⁶¹ id. ib. - O Sr. Couceiro veio a falecer em janeiro de 2006.

⁶² GALVÃO MODESTO, 1981. A Contribuição do INCRA dentro do Processo de Ocupação do Território de Rondônia. MA/INCRA.

Segundo o relatório, nem todas as colônias citadas prosperaram na agricultura devido ao surgimento do garimpo na região, pelo fato de o tamanho do estabelecimento ser de 25 hectares com o solo pouco fértil, de os produtores não terem condições financeiras de adquirir sementes e nem meio de transporte para escoar os produtos e comercializá-los livremente, ficavam assim atrelados ao intermediário, desde a compra das embalagens (sacarias) até a venda dos produtos – vendidos nas feiras de Porto Velho e Guajará-Mirim.

Atualmente a Colônia do Iata se tornou uma vila e ainda continua com sua produção agrícola de subsistência. Calama, no Beiradão, é uma vila considerada próspera, onde continua a agricultura de subsistência e conta com numa população aproximadamente de 2000 habitantes.

No início dos anos de 1960, surgiu a Colônia Viçosa, próxima à Colônia dos Japoneses, cuja maioria era de cearenses vindos da cidade de Viçosa-CE. Lá se fixaram e iniciaram a agricultura também de subsistência e produtos também vendidos na feira de Porto Velho⁶³.

Dessas colônias detectou-se que a política governamental forçava uma agricultura com sucessos, porém sem subsidiar recursos de implementação e de continuidade. A sobrevivência de algumas colônias deveu-se ao fato de trazerem consigo uma cultura tradicional, se organizarem em torno dela, como no caso dos seringueiros do Beiradão, dos japoneses e dos cearenses. Pelas pesquisas realizadas, a tradição cultural constituiu um elemento forte para sua eficiência econômica.

Uma outra questão a ser destacada é a política estatal que diferenciava os projetos de colonização a partir da década de 1960, em que o contexto socioeconômico e político exigia uma modernização e desenvolvimento acelerados.

Rondônia nesse período ainda não era classificada na categoria de “fronteira agrícola”, pois sua localização isolada, com difícil acesso de comunicação, de transporte e, por ter passado por constante instabilidade política (MENEZES, 1987) durante vários anos, desde que fora criado território da federação, não oferecia as condições necessárias para o estado hegemônico implementar projetos futuristas já que isso comprometeria investimentos de grandes empresas.

Costa (2000, p. 49) afirma que a Amazônia, como “fronteira agrícola”, está relacionada às questões políticas e econômicas do estado brasileiro, em que grandes projetos foram implementados, objetivando a atração de grandes grupos econômicos, fazendeiros,

⁶³ Pesquisa realizada pela autora no ano de 1999.

empresas industriais e bancárias; e, conforme (COSTA, 2000, p. 52), foi realizada uma “opção pelos ricos”.

A ocupação em Rondônia foi sendo gradativa e à *revelia do Estado* (COSTA, 2000, p. 206) pelos excluídos da modernização causada no campo de diversas regiões do país, no período dos anos de 1960 e 1970 (CORRÊA TEIXEIRA, 1999).

Consideramos de real importância destacar que até meados dos anos de 1960, entre os índios, seringueiros, garimpeiros e também produtores⁶⁴, a relação estabelecida com a terra era de coleta, extração e cultivo para a subsistência. Diante dessa realidade podemos afirmar que o colono era livre, plantava de acordo com seu legado cultural, obedecendo o clima e as estações do ano da região, e a quantidade era delimitada de acordo com o número de membros da família. A terra como *mercadoria* foi estabelecida definitivamente com a colonização oficial. Em Plácido de Castro temos a ideia de que a terra sem seringueiros produtivos não tinha valor: era seringal fantasma.

4.6 - A Terra transformada em “mercadoria” no Estado de Rondônia - sua situação fundiária

Por integrar o programa “Operação Amazônia”, houve no Estado a implantação da “Operação Rondônia”, cujo objetivo consistia na “distribuição controlada da terra” criando estratégias de povoamento para ocupação definitiva de famílias na categoria de pequenos produtores (IANNI, 1979).

Elevado à categoria de estado no ano de 1981, Rondônia atraiu o movimento iniciado já na década dos anos de 1960: milhares de migrantes oriundos de vários estados brasileiros, principalmente do centro-sul do país, cujo sonho era em ficar rico⁶⁵. Para os migrantes as terras eram sinônimo de fartura e estavam disponíveis para serem cultivadas e também povoadas. No entanto, não sabiam eles que iriam encontrar índios e seringueiros que já há muito tempo estavam vivendo dos produtos que a terra oferecia.⁶⁶

Com a política do Governo Federal, o então território de Rondônia foi sendo ocupado, principalmente depois da abertura da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), na década de

⁶⁴ Já citados anteriormente com base em Corrêa Teixeira.

⁶⁵ Convivendo com os migrantes, principalmente agricultores e garimpeiros, na década de 1980, se ouvia falar muito: “vou fazer meu pé de meia e volto prá minha terra”.

⁶⁶ Carlos Corrêa Teixeira (op. cit.), em sua pesquisa com colonos e seringueiros, relata o choque não somente cultural, mas político e econômico.

1960 que possibilitou a articulação com o centro-sul do país e consolidou intensiva colonização na década de 1970 com a Política de Integração Nacional (PIN).

A criação da SUDAM em 1968 estabeleceu diretrizes para a ocupação da Amazônia para a qual já se previa a implantação de Projetos de Colonização, estabelecendo duas áreas prioritárias de atuação em Rondônia, pelo Decreto no.63.104 de 15/08/1968, art. 1^o⁶⁷:

- Área Prioritária nº 1 - compreendia a área ao longo da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia (atual Ji-Paraná), abrangendo uma faixa de seis quilômetros de cada lado da rodovia.
- Área Prioritária nº 2 - tratava da região localizada entre as cidades de Porto Velho e Abunã.

O art. 2^o do mesmo decreto se referia especialmente ao povoamento e desenvolvimento econômico-social na região, denominada de “Zonas de Fronteiras”, compreendendo a área de Guajará-Mirim⁶⁸.

Coube ao INCRA viabilizar a implantação dos Projetos de Colonização nas áreas propostas pelo referido decreto, quando primeiramente iniciou-se a corrente migratória de forma desordenada ao longo da rodovia, possibilitada pela abertura da BR-364 no início daquela década.

O referido Relatório do INCRA⁶⁹ atribuiu a procura intensa na ocupação de novas terras ao fechamento dos garimpos em 1971 e ao abandono dos seringais, em virtude das melhores perspectivas de trabalho para os seringueiros, com a construção da BR-364 e a possibilidade de se tornarem proprietários de uma parcela nos Projetos de Colonização do próprio INCRA. A instituição classifica os migrantes da seguinte forma:

- agricultores sem terra, oriundos em sua maior parte do centro-sul do país;
- um pequeno grupo de capitalistas do Sul, interessados em adquirir terras no Território de Rondônia;
- um certo número de pessoas que se localizavam nos núcleos populacionais existentes, com a finalidade de se dedicar a atividades, sobretudo, do comércio.

Afirma ainda, o referido relatório, que na quase inexistência do setor Industrial, a agricultura é a alternativa mais viável para absorver em parte esse fluxo migratório, tornando-

⁶⁷ MODESTO, G. Relatório do INCRA/MA/CETR. (1981, p. 32).

⁶⁸ Relatório do INCRA/MA/CETR (id. ib., 1981, p. 32-33)

⁶⁹ id. ib., 1981, p. 33.

se necessário, criar “um tipo de propriedade capaz de absorver a mão-de-obra disponível”. Portanto, a implantação de projetos de Colonização fundados na propriedade familiar, foi a opção que o INCRA adotou por ser a mais viável naquela época e por não serem fundados nos parâmetros do desenvolvimento sustentável.⁷⁰

Para viabilizar a divisão das terras, devido a sua extensão e complexidade social e política, o INCRA dividiu o único Projeto Fundiário de Rondônia em vários outros Projetos Fundiários criados em setembro de 1975:

1. Projeto Fundiário Alto Madeira (5.570.000 ha), integra as unidades fundiárias de Abunã e Rio Preto, onde está localizado parte do PAD Marechal Dutra;
2. Projeto Fundiário Corumbiária (5.990.500 ha), localizado no sul do estado, a 490 km de Porto Velho, abrangendo os municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal e Guajará-Mirim e é integrado pelas Unidades Fundiárias de Vilhena e Roosevelt. Em sua área estão localizados os PICs Paulo de Assis Ribeiro e Gy-Paraná;
3. Projeto Fundiário Guajará-Mirim (7.045.000 ha), a 340 km de Porto Velho, onde está localizado o PIC Sidney Girão;
4. Projeto Fundiário Jaru-Ouro Preto (5.698.900 ha), localizado a 362 km de Porto Velho, integrando os municípios de Ji-Paraná, Cacoal, Guajará-Mirim, Porto Velho e Ariquemes. Nesta área do projeto, estão localizados os PADs Marechal Dutra e Burareiro; Os PICs Ouro Preto e Padre Aldolpho Rohl e um loteamento rural de propriedade de uma empresa particular, denominada Calama S/A, na Gleba Piryneus.

Ressalta-se que em todos os Projetos Fundiários estão inseridos parques, áreas indígenas, reservas biológicas e florestais.

É interessante verificar a organização e a divisão de hierarquia e valores estabelecidos pelo INCRA e suas responsabilidades, conforme o referido relatório:

- Os PICs eram destinados aos agricultores de baixa renda e cabia ao INCRA implantar a organização territorial, a infraestrutura, a administração, realizar os assentamentos e dar o título aos produtores, bem como, promover a assistência técnica, o ensino, a saúde e previdência social, a habitação rural, a empresa cooperativa, o crédito e a comercialização;
- Os PADs eram assumidos pelos parceiros, que “deveria ser mais especializado que um trabalhador sem terra: precisa ter um mínimo de conhecimento agrícola, ao

⁷⁰ id. ib., 1983, p. 33

mesmo tempo algum recurso financeiro e experiência quanto a obtenção de crédito bancário”⁷¹, cuja cultura era dirigida para o cacau.

- A Colonização Particular era realizada por empresas particulares de Colonização registradas no INCRA, em terras particulares ou públicas, cuja aprovação, de cada projeto, também cabia ao referido instituto. Sua característica é a “do tipo empresarial” e as pessoas qualificadas a participar deste tipo de colonização, eram os agricultores de média renda, com tecnologia mais avançada e possuidores de crédito bancário.

4.7 - A interferência das empresas privadas

Conforme Graziano da Silva (1982, p. 45) é necessário lembrar que a industrialização da agricultura esteve subjacente às grandes empresas no processo de colonização, isto é,

[...] o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção. A subordinação da terra representa, pois, a sua reprodução pelo capital, dado por suposto que o capital cria a forma de propriedade adequada a si mesmo.

Sendo assim, a colonização de Rondônia é classificada por Costa (2000, p. 206) como *tardia* por não se constituir em interesse do governo na expansão dos projetos de colonização oficial nem estar nos padrões da *fronteira agrícola* até 1970, cuja estratégia utilizada foi a da iniciativa privada.

Essa situação de “descaso” por parte do Estado abriu possibilidades de se configurar na ordem capitalista, uma vez que seu espaço foi planejado para a industrialização, ou seja, transformar suas riquezas naturais em capital. Assim, Rondônia poderia se constituir em um polo industrial.

Para Octávio Ianni (1979, p. 106), principalmente a partir de 1974, o Estado incentivou a colonização particular e colocou em segundo plano a oficial. Se configurou, então, uma articulação entre o Estado e as empresas privadas que se propuseram a “dirigir” do seu modo o processo de distribuição de terras, devido aos enfrentamentos entre índios, seringueiros e camponeses (CORRÊA TEIXEIRA, 1999, p. 229-231) para os quais nem sempre os

⁷¹ id. ib., 1981, p. 37-38

funcionários dos órgãos competentes do estado – como FUNAI, INCRA, SUDAM, BASA e outros – apresentavam estratégias adequadas para resolver os problemas e dirigir a colonização.

As empresas colonizadoras sediadas no sudeste e sul do país teciam críticas ao governo pela sua estratégia de colonização e propunham uma infraestrutura muito arrojada, com sérias exigências de forma que era difícil o pequeno agricultor sem recursos financeiros ser classificado para tomar posse de um lote:

[...] Nós não podemos repetir os erros do INCRA. Isto é, não adianta dar terra a gente sem experiência, num paternalismo ineficiente. Hoje, para ter acesso a um dos nossos lotes, o agricultor é escolhido a dedo. Precisa ter *know-how*, cadastro no Banco do Brasil e fazer um depósito mínimo de 100 mil cruzeiros (IANNI, 1979, p. 108).

Conforme Ianni (1979, p. 109-114), a colonização foi efetuada sem a grande incidência das empresas particulares, porque estas se instalaram, em sua maioria ao norte de Mato Grosso, limite com Rondônia.

O Relatório do INCRA⁷² afirma que empresas particulares eram incentivadas, mediante licitação pública, para realizar Projetos de Colonização a fim de assentar as famílias. Porém, a maioria das empresas estava operando sem as condições legais – conforme as exigências do órgão governamental responsável – e sobre as quais foram tomadas medidas judiciais.

Consta no referido relatório, que no ano de 1974, aproximadamente 6.280.000 hectares de terra estavam em poder de empresas particulares que atuavam em diversas áreas da região, principalmente ao longo da BR-364, e que, geralmente eram sociedades formadas por familiares, grupos econômicos, agroindústrias, agropecuárias, empresas madeireiras oriundas de outras regiões do país e antigos seringalistas da própria região.

Dentre estas empresas, destacamos a *Herdeiros de Roman Chavez*, cujo certificado foi expedido pela República de Pando, na Bolívia, e transcrito no Registro de Imóveis em Porto Velho com a participação do Juiz de Direito, o Oficial dos registros Públicos e seu Sub-Oficial, e “sofreram as cominações do AI-5”⁷³.

Através desses documentos detectou-se uma série de irregularidades de ordem jurídica, que culminaram com a incriminação processual na Polícia Federal ou ainda com a cassação dos títulos para aqueles que praticaram atos ilícitos e foram acusados de práticas ilegais perante ao INCRA.

⁷² MACHADO, Dr. Amadeu G. M. - Advogado do Projeto Fundiário de Rondônia, MA/INCRA/CR (14), (1975, p. 1-27).

⁷³ id. ib., 1975, p. 6

A forma que foi conduzido o processo de implantação dos Projetos de Colonização causou uma série de conflitos sociais, formando uma cadeia de tensões⁷⁴:

- os produtores que ocupavam as áreas, ditas propriedades das empresas particulares foram despejados;
- os produtores que compravam a área de terra destas empresas e esta se encontrava em situação ilegal perante o INCRA, e assim, o produtor não efetivava sua ocupação e nem era ressarcido pelo INCRA e nem pela empresa que a vendeu;
- a empresa delimitava áreas já ocupadas por pequenos produtores e as vendia para terceiros;
- políticos⁷⁵ do território, com interesses eleitoreiros, incentivavam a ocupação de terras aleatoriamente, inclusive em áreas indígenas, incitando os produtores contra o INCRA;
- ou ainda, o político apoiava a empresa colonizadora e acusava o INCRA de invasor de terras particulares.

Essa situação de conflitos resultou em chacinas de produtores, de aldeias indígenas, vários assassinatos e inclusive o assassinato do advogado Dr. Agenor Martins de Carvalho, em novembro de 1980, muito influente na questão agrária, na área rural e também urbana, na cidade de Porto Velho, onde as tensões eram intensas devido a ocupação de migrantes oriundos de várias regiões do país e provenientes também dos conflitos no campo.

4.8 - A busca pela “fronteira” como meio de vida

A oficialização da Colonização em Rondônia, na década de 1970, incrementou o valor da terra e atraiu inúmeros migrantes de diversas regiões do país para recomeçar uma nova vida.

Tal realidade é descrita no relatório já mencionado, como segue:

Houve o tão decantado chamamento do Governo Federal, para que fosse ocupada a Amazônia; as condições para tanto, dizia-se, eram excepcionais: ingressou-se na desumana tarefa de vender esperanças, hoje já não tão intensa.

Chegar à *fronteira* de Rondônia, para encontrar a nova terra, foi o sonho de inúmeros migrantes que com muito esforço e sacrifício enfrentavam uma longa viagem por uma

⁷⁴ id. ib., 1975, p. 13-27

⁷⁵ O Relatório se refere quase que exclusivamente à atuação do Deputado Sr. Jerônimo Santana.

estrada desconhecida e sem pavimentação, com os seus poucos pertences fretados numa *pick-up* ou num caminhão em duas ou três famílias que dividiam o combustível ou ainda era utilizado o *pau-de-arara*⁷⁶ coberto com uma lona, cujas pessoas ficavam expostas a todas as intempéries da viagem.

O *pau-de-arara* era fretado por várias famílias ou frequentemente acontecia de os fazendeiros alugarem um ou mais desses caminhões, conforme o seu investimento em suas terras, que, através do “gato” (espécie de um capataz, pessoa de sua confiança) arregimentavam trabalhadores do sul-sudeste para trabalharem em sua fazenda com promessas de toda infraestrutura, casa, comida, assistência médica e salário. E chegando nas cidades eram esses trabalhadores eram “descarregados”⁷⁷ na rodoviária onde um caminhão do fazendeiro vinha para levá-los à fazenda.

Todos os dias, principalmente na década de 1980, nos municípios situados ao longo da BR-364, chegavam dois a três caminhões lotados de agricultores ou trabalhadores para “tentar a sorte em Rondônia”, como se falava na época.

As famílias que vinham no *pau-de-arara*, sem vínculo com fazendeiro ou com qualquer outro tipo de trabalho, ficavam na rodoviária da cidade até encontrarem um lote de terra para comprar e iniciar o seu lote⁷⁸ ou então até comprar uma *data*⁷⁹ na cidade e trabalhar no mercado de trabalho ou, em último caso, se empregar numa fazenda.

O procedimento adotado dessas famílias era o seguinte: a mulher com os filhos, geralmente menores, ficava na rodoviária e enquanto o marido com um dos filhos maiores, do sexo masculino, saía à procura de trabalho, ou de um lote de terra para comprar⁸⁰ ou ainda uma *data*, dependendo das oportunidades encontradas.

Um outro transporte utilizado a partir da década de 1970, era a Empresa de Transportes União Cascavel, atual EUCATUR⁸¹, com a qual o governo do território, na época, estabeleceu um contrato financiando o pagamento de uma parte da passagem da viagem, do

⁷⁶ *Pau-de-arara* é um caminhão assim denominado porque em sua carroceria eram colocados bancos de madeira bruta (pregados e sem encosto) com o mínimo de espaço entre eles.

⁷⁷ “Descarregados” para expressar a forma como essas famílias eram tratadas. Os bois da fazenda recebiam um tratamento muito melhor.

⁷⁸ “Lote” é a denominação que se dava a pequena propriedade agrícola, também denominada por Costa (1999) de estabelecimento.

⁷⁹ “Data” é a denominação atribuída à área urbana.

⁸⁰ Algumas famílias do sul-sudeste vendiam alguns pertences, na sua região e com este dinheiro pagavam o transporte da vinda, alimentação e compravam um pedaço de terra. Muitas vezes os recursos conseguidos cobriam somente até a compra do imóvel e nada mais. Não sobrava nada mais, nem para construir um barraco e nem para alimentação.

⁸¹ A partir de agosto de 1972, a Empresa União Cascavel iniciou a operação com uma linha regular do estado do Paraná para Rondônia.

trajeto do estado do Paraná até as cidades de Rondônia, ficando o restante a serem pagos pelos migrantes.

Na maioria das vezes, os homens deixavam a família no seu local de origem e “vinham na frente”, para dar início ao roçado, construir um barraco e num período de 3 a 6 meses, buscavam a família ou mandavam buscá-la através dos seus parentes ou conhecidos, e nesse retorno já vinham mais outras famílias.

Nessa década, compreendida entre os anos de 1970 até meados de 1980, se realizou intensa migração. Pois, uma vez a colonização oficializada foi feita uma grande divulgação nos estados do sul-sudeste pelo Governo Federal, a respeito das terras de Rondônia, para as quais muitas famílias foram atraídas e deixavam tudo em troca de se fixarem em Rondônia. E outra forma de divulgação era a “não oficial”, realizada através das notícias de parentes, amigos e vizinhos⁸².

4.8.1 - A Demarcação das Terras pelo INCRA

Conforme o Relatório do INCRA (1988, p. 32-33), até o ano de 1983, nos cinco Projetos Integrados de Colonização e nos dois assentamentos dirigidos, o INCRA demarcou 25.162 lotes rurais, o que equivale a 93% da capacidade dos projetos; e durante o período dos anos de 1970 a 1983, expediu em Rondônia 67.074 documentos, dos quais 25.162 se referiam a Autorizações de Ocupação, 19.070 eram Cartas de Anuência e 23.110 Títulos Definitivos. Na questão de assentamentos, até o mesmo ano de 1983, nos Projetos Integrados de Colonização e nos Assentamentos Dirigidos foram identificadas 25.0962 famílias, selecionadas 26.486 e assentadas 23.655; as 2.828 famílias selecionadas, mas que não foram assentadas ficavam no aguardo da abertura do Assentamento Rápido.

Esses números comprovam a dinâmica da migração que era intensa. Informações extraoficiais afirmavam que o Estado havia perdido o controle da migração, principalmente em organizar a infraestrutura tanto na área urbana como na rural.

Os produtores, oriundos de regiões e culturas diversificadas foram ocupando as terras nas frentes de colonização. Foram eles que determinaram as “frentes”, conforme o pensamento que vem a se confirmar com o comentário de Graziano da Silva⁸³:

⁸² Foi realizado e filmado um documentário a respeito da colonização inicial em Rondônia, denominado, “Em busca do Eldorado” onde foram recolhidos relatos e testemunhos e retratada a atuação da empresa União Cascavel que transportava os migrantes até mais ou menos próximo à linha de acesso ao lote.

⁸³ GRAZIANO da SILVA, José. (op. cit., p. 49). Ver nota de rodapé.

É fundamental destacar aqui o papel dos pequenos produtores na expansão dessa fronteira. O baixo custo de incorporação das novas terras esteve sempre relacionado com a apropriação do “trabalho morto” incorporando por esses pequenos parceiros, arrendatários e posseiros. Como se diz corriqueiramente, eles “amansaram a terra” (desmatam, preparam para o cultivo, abrem caminhos etc.) antes de elas serem apropriadas pelas grandes empresas capitalistas, geralmente dedicadas a culturas perenes e pecuárias.

Eles, com suas famílias, constituíram o ponto fundamental na expansão da agricultura em Rondônia, iniciado com a agricultura de subsistência nas pequenas propriedades.

4.9 - Os Investimentos em Infraestrutura na Década de 1980-1990

Nesse período da década de 1980 a 1990, o governo federal realizou novos investimentos criando programas de desenvolvimento, como:

1 - POLONOROESTE/NUARES

A partir dos anos de 1980 os projetos e programas de incentivo à ocupação foram reduzidos e se iniciou uma nova fase, cuja otimização estava ao encargo do Estado, sobre o qual recaía a responsabilidade de apoiar a agricultura, através do crédito rural. Para viabilizar esse processo, foi implantado o POLONOROESTE no ano de 1981, que teve como objetivos: a) o desenvolvimento e a consolidação do emergente estado de Rondônia; b) a pavimentação da BR-364; c) a implementação de projetos de saúde e o controle da malária; d) o desenvolvimento de projetos agrícolas através dos Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARES); e e) a preservação do ecossistema e a defesa dos povos indígenas, no que dizia respeito à demarcação de suas terras⁸⁴.

Millikan⁸⁵, através da análise do relatório da FAO-CP, 1987, afirma que os objetivos do POLONOROESTE, no início de sua implantação, consistiam em evitar o desmatamento irregular, o aproveitamento do potencial da terra através do cultivo de culturas perenes, baseado na agricultura tradicional com crédito agrícola e o controle das doenças tropicais, no caso a malária. No entanto, o desmatamento avançou de forma indiscriminada⁸⁶.

⁸⁴ BECKER, B. Fronteira Amazônica, 1990, p. 68-70.

⁸⁵ MILLIKAN, Brent, (1993, p. 93). In: DIEGUES, A. C. (Coord.) - analisa o processo de ocupação de Rondônia, os efeitos do desmatamento e a atuação do POLONOROESTE.

⁸⁶ MILLIKAN, (op. cit.) afirma que um estudo financiado pelo Banco Mundial, em 1986, para analisar o desmatamento em Rondônia, demonstra que de 2,2 milhões de hectares em Rondônia, revelou que 46% da terra desmatada, representando mais ou menos 30% da área pesquisada, era usada em terra de pastos, e 30% da terra desmatada se considerava usada em safras anuais enquanto outros 16% se classificava como abandonada ou “capoeira” e 8,5% haviam sido usadas em culturas perenes.

Associados a ele estavam os seguintes fatores: a política fundiária do INCRA – de incentivo ao desmatamento do lote para garantir assim a escritura definitiva ao proprietário; a abertura e pavimentação de estradas – principalmente as vicinais; a criação de assentamentos em áreas de solos pobres e ecossistemas frágeis; e a invasão em áreas indígenas e outras áreas protegidas por especuladores sancionados por políticos e por agentes governamentais influenciados por empresas de mineração, madeireiras e pecuaristas.

O autor ainda ressalta a complexidade da atuação do INCRA em não reconhecer o zoneamento através do Decreto 3782/1988. No estado tinham sido instalados vinte núcleos, entre eles, Nova Colina (apresentava o solo de maior produtividade), Nova Riachuelo, Vale do Paraíso e Nova União pertencentes ao PIC Ouro Preto, que no final da década de 1990 foram elevados a categoria de município.⁸⁷ A estrutura fundiária destes núcleos foi constituída, em média, com lotes de 100 hectares, em que a cultura era baseada na “lavoura branca” arroz, milho e feijão e na lavoura perene, sobressaindo o café e, em alguns núcleos, também o cacau. Conforme o relatório da CEPA, a pastagem foi adotada quase em todos os núcleos, devido ao solo ser de pouca fertilidade.

2 - PLANAFLORO

Na lógica desenvolvimentista do POLONOROESTE, foi articulado o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), no início da década de 1990, pelo governo do Estado de Rondônia e com recursos do Banco Mundial que visava promover o desenvolvimento sustentável do estado por meio de ações voltadas para o ordenamento territorial. (MILLIKAN, 1993, op. cit.).

O objetivo central do PLANAFLORO consistia em apresentar uma estratégia de “Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia”, partindo do pressuposto de que as atividades agrícolas e florestais se adaptassem aos limites dos recursos naturais ao nível local e objetivava também a implementação da agricultura em áreas desmatadas, mas abandonadas; controlar a expansão pecuária; preservar as reservas naturais e ameríndias; redefinir a política para a ocupação da terra e a utilização dos recursos naturais e iniciar a implementação da sustentabilidade como conceito, método e ações (id. ib.).

⁸⁷ Relatório do Governo do Estado de Rondônia (POLONOROESTE). Levantamento de Subsídios para Viabilizar a Malha Viária Alimentadora. SEPLAN/CEPA/DER/RO. (1983-84).

4.10 - A Influência do Migrante na Construção de Rondônia

O estado interferiu politicamente na implementação dos projetos de desenvolvimento de Rondônia e se utilizou de estratégias que influenciaram no imaginário e no cotidiano da sociedade civil, nos seus diversos segmentos, que residentes nas diversas cidades do interior do estado sentiam-se impulsionados em “construir Rondônia”.

“Eu vou construir Rondônia!” É o que se ouvia e se percebia no entusiasmo dos agricultores. Embora, passando por todas as privações e necessidades, andando a pé mais de 40km para chegar no seu lote e lá ficar durante 8 a 15 dias ou até meses, enfrentava os atalhos na mata e os perigos naturais, como ser atacado pela onça ou cobras venenosas. Enfrentava as picadas de insetos, corria o risco de contrair a malária – muito comum na época – além de tantas outras privações e sofrimentos, como a falta de alimentação adequada, contudo, ainda acreditava e confiava no Estado.

Esse mesmo entusiasmo era característico na cidade, nas escolas, no funcionalismo público, pequenos comerciantes e trabalhadores nas mais diversas áreas.

Mediante a necessidade e a urgência em adquirir um pedaço de terra, mesmo em lugares sem as mínimas condições de estradas ou condições para abrir um roçado e construir uma moradia para sua família, o produtor via o governo como a única saída e a certeza de seu futuro. Mesmo enfrentando todos os problemas referentes à falta de assistência à saúde e escola, ou ainda, muitos casos em que os filhos menores ficavam sozinhos na cidade para estudar, os desafios eram enfrentados com otimismo e o agricultor ainda manifestava gratidão ao Estado.

Essa atitude do produtor em relação ao governo, expressa a força que o poder hegemônico da sociedade política desempenhou sobre a sociedade civil. Recorrendo a Gramsci, “não há hegemonia sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil, enquanto esfera do ser social”:

[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia por meio de suas diferentes instituições (SIMIONATTO, 1998, p. 54-55).

A partir dessa compreensão se entende que para a “construção do progresso em Rondônia” faziam-se necessárias relações estabelecidas entre a sociedade política e a sociedade civil, não de forma homogênea, mas nas suas diferenças, válidas, para que o progresso tivesse condições de ser construído na área urbana e também na área rural.

Em meados dos anos de 1980, já no final da ditadura militar, o papel do Estado foi priorizar cada vez mais a fração da sociedade que lhe dava retorno social, político e econômico, agindo com suas forças coercitivas sobre as classes subalternas da sociedade civil.

Nessa mesma década, se intensificaram as lutas sociais no campo com o aumento das associações de produtores e foi criada a FETAGRI (COSTA, 1999, p. 97). Iniciaram-se também os movimentos ambientalistas, nos níveis nacional e internacional, e aumentaram as Organizações não Governamentais, conhecidas como ONGs.

Nesse mesmo período, em Rondônia o processo migratório se intensificou massivamente através de inúmeras famílias, impulsionadas pelo processo de migração instituído pela atuação do capitalismo autoritário nas diversas regiões do país.

Segundo Millikan (1993, p. 100-106), o censo no ano 1970 apresentava 116.620 mil habitantes no estado. Em 1976, a Secretaria de Planejamento do Território estimava sua população em torno de 450 mil habitantes, ou seja, em apenas seis anos ocorreu um incremento populacional de 400%. No ano de 1973, chegavam em média de 100 famílias por mês.

O Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante (CEPAMI)⁸⁸, nas conclusões de um simpósio, avalia a década de 1980. Afirma que houve uma aceleração da inflação no país, provocando um grande fluxo migratório para o estado de Rondônia e que, em consequência, o governo estadual recorreu aos empréstimos de recursos internacionais.

Nesse período o governo do Estado distribuiu máquinas de beneficiamento de arroz e trilhadeiras para as associações de produtores rurais. Criou também um Programa de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA), com o objetivo de financiar a infraestrutura para a pecuária e cafeicultura. Esta foi a década em que a pecuária começou a ter sua maior expansão e que se tornou o alvo tanto para o estado como para as empresas agropecuárias, bem como pequenos produtores que se investiram e iniciaram timidamente a pecuária com algumas cabeças de gado.

A pecuária foi uma das alternativas econômicas encontradas, também pelo pequeno produtor, visto a existência de um mito: além de necessitar de investimento em proporções menores, o retorno econômico se efetuará com maior rapidez e seria mais compensatório.

Na questão dos créditos de investimentos, no período de 1971 a 1983, o relatório do INCRA (1988, p. 39), descreve que o total desses, atingiu o valor de Cr\$1.499.636.000,00, dos quais 50,7% foram destinados ao plantio do cacau; 27,8% ao de seringueira e os 21,5% restantes foram divididos entre o café, pecuária e financiamentos de casas. Os créditos de

⁸⁸ CEPAMI - O Centro de Estudos e de Pastoral do Migrante, ligado a Diocese de Ji-Paraná-RO, em 1998 realizou um simpósio, cujo título: Migração em Rondônia, que traz uma breve reflexão sobre o processo migratório em Rondônia e suas confluências.

custeio alcançaram o valor de Cr\$1.171.489.000,00, cujo percentual maior, 74,4%, coube ao café; 18,5% ao arroz e 7,1%, ao milho, feijão e arame para construção de cercas.

Na produção da agricultura até o ano de 1982, os projetos de colonização produziram um volume de 1.964.904 toneladas de culturas temporárias e 48.547 toneladas de culturas permanentes, sendo que o PIC Ouro Preto atingiu o montante de 539.997 toneladas de culturas temporárias e 107.604 toneladas de culturas permanentes, equivalentes a 27,49% e 23,35% do total da produção (INCRA, 1988, p. 33).

O mesmo relatório cita a produção de outras culturas como o arroz, milho, banana e mandioca nos projetos de colonização que também eram abundantes, bem como o extrativismo da seringa, do caucho e cernambi e castanha foi de 2.108.429kg e de madeira 1.146.517m³.

O otimismo dos órgãos governamentais em relação a produção era claro. Tanto que no relatório, entre um dado e outro, o relator conclui com as seguintes palavras: “Acredita-se que, a curto prazo, Rondônia se tornará uma das primeiras fontes geradoras de produtos primários do País” (id. ib., 1988, p. 40).

No entanto, nos anos de 1987 a 1992, assistiu-se a uma grande crise do café no estado, devido à queda dos preços do produto, que se prolongou em alguns municípios do estado de Rondônia, até no final de década de 1990 e início de 2000. Neste cenário, os pequenos produtores estocaram o café colhido do seu estabelecimento à espera de um preço melhor. Como não houve aumento do preço do café conforme o esperado, alguns produtores queimaram a roça do café e investiram na pecuária.

Além do café, tanto nas culturas temporárias como nas culturas permanentes é gerada uma crise que se inicia com essa fase de desânimo entre os produtores.

V - A AGRICULTURA EM CRISE NO ESTADO DE RONDÔNIA

5.1 - Introdução

Vários foram os fatores que levaram o produtor à crise, dentre eles a decadência ou “abandono”⁸⁹ das propriedades em Rondônia no final dos anos de 1980. Os problemas enfrentados estão relacionados aos diversos setores, quer sejam econômicos, sociais e políticos.

O produtor, ao receber o seu estabelecimento do INCRA, teve que passar por várias fases de adaptabilidade aos novos padrões de cultivo, de produção e de mercado, pois pela ideologia divulgada através de jornais da capital e dos municípios e pelas visitas realizadas do Governador da época, Jorge Teixeira de Oliveira, afirmava-se que o desenvolvimento do Estado de Rondônia dependia do empenho de cada produtor⁹⁰ – responsabilidade que ele não havia experimentado no seu local de origem. Simultânea e cumulativamente, produtores sofreram as consequências das dificuldades e dos custos da migração inicialmente e, depois, da difícil gestão dos novos sistemas de produção e mercado e dos riscos de mercado a eles associados – aspectos estes decorrentes da falta de infraestrutura.

5.2 - A Falta de Infraestrutura para o Produtor

A falta de infraestrutura representa a primeira crise que o produtor teve que enfrentar ao chegar em Rondônia a partir da década de 1970, visto que a sua expectativa e de sua família em Rondônia era a de conquistar imediatamente boas condições de moradia; mudanças estruturais pertinentes à estabilidade econômica e social, reproduzidos totalmente pela aquisição de terras. No entanto, a realidade encontrada foi totalmente adversa: diferentes condições climáticas, doenças tropicais e os conflitos com as populações tradicionais que representaram não somente um choque cultural, mas a falta de uma política agrária⁹¹.

Outro aspecto a ser destacado se refere ao modelo de investimentos que reside na padronização dos projetos denominados por Costa (2002, p. 332-373) de “quadrado burro”.

⁸⁹ O significado de “abandono” se efetua na falta de condições necessárias que o produtor enfrenta para investir no seu lote e se fixar na terra.

⁹⁰ Jornal “A Tribuna”, 1981, Ariquemes-RO.

⁹¹ Relatório/CIMI-RO (1980): Entre inúmeros conflitos causados pela colonização em Rondônia, destaca-se no ano de 1979, o caso da família de Chico Prestes, no município de Ariquemes, com os índios Uru-Wau-Wau, pela morte e desaparecimento de seus filhos.

Modelos que se repetiram nos projetos de colonização em várias regiões da Amazônia e que se tornaram inviáveis para garantir os padrões do desenvolvimento sustentável. Era o padrão terra/recursos que não incorporava o ecossistema.

Em Rondônia, se repetiu esse modelo onde os projetos de colonização foram traçados em linhas retas, cujos lotes dispostos também em posição retilínea, sem considerar a dimensão ambiental, a diversidade de solos e as consequências que incidiram nos fatores econômicos e sociais. Nesse caso recorreremos a Costa (id. ib.): “[...] tal imposição é um bloqueio incontornável à maximização econômica [...] e o modelo constitui uma sobrestimação (sic) das necessidades de insumos (tornando a estrutura de custos maior do que deveria ser) [...]”.

Subjacente à questão da divisão territorial, face a dimensão do Estado, as terras estão localizadas distantes da sede administrativa dos projetos e também dos municípios, sobre os quais foram elencados uma série de dificuldades⁹²:

1 - Desafios relacionadas a fatores externos

Na década dos anos de 1980, os estabelecimentos do pequeno produtor ficavam localizados, na sua maioria, em locais distantes, onde não haviam sido construídas estradas e/ou rodovias que dariam acesso ao lote. Essa situação dificultou o deslocamento, principalmente durante o período das chuvas em que as vicinais se tornavam praticamente intransitáveis, visto que a única forma de acesso eram os picadões ou varadouros que eram realizados a pé.

Essa falta de estrutura impedia do produtor vender seus produtos que, conseqüentemente, apodreciam na roça ou então eram vendidos a intermediários por um preço irrisório. A falta de infraestrutura era geral.

Esses fatores impediam o produtor de investir no seu lote para melhorar sua produção e elevar sua qualidade de vida, bem como tornavam inviáveis quaisquer novas perspectivas de vida.

⁹² Os dados, que aqui serão expostos, são baseados no Relatório do INCRA (1988, p. 1-18), realizado por Eustáquio Chaves Godinho, Técnico Agrícola, cujo estudo se refere ao período dos anos de 1985 a 1987, onde é avaliada a situação dos produtores nas áreas dos PICs, PADs e PAs-RO.

2 - Aspectos socioculturais e políticos

Nos setores de educação e saúde acompanhou-se uma intensa precariedade. As escolas e o posto de saúde eram construídos no centro da cidade cuja estrutura e atendimento eram muito precários.

Quanto ao produtor e sua família, apresentavam baixo nível de escolaridade, porém se preocupavam com a educação dos filhos. Sendo assim, as escolas eram construídas pela própria comunidade. Erguiam-se quatro “colunas” de tronco de árvores e cobriam com folhas do babaçu. As cadeiras também eram feitas de pau roliços e sem mesa para escrever, porque ainda não havia máquinas de beneficiamento da madeira; e se existisse uma máquina, a localização era muito distante e o serviço, caro.

Dos professores, muitos eram voluntários que esperavam a contratação pela Secretaria Estadual de Educação na capital, Porto Velho. Havia a necessidade de profissionais na área: “Ensinava quem sabia ler ao menos um pouco e fazer as quatro operações.”⁹³

Segundo esse depoimento, vários professores, no início da década de 1980, a convocação pela Secretaria de Educação⁹⁴ para assumirem a sala de aula, eram feita pela emissora de rádio da capital. Como naquela ocasião muitos professores já nem esperavam mais tal convocação, dedicaram-se às atividades do roçado, de tal forma que alguns deles foram avisados por vizinhos. Professores dos municípios de Ariquemes, Jaru, Ouro Preto D’Oeste, Ji-Paraná e Pimenta Bueno confirmam essa mesma situação.

Outros fatores de ordem social foram determinantes para gerar a crise numa colonização que foi se revelando não ser tão próspera. Existia a falta de conhecimento da realidade sociopolítica e econômica da região; falta de condições financeiras para investimento pessoal; dificuldades para se adaptar às mudanças radicais e insegurança em administrar sua propriedade – havia produtores que nunca tinham sido donos de terras, bem como a interferência de políticos/partidários no que se refere ao Título Definitivo de Propriedade. Muitos produtores afirmavam que nunca iriam recebê-lo, tampouco seriam cumpridos ou respeitados os prazos bancários estabelecidos; desentendimentos dos produtores com o técnico que os assistia e o desaparecimento dos marcos identificadores dos limites implantados entre as propriedades.

⁹³ Depoimento registrado em 2004, de uma professora, já prestes a se aposentar, residente no município de Ouro Preto d’Oeste.

⁹⁴ Enquanto território da Federação não havia concurso público. O professor era selecionado pelo currículo.

3 - Situações ligadas à questão da propriedade

Segundo Hébette (2004, p. 236, vol. II), o INCRA contribuiu para que várias pessoas se tornassem proprietários de terras, sem mesmo ter a vocação agrícola, o que fez com que utilizassem a terra para especulação e/ou “negociatas” fáceis para a sobrevivência. Essas pessoas tinham características urbanas (mecânicos, motoristas, ex-metalúrgicos, balconistas, enfermeiros, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, domésticas e outros), viviam com inúmeras dificuldades financeiras, portanto, vendiam seu estabelecimento capitalizando-se temporariamente e depois buscavam outras terras para ocupar. Essa atitude foi a mais comum entre pessoas sem a cultura rural. Muitas vezes a falta de estrutura de assistência à saúde pública resultou em negociata do estabelecimento em troca do tratamento no hospital particular e farmácias.

Outros fatores que causaram sérios conflitos com ações na justiça foram as abundantes queimadas, aliadas aos desmatamentos, que adentravam na produção de cacau, café, seringueiras e pastagens do próprio produtor ou de seu vizinho.

A inabilidade técnica no uso da motosserra usada para a derrubada da floresta, foi um dos causadores de vários acidentes fatais, principalmente dos chefes de família.

Outro fator conflitante era a grilagem de terras. Por meio dessa atividade ilegal, as imobiliárias providenciavam a venda, transferência e título da propriedade junto aos Cartórios das principais cidades do estado em negociação com terceiros, devido ao uso de diferentes meios utilizados pelos proprietários para medir a propriedade. Quando a propriedade era vendida, eram constatadas várias divergências quanto aos seus limites (como a entrada em outra propriedade ou o erro na posição dos marcos limitatórios), o que vinha a ser esclarecido somente com a topografia do INCRA ou de empresas particulares autorizadas, que demarcavam novos e corretos limites. Tudo isso causava sérios conflitos entre os implicados.

Outros tipos de conflito que resultavam em mortes eram as ações ilegais realizadas na propriedade de outrem, como a retirada de madeira de lei, a prática da caça e pesca, e a abertura de estradas vicinais.

O documento ainda registra casos de famílias que, devido às situações diversas, tiveram que vender a sua propriedade para pagar as ações de advogados.

4 - Problemas relacionados ao conjunto familiar

O referido relatório do INCRA elenca uma série de fatores que também contribuíram para a crise na agricultura. Conclui-se que esses fatores familiares não podem ser classificados como problemas de ordem particular ou mesmo pessoal, mas sim a falta de estrutura que impossibilitou que as famílias tivessem melhores condições para trabalhar a terra, moradia digna, acesso à educação com qualidade e à assistência médica e também lazer.

Detectou-se também a presença latente do machismo no homem rural, que resultava em conflitos, brigas, mortes e vinganças entre as famílias; alto índice de criminalidade entre os produtores, atribuídos por problemas de: adultério, desentendimento por questões de limites de terras, atritos devido a invasão de animais domésticos que danificavam a plantação, conflitos entre religiões e ainda os jogos de sinuca, dominó, baralho e outros que resultavam em mortes.

Este conjunto de conflitos não se referem diretamente à produção da unidade familiar – são generalizados e influenciam diretamente. As de ordem de produção agrícola serão tratadas, a seguir por outros órgãos governamentais.

5.3 - A Análise da CEPA a Respeito de Crise na Agricultura em Rondônia

O relatório da CEPA⁹⁵, analisou a produção da agricultura no período de 1980 até 1985.

A pesquisa centrou-se no trajeto da BR-364 entre os municípios de Jaru a Vilhena, nos estabelecimentos dos produtores, para avaliar seu potencial de produção e mercado, nos quais detectou vários problemas:

1) Desmatamento realizado pelos produtores sem o mínimo de conhecimentos, cuidados e de técnicas aplicados para a realidade do ecossistema da região:

[...] O desmatamento atinge declives acentuados, margens de igarapés e rios. Por parte do colono não há nenhuma preocupação quanto a escolha da área a ser derrubada, faz em função do desmatamento que acha necessário e segue uma dinâmica de ocupação que vai da frente para os fundos do lote, desconsiderando a qualidade do solo, o relevo e os mananciais que estão na propriedade. As técnicas de conservação de solo não são utilizadas.

2) Falta de conhecimento da realidade climática e nem das técnicas de desmatamento e do manejo do solo da Região Amazônica, cuja preocupação do produtor consistia em atingir o

⁹⁵ SEPLAN/CEPA/DER/RO. “Levantamento de Subsídios para Viabilizar a Malha Viária Alimentadora”, 1983-84.

seu objetivo de produzir uma grande quantidade e em pouco tempo, cujas orientações eram provenientes do próprio INCRA e também para suprir as necessidades da própria produção.

3) Falta de assistência técnica por parte dos órgãos competentes do Estado.

4) Produção e comercialização no Estado de Rondônia: a CEPA, analisou a questão da comercialização coordenada pelo POLONOROESTE, referente ao 1º trimestre/ano 1984-1985, através do Programa da Comissão de Financiamento da Produção, no NUAR Nova União/Ouro Preto d'Oeste, em que foi criada uma infraestrutura na sede do município e nos núcleos estratégicos, onde dispõe de equipamentos e serviços de apoio à comercialização. Porém, surgiram problemas quanto à capacidade de armazenamento dos equipamentos da CIBRAZEM e à quantidade produzida pelos produtores a ser recolhida nos núcleos estabelecidos, obedecendo um cronograma estabelecido. Contudo, o equipamento da CIBRAZEM oferecia a capacidade de armazenamento quantitativo de 2.500 toneladas de produção e o quantitativo recolhido nos núcleos era inferior, tornando-se muito oneroso para o Estado fazer vários deslocamentos para recolher os referidos produtos nos núcleos.

Tabela Nº V.2 - Estimativa de Produção na Área de Influência - Nova União-RO, 1985

Estimativa de Produção na Área de Influência - Nova União - 1985	
Volume adquirido	Capacidade do Equipamento
647,35 toneladas	2.500 toneladas

Fonte: POLONOROESTE-PDRI/RO (1984/1985)

O referido relatório assinala as possíveis causas da subutilização:

- **Burocracia** - para a realização da aquisição por parte do governo. A sistemática, na época exigia a ida do produtor pelo menos duas vezes à sede do município; uma vez ele ía para receber a documentação que lhe permitia retirar a sacaria – embalagem para colocar o produto, que muitas vezes não era facilmente encontrada – e na segunda vez, após a entrega do produto no posto de recebimento, para receber o valor da operação.

Observa-se que o processo, entre receber a sacaria e o pagamento resultava em atrasos que obrigavam o produtor a permanecer na cidade. Geralmente, a maior parte dos recursos para aquisição era repassado através da rede oficial para o município, que muitas vezes não atendia às mínimas exigências para operacionalização, obrigando, assim o produtor a deslocar-se para um outro município.

- **As exigências da quantidade de entrega da produção** - atendidas as referidas exigências do ensacamento e os prazos estabelecidos de quinze dias entre o recebimento das

embalagens e a entrega do produto, o produtor deveria ter preparado o produto que ficou na lavoura e armazenado na forma conhecida por “mela”. O armazém da CIBRAZEM receberia a produção em lotes mínimos de 100 sacos nas unidades de 2500 toneladas e 200 sacos nas maiores. Entretanto, o pequeno produtor, plantava em média 2 hectares de arroz, obtendo uma produção de 40 sacos, dos quais é retirada uma parte para a venda, para o autoconsumo e sementes para o próximo plantio. Sendo assim, o produtor não conseguia cumprir a meta estabelecida quanto à quantidade.

- **O intermediário** - nesse contexto ora apresentado, para o pequeno produtor se tornava mais viável vender seus produtos através do intermediário obtendo um valor menor, do que diretamente para o governo.

Tabela V.3 - Produção de Arroz e o Valor Pago pela CIBRAZEM e pelo Intermediário - anos 1984-1985

PRODUTO	VALOR PAGO P/ SACA/ CIBRAZEM	VALOR PG P/ SACA/ INTERMEDIÁRIO	VALOR DE PERDA P/ O PRODUTOR
Arroz com casca	CR\$11.600,00	CR\$ 9.600,00	CR\$ 2.000,00

Fonte: POLONOROESTE-PDRI/RO (1984/1985)

Diante disso, estabeleceram-se algumas diferenças: o intermediário pagava no ato da entrega do produto e o governo demorava a pagar, fazendo com que o produtor se deslocasse mais uma vez para a cidade a fim de receber.

Para transportar os produtos, o programa do POLONOROESTE organizou tudo para que fosse realizado por caminhões de natureza particular, cujos custos eram pagos pelo produtor e a produção era levada para a sede do município. O intermediário, por sua vez, se deslocava menos nas linhas, aguardando o produtor na cidade.

Observa-se que um dos grandes problemas para o pequeno produtor poder comercializar seus produtos era a infraestrutura, organizada pelos órgãos governamentais, que era incompatível com a realidade. Assim, para o produtor, no contexto em que se encontrava, não era viável vender o produto. Os custos para o produtor eram muito altos até a produção chegar na sede do município. Aliás, a comercialização dos produtos dos lotes, até meados da década dos anos de 1990, foi um dos problemas que mais afetou o pequeno produtor, pois os órgãos competentes do governo nunca encontraram uma solução alternativa para escoar os produtos.

5) ‘Fatores Internos e Externos que Influenciaram na Crise:

Com base no referido da CEPA-RO/1983-1984, aponta dois “desajustes” causados pela forma de utilização da terra:

- No fator *interno* a *shifting cultivation* era prática comum dos produtores, aliás, utilizada de forma geral na Amazônia;
- Os fatores *externos* estão relacionados a falta de competitividade dos produtos em outros mercados, isto é, a feira na cidade era o único espaço onde os produtores poderiam vender os seus produtos. A produção geralmente era comum entre os vários produtores, todavia os juros bancários pelo empréstimo realizado, a deficiência de estradas, os preços reduzidos para a venda dos produtos e os altos custos dos insumos, causava prejuízos ao produtor.

6) O produtor ao investir em culturas permanentes⁹⁶ recorria ao crédito de financiamento bancário, porém, nem sempre o mercado era promissor, o que causava prejuízos à produção, conseqüentemente inviabilizava o pagamento das prestações do empréstimo bancário. Essa situação levou muitos produtores a optarem pelo financiamento parcial.

7) A forma tradicional utilizada para o cultivo e o acesso dificultado ao crédito, aos insumos, à comercialização e os preços não competitivos, tornava difícil ao produtor o estabelecimento de outros modelos de produção.

8) A implementação de pastagem como solução imediata e eficaz para solucionar os problemas de produção e principalmente de comercialização - o relatório destaca o aumento da pastagem, que varia de acordo com o tempo de ocupação da área e constata que a pastagem, no ano de 1984, funcionava mais como uma garantia contra a capoeira, como uma medida de segurança para a manutenção da propriedade e atividade bastante diferenciada socialmente, do que como pré-requisito para o investimento de um rebanho de tamanho compatível com área alocada com pastagem, visto que neste período a terra com benfeitoria era mais valorizada, então, desmatar e fazer pastagens eram consideradas benfeitorias.

A partir da Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e da Política Agrícola Nacional para o ano 2000, realizado pelo Ministério da Agricultura em 1985 (versão preliminar), dentre várias estratégias para a região norte, com maior incidência reporta-se ao apoio e à extensão para a pesquisa em todas as áreas, principalmente no que tange ao Trópico Úmido a fim de contribuir para a diminuição do impacto negativo sobre o ambiente e a

⁹⁶ Na década de 1980, o incentivo para o cultivo de culturas perenes, consistia no café.

população regional, bem como para um redirecionamento à política para o favorecimento do pequeno produtor:

Do mesmo modo, o pequeno produtor, como forma de estímulo à produção, deverá receber tratamento diferenciado em relação ao crédito rural, ao abastecimento e à comercialização, com normas específicas e encargos financeiros menores, devido, principalmente, aos fatores ambientais adversos que enfrenta na produção [...] ⁹⁷

O crédito rural, nos anos de 1980, era vinculado ao Banco do Brasil S.A., cujo financiamento era destinado à cultura do café e do cacau. No final dessa década e início da de 1990, a política agrícola tomou novos rumos, onde novas frentes agrícolas foram implantadas. Com a expansão de perspectivas econômicas, surgiram outras alternativas de linhas de crédito como o Banco da Amazônia - BASA, CEPLAC, PROCERA, PRONAF e também através da formação de ONGs que contava com parcerias a nível local, nacional e internacional.

5.4 - As Interfaces do Estado e do Produtor

A exaltação ao Estado não ficou somente restrita à burguesia. Estendeu-se para as classes mais humildes, no caso, o produtor, que ao chegar em Rondônia a procura de um lote de terra, acreditava no Estado como seu único aliado.

Essa “confiança” demasiada, talvez possa se explicar pela situação em que se encontrava no lugar de origem. Pelas pesquisas e convivência com migrantes da região, a maioria vivia em seu local de origem enfrentando uma série de dificuldades de desemprego, subemprego, ou eram meeiros; outros, no período da modernização da agricultura na região centro-sul, por sua vez, venderam sua terra ao grande proprietário a um preço irrisório.

Com a política de desenvolvimento de Rondônia, esses migrantes atraídos pela propaganda em rádio e televisão, patrocinada pelo governo, ao chegarem em Rondônia, maravilharam-se com a exuberância da mata e principalmente com tanta terra “desocupada”⁹⁸.

O governador, Coronel Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro do estado de Rondônia⁹⁹, realizou uma política de caráter atrativo e de convivência populista com a maioria da população, no sentido de estabelecer uma relação amistosa e personalizada com os pequenos produtores, visitando-os na sua cidade e até em seus lotes onde cumprimentava com um aperto

⁹⁷ Relatório do Ministério da Agricultura (Versão preliminar), 1985.

⁹⁸ A maioria dos migrantes desconhecia a existência de povos indígenas na região e ao saberem ignoravam ou também atacavam os nativos, vice-versa, conforme a situação de sua sobrevivência e considerava a terra sem dono. Os migrantes eram convictos de serem os primeiros donos e os desbravadores.

⁹⁹ MENEZES, Esron (1980). Até o ano de 1981, Rondônia sendo território federal, o governador era nomeado pelo Presidente da República, que o denominava Interventor.

de mão a população, entre estudantes, gente da cidade e da roça, que haviam preparado a festa da recepção. O dia da visita do governador à cidade era um dia especial, em que a maioria da população se mobilizava para recepcioná-lo. Experiências essas, nunca vivenciadas por eles anteriormente em outros locais, contribuíram para acreditar no Estado.

Pela trajetória histórica, o governo prometeu aos produtores e à população um estado de futuro e de progresso. E de fato, Rondônia ocupou um lugar de destaque no decorrer dos anos de 1970 a 1980 na implantação dos Projetos de Colonização quer seja de caráter integrado, dirigido, particular ou “espontâneo”. Esses projetos eram concebidos e entendidos, pelos migrantes oriundos de vários estados brasileiros, como sinônimo de construção de um futuro promissor e cuja ideologia foi transmitida pelo próprio Estado através dos seus líderes políticos e órgãos competentes.

No final do período militar, em 1985, o Ministério da Agricultura, através de uma equipe composta por técnicos e especialistas na área do setor agropecuário e política agrícola, com a participação de camponeses, agricultores e trabalhadores rurais¹⁰⁰, elaboraram algumas diretrizes para as diversas regiões do Brasil. Dentre as várias propostas, destacou-se a intensificação da pesquisa no setor agrícola, bem como a assistência técnica e extensão rural.

Ressaltamos que nas relações com o mercado formaram-se tensões entre as necessidades camponesas e as exigências de modernização e mudanças próprias da sociedade envolvente. No caso de Rondônia, a maioria dos pequenos produtores trouxeram a experiência e a prática da agricultura familiar, baseada no sistema de diversificação de culturas. Com a implantação dos Projetos de Colonização na década de 1970 em diante, foi estabelecido pelos órgãos competentes do estado o cultivo em grande escala em sistemas de monocultura.

Esse momento de transição gerou uma crise na unidade familiar, pois esta teve que atender às exigências de mercado, expressas no financiamento através de empréstimos bancários para o seu estabelecimento, em contexto institucional que não a resguardava dos riscos decorrentes da instabilidade técnica e de mercado próprios da produção rural.

Para esse gargalo, que gerou a crise, não foram encontradas soluções, fazendo com que a família do agricultor absorvesse os impactos da crise.

¹⁰⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e a Política Agrícola Nacional. 1985.

VI - A APA DIANTE DO PARADOXO: CRISE E DESENVOLVIMENTO EM RONDÔNIA

6.1 - Introdução

Os Projetos de Colonização implementados em Rondônia constituíram-se a base do desenvolvimento do Estado, com boas perspectivas futuras. Esta realidade foi detectada nos seus primeiros dez anos. No final da década de 1980, iniciou-se uma crise na produção das diversas culturas, entre temporárias e permanentes, causando insegurança e apresentando desafios e questionamentos aos produtores quanto à continuidade ou não dos cultivos praticados, ou mesmo, à permanência ou não na propriedade.

Os produtores do PIC Ouro Preto, como todos os outros projetos, após conquistar uma produção significativa no conjunto do Estado, enfrentaram também os vários desafios postos pela forte crise. Porém, aqui, um pequeno grupo de produtores, enfrentaram os problemas e desafios através de experiências empíricas de cooperação e ajuda mútua e, a partir disto, formularam propostas de mudança na forma da agricultura e do manejo da terra. Sobre esta experiência pioneira nos dedicaremos adiante.

6.2 - Os Antecedentes: A Fundação de Cooperativas e Sindicatos nos PICs

Desde o início das atividades nos Projetos de Colonização em Rondônia, o INCRA incentivou os produtores a formarem cooperativas e sindicatos, principalmente de ordem patronal, pois, segundo o seu relatório, as entidades com essa característica propõe maior segurança aos produtores nas questões de crédito, armazenamento, transporte, comercialização e outros benefícios.

No PIC Ouro Preto, em 1981, o INCRA implantou a Cooperativa Integral de Reforma Agrária (CIRA/PICOP), com treinamentos e cursos de aperfeiçoamento para os produtores, cujo objetivo, segundo o relatório do INCRA, era beneficiar os produtores dos PICs Ouro Preto e Pe. Adolfo Rohl, em assistência técnica e possibilitar uma melhoria na venda dos produtos. Além disso, acrescenta-se que também poderia beneficiar o PIC Gy-Paraná, desde que a estrada, BR-364, que liga os dois municípios, fosse asfaltada.

Em setembro do mesmo ano foi implantado também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto, de característica patronal, em que 882 produtores eram associados,

pertencentes ao PIC Ouro Preto e ao PIC Pe. Adolfo Rohl. E afirma ainda que até 1982, o número de associados aos sindicatos no estado foi de 14.337 produtores, em todos os PICs, o que representava 60,6% dos produtores assentados (INCRA, 1988, p. 37,38-55).

Este número significativo de associados se justifica pela procura do crédito bancário prometido pelo INCRA, visto que as condições para tal benefício ainda eram muito restritas e tinha muitas exigências. Para efetuar um empréstimo, era exigido dos produtores um valor como garantia de crédito e, como a maioria possuía somente sua propriedade, esta equivalia ao valor exigido pelo banco financiador. Porém, nessa negociação, o sindicato, cujo objetivo consistia em facilitar esse crédito, dificilmente exercia alguma influência a favor dos produtores. Assim, muitos dos produtores não conseguiam efetuar o empréstimo bancário. Caso o empréstimo fosse realizado de modo independente, sem o vínculo do sindicato, os juros bancários seriam altos, superiores ao valor bruto da produção, numa situação em que a propriedade estava comprometida para pagamento da dívida.

6.3 - O Desafio dos Produtores do PIC Ouro Preto Mediante a Crise

A trajetória dos produtores do PIC Ouro Preto que formaram a APA, desde as suas primeiras tentativas de realizar um trabalho diferenciado e ainda na condição de sindicato, demonstrou, que uma mudança poderia se efetuar em decorrência dos problemas econômicos e sociais. Esta pode ter se constituído na motivação inicial. Tratava-se de situação similar as que, para Putnam (2000), seriam ponto de partida para mudanças fundamentais.

Na opinião de D'Araújo (2003), a cultura cívica é vivenciada nos grupos ou comunidades que apresentam problemas estruturais da vida humana, entre muitos: a questão desemprego ou subemprego, a falta de moradia e de terra, a saúde precária oferecida pelo estado, uma educação deficiente com poucas vagas para a população, a alimentação sem qualidade ou mesmo a vivência em situação de fome e, conseqüentemente, a falta de lazer. Essa situação é propícia para a organização aliviar ou mesmo sanar os problemas que são de fato individuais, mas que no contexto se tornam comunitários.

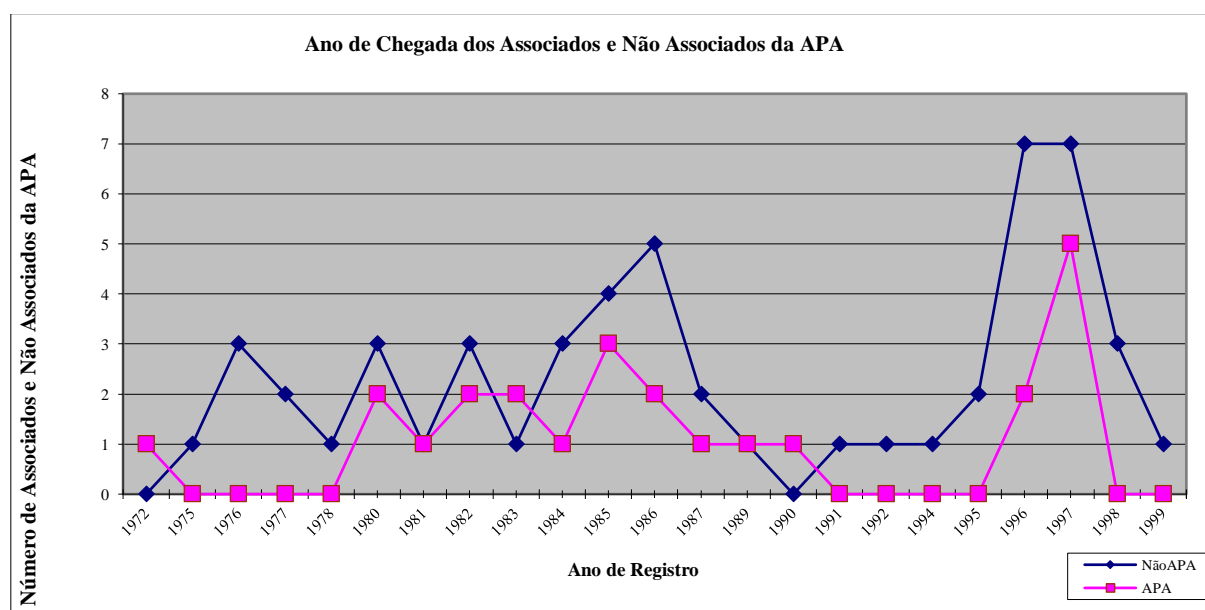
Na trajetória histórica da formação de uma associação ou de um sindicato detectamos que as pessoas com problemas comuns, resolvem formar um grupo e, ao organizarem-se, traçam objetivos para alcançar uma meta final na qual estão presentes os valores humanos da confiança, da cooperação, da solidariedade – base do civismo – e onde também estão presentes os componentes do capital social, em que as transformações individuais, poderão se estender à toda a comunidade.

Verificamos no decorrer da nossa pesquisa que alguns produtores do PIC Ouro Preto, ao se encontrarem em situação de crise, com os seus estabelecimentos com o solo esgotado, com pouca produção e com as necessidades básicas não satisfeitas, partiram para formação de bases para uma mudança, formando assim a APA.

6.4 - Caracterização dos Associados da APA e Não-Associados da APA

A chegada dos associados da APA na região de Ouro Preto d'Oeste, bem como dos não associados da APA, ocorreu no início da década de 1970, prolongou-se até meados de 1980 a 1990 – períodos em que houve o maior fluxo migratório – e nos anos de 1996 a 1997 – quando surgiu um novo índice de migração.

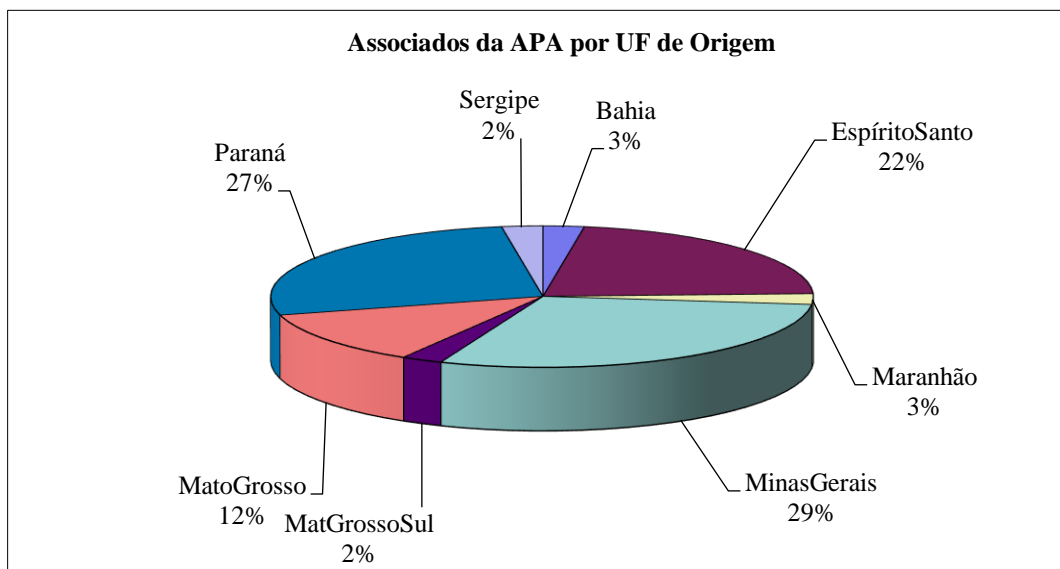
Gráfico VI.1 - Ano de chegada dos Associados da APA



Fonte: Pesquisa de Campo/2001.

Esses grupos representam o contexto sócio-político-econômico dos diversos estados brasileiros – a realidade diversa de sua origem, que classificamos como consequência do movimento de fronteira e da construção de novos espaços, temas já discutidos anteriormente, e que também são resultados dos intensos movimentos migratórios para a Amazônia. Das 24 famílias associadas que entrevistamos, 30% são oriundas de Minas Gerais, 28% do estado do Paraná, 22% do Espírito Santo, 12% de Mato Grosso, e uma pequena porcentagem são da Bahia, Sergipe, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

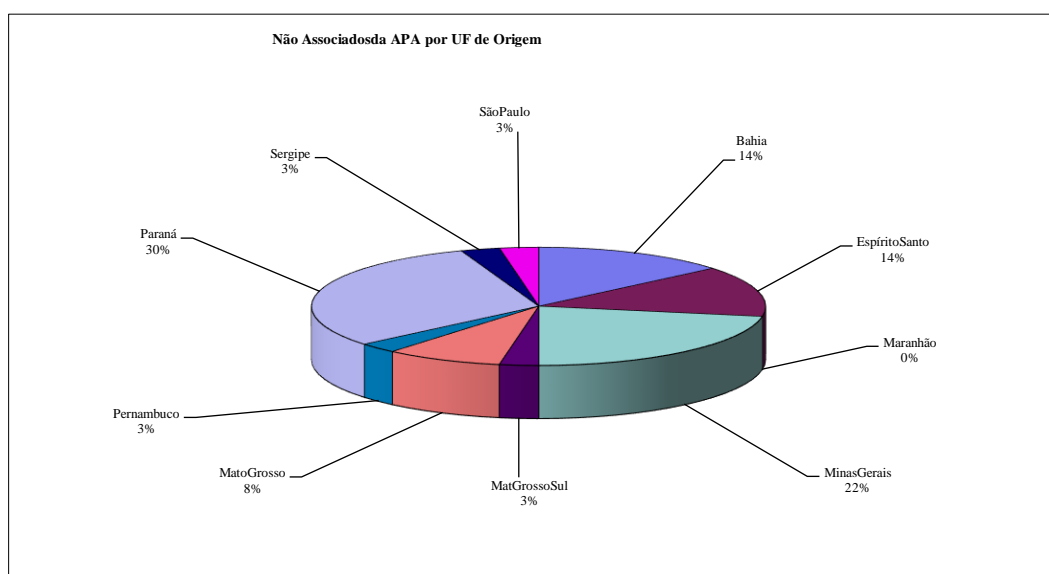
Gráfico VI.2 - Associados da APA por UF de Origem em %



Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Diante dessa diversidade, temos um grupo de produtores marcado pela agricultura tradicional e de pequena propriedade com mão de obra familiar em sua maioria que, aliás, era predominante durante as décadas de 1970 até meados dos anos de 1980, conforme a discussão elaborada no capítulo IV. A forma de acesso à terra ou a conquista da mesma, representa a realidade dos desafios enfrentados pelos produtores.

Gráfico VI.3 - Não-Associados da APA por UF de Origem em %



Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Das 54 famílias não associadas da APA que entrevistamos, 30% são oriundas do estado do Paraná, 22% de Minas Gerais, 14% da Bahia e a mesma porcentagem do estado do Espírito Santo e um quantitativo mais reduzido dos estados de Sergipe, São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nos dois grupos entrevistados, entre associados e não associados da APA, detectamos uma intensa rotatividade migratória nos vários estados do país para chegar até Rondônia; fato provocado por um complexo contexto sócio, político e social local e regional, resultado da política nacional.

Souza Martins (1995), ao discutir a expulsão do camponês de sua terra, disserta que *migrar* não pode ser classificado como um ato espontâneo, porque está inserido num sistema que desencadeia ações que os *expulsam* do que já foi conquistado e ocupado, ou seja, aquilo que constitui o seu patrimônio. O camponês se tornou *migrante* porque, o ato de sair para um outro local não significa que ele deixou somente o lugar físico, sua cultura e tradições, o migrante sofreu também uma desestruturação e desintegração da sua identidade, porque, no novo lugar a ser conquistado, teve que construir uma outra organização econômica e social reorganizando assim seu novo universo.

6.4.1 - As diferentes formas de acesso à terra entre os associados da APA e não-associados da APA no período de 1972 a 2000

A condição de acesso à terra representa uma amostra da *tensão reprodutiva* que o produtor teve que enfrentar ao chegar nos projetos de colonização. Como já foi discutido anteriormente, vários foram os desafios para garantir a demarcação e a posse da terra. O produtor teve que investir os seus bens materiais: alguns contavam com uma certa quantia de dinheiro – fruto da venda de bens móveis e também imóveis, ou ainda na troca de uma mercadoria ou, então, investimento em sua mão de obra para trabalhar em diversas atividades. Podemos afirmar que se formou uma frente dinâmica de “abertura do lote” entre os produtores.

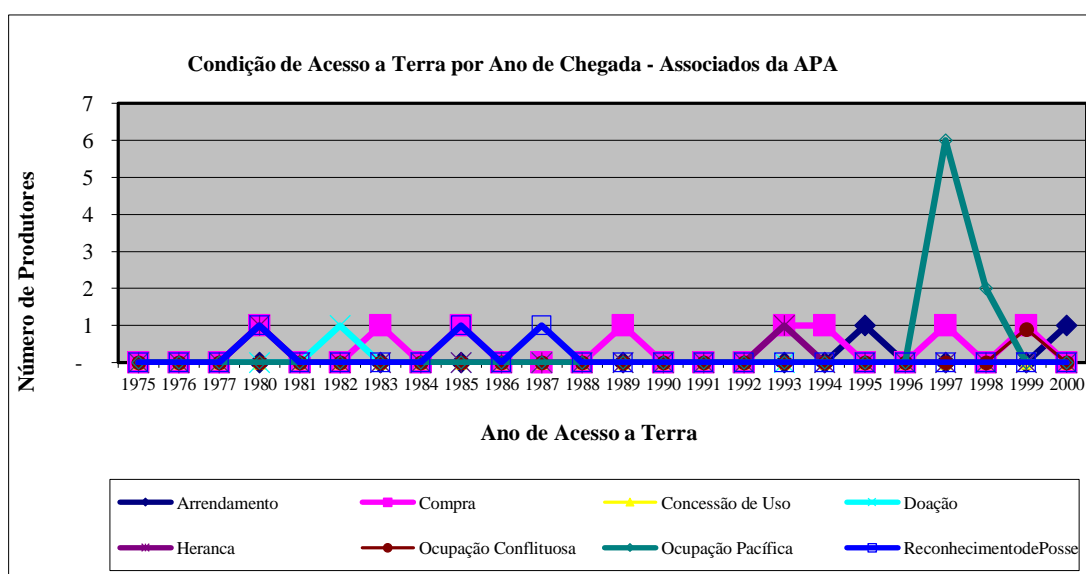
Tabela Nº VI.4 - Condição de Acesso a Terra e Média de Terra em Ha por Ano de Chegada - APA - 1975 a 2000

CONDIÇÃO DE ACESSO	APA		
	Total de Casos	Total de Ha	%
Arrendamento	2	12,2	1,24
Compra	8	407,2	41,46
Concessão de Uso	-	0	0
Doação	1	24	2,44
Herança	2	38	3,87
Ocupação Conflituosa / Posse da Terra	1	26	2,65
Ocupação Pacífica / Posse da Terra	8	224	22,81
Reconhecimento de Posse / Com conflito	3	250,8	25,53
Total	25	982,2	100
Média de Terra p/ Ano - Família - APA - 39,28 ha			

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Pelos dados da pesquisa, Tabela VI.3, a média anual de terra por família perfaz 39,28ha, e se destacam oito casos de compra, no total de 407,2ha, correspondendo a 41,46% das terras e oito casos de ocupação pacífica para três casos de reconhecimento de posse com o total de 250,8ha.

Gráfico VI.4 - Condição de Acesso a Terra por Família dos Associados da APA por Ano de Chegada - 1975 a 2000

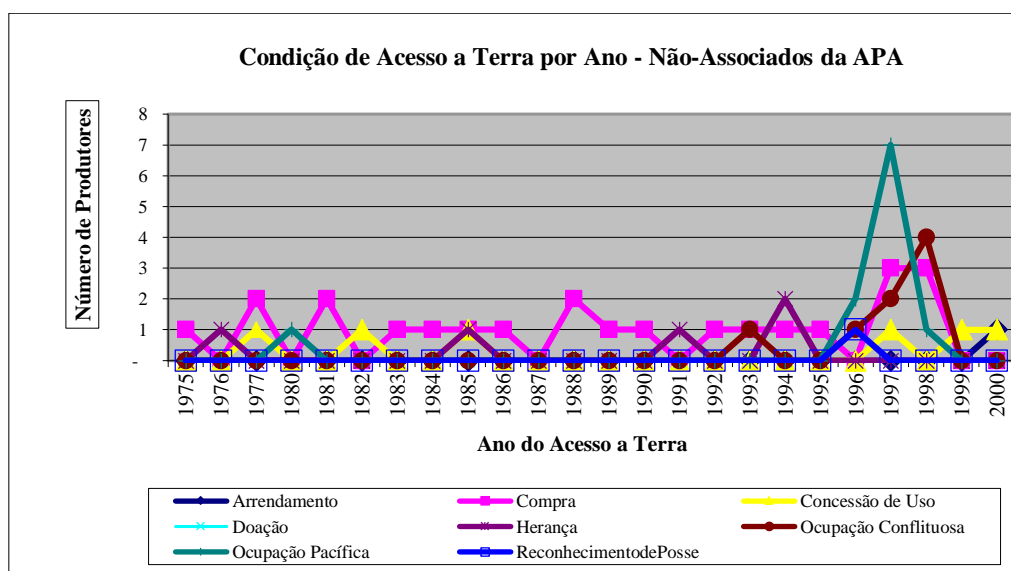


Fonte: Pesquisa de Campo/2001.

Na década de 1990, é ampliada a condição de acesso à terra por meio da compra, e, assim, se faz presente a ocupação pacífica e a conflituosa no final desse período. Conforme o que já foi discutido no Cap. 4.7, esses casos, somando a partir da década de 1970 até o ano 2000, representam os diversos conflitos subjacentes à colonização de Rondônia, em que empresas e particulares demarcaram e venderam terras.

No conjunto dos entrevistados temos também o grupo dos não associados da APA que apresentam características semelhantes aos associados, no que se refere à sua origem, às formas de acesso à terra e aos desafios enfrentados no processo migratório.

Gráfico VI.5 - Condição de Acesso a Terra por Família dos Não-Associados da APA por Ano de Chegada - 1975 a 2000



Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Detectamos que a condição de acesso à terra por compra, comum aos dois grupos, associados e não associados da APA, ocorre em vários períodos, tendo uma maior concentração nas décadas 1980 e o reconhecimento de posse segue a mesma dinâmica, porém com uma maior concentração de terras em menor número de casos. Esse dado confirma a intensidade do fluxo migratório estabelecido anterior aos Projetos de Colonização criados pelo INCRA.

A condição de acesso à terra não caracteriza diferenças entre os associados e não associados da APA pelo fato de que suas procedências ocorreram praticamente dos mesmos estados do país e decorrentes da complexidade da política brasileira. O que determina a diferença entre os respectivos grupos de associados e não associados da APA é o perfil

socioeconômico, tendo como pressuposto de análise o ideário do desenvolvimento sustentável, discutido no primeiro capítulo.

6.5 - Dinâmicas Diferenciadas de Implementação de Culturas Permanentes entre Não-APA e APA nos anos de 1972 a 1990 e nos anos de 1991 a 2001

Nas décadas de 1970, até meados de 1980, a *shifting cultivation* era uma prática constante entre os migrantes produtores na região de Rondônia – como já foi discutido anteriormente, representada nos casos da Não-APA e da APA – em que a produção de arroz, feijão e mandioca lideravam a produção (Relatório do INCRA, 1983, p. 33). A partir de meados dos anos de 1980, essa agricultura itinerante abre espaço para outros sistemas de agricultura em que as culturas permanentes vão representar um crescente valor no sistema produtivo. No entanto, essa implementação de novas culturas não se realizou uniformemente devido à própria política do Estado, cujo incentivo priorizava o cultivo de culturas permanentes centradas no cultivo do café e do cacau.

No entanto, consta no referido relatório, conforme tabelas VI.4 e VI.5, que a produção na região do PIC Ouro Preto nas décadas de 1970 a 1982, em relação às culturas permanentes o café representou 39,31% da produção, a banana 52,67% e o cacau 8%; e na cultura temporária o arroz representou 40,61%, a mandioca 29,70%, o milho 24,92% e o feijão 6%.

Tabela VI.4 - Produção de Culturas Permanentes na região do PIC Ouro Preto - 1970 a 1982

Área Explorada - Culturas Permanentes - PIC OURO PRETO - 1970 A 1982				
Culturas Permanentes	Hectares	%	Toneladas	%
Café	40.391	30,35	42.294	39,31
Cacau	34.946	26,26	8.640	8,03
Seringueira	6.618	4,97	0	0,00
Banana	51.118	38,41	56.670	52,67
Total	133.073	100	107.604	100

Fonte: Relatório do INCRA (2003, p. 33).

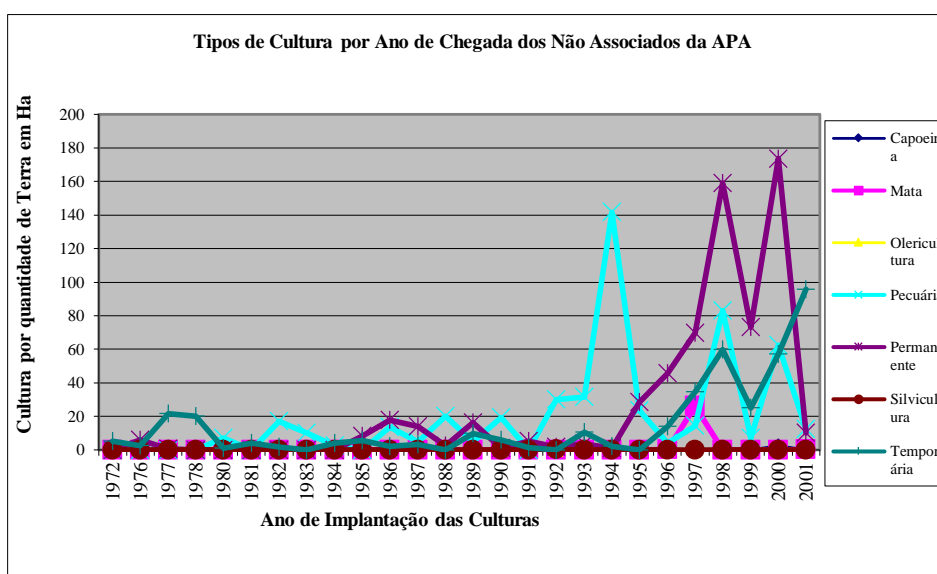
Tabela VI.5 - Produção de Culturas Temporárias na região do PIC Ouro Preto - 1970 a 1982

Área Explorada – Culturas Temporárias - PIC OURO PRETO - 1970 a 1982				
Culturas Temporárias	Hectares	%	Toneladas	%
Arroz	131.698	45,52	219.025	40,61
Milho	80.942	27,98	134.426	24,92
Feijão	58.820	20,33	31.119	5,77
Mandioca	17.853	6,17	154.825	28,70
Total	289.313	100	539.395	100

Fonte: Relatório do INCRA (2003, p. 33).

Os dados não comprovam somente a reprodução do modelo de agricultura que os migrantes aplicaram na região do PIC Ouro Preto como forma de subsistência. Comprovam também a continuidade das tradições acumuladas no decorrer dos anos pelo homem do campo em seu lugar de origem e o processo de mudanças aceleradas pelas quais passou nas terras ocupadas nessa região devido ao fator climático – que exigia adequação da agricultura, bem como à política vigente – que incentivava a monocultura.

Gráfico VI.6 - Evolução dos tipos de cultura por ano de chegada (1971 a 2001) - Não-Associados da APA

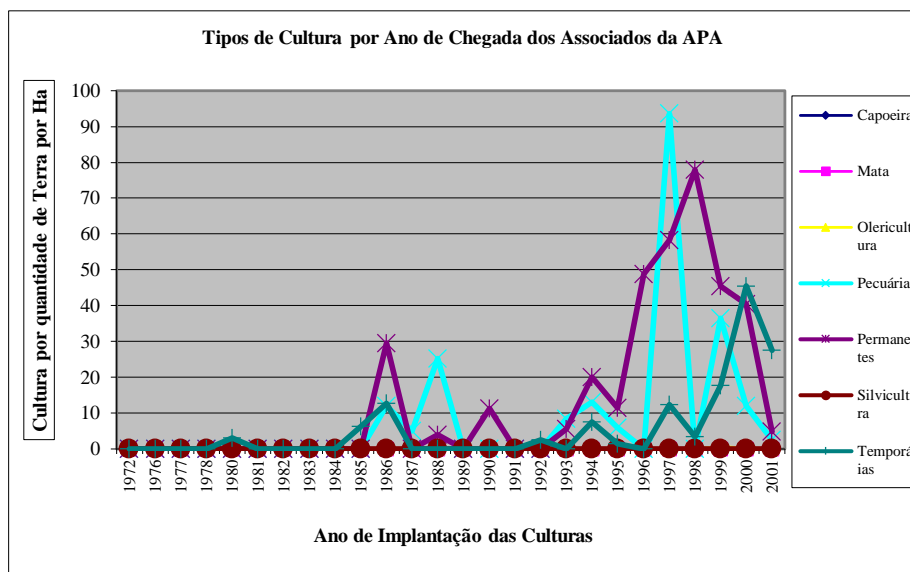


Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

A cultura permanente, nesse caso, foi implantada timidamente em meados dos anos de 1970 (Gráfico VI.4), que passou por um período de estagnação até os anos de 1980, cujo investimento foi maior na cultura temporária, gerando uma produção significativa. No início da década de 1990, a agricultura permanente foi intensificada nos dois grupos e a pecuária foi iniciada nos não-associados da APA ainda na mesma época; sendo, nos associados da APA (Gráfico VI.5) implantada a pecuária em meados dos anos de 1980.

Nessa mesma época, pequenos produtores acreditavam que essa atividade era uma alternativa para a produção familiar, uma vez que já se apresentava a crise na agricultura. Conforme o Relatório do INCRA (1986), na região de Ouro Preto do Oeste, a pecuária já era uma atividade intensa não só nas grandes propriedades, bem como entre os pequenos produtores.

Gráfico VI.7 - Evolução dos tipos de cultura por ano de chegada - 1972 a 2001 - Associados da APA



Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

No período compreendido dos anos de 1970 a 1990, entre associados e não-associados da APA, o cultivo esteve centralizado numa agricultura de subsistência, justificada pela própria situação em que se encontravam as famílias no início da colonização.

A partir de meados dos anos de 1990 a 2001, detectou-se uma nova dinâmica na produção das pequenas propriedades, entre os dois grupos de não-associados e associados da

APA, (Gráficos VI.4 e VI.5). Houve um aumento no cultivo da cultura permanente, bem como a sua diversificação.

Foram implantadas as culturas de laranja, coco, limão, jaca, caju, cupuaçu, manga, acerola, abacaxi, abacate, pimenta do reino, graviola, pupunha, araçá, entre os não-associados e associados da APA, contudo, o café (5,34 e 12,51%), o cacau (6,6% e 8,31%) e a banana (12,03% e 60,36%) continuaram representando significativamente a quantidade produzida até o ano da pesquisa apresentada na estrutura da produção do ano 2000.

Observamos que a pecuária e a cultura permanente foi alternando nos dois casos, entre os não-associados e associados da APA.

Nos não-associados da APA, a introdução das culturas permanentes apresentou uma dinâmica com maior diversificação do que nos associados da APA. No entanto, no conjunto das atividades, poder-se-á considerar satisfatória a produção – ponto fundamental que será discutido adiante – pertencente ao *roll* de questionamentos elaborados anteriormente a respeito da APA.

É significativa a tabela VI.6 que representa em hectares os tipos de cultura e plantio de destaque na cultura permanente no período de 1972 a 2001.

Tabela VI.6 - Resumo dos tipos de Cultura e Plantio em Ha por Ano de Chegada - 1972 a 2001, dos não-associados da APA e dos associados da APA

TIPOS DE CULTURA E PLANTIO EM HA P/ ANO - 1972-2001			
Tipo de Cultura	Não-APA	APA	Total Geral - Ha
	Total - Ha	Total - Ha	
Capoeira	2,5	0	2,50
Mata	26,33	0	26,33
Olericultura	1,31	0,95	2,26
Pecuária	508,5	214,3	722,80
Permanente	637,06	357,77	994,83
Silvestre	0,17	0	0,17
Temporária	386,94	140,13	527,07
Total	1562,80	713,15	2.275,95

Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

Nesse quadro detecta-se a quantidade irrisória da mata, da capoeira e de plantas silvestres nos estabelecimentos dos produtores, consequência da prática repetitiva da agricultura itinerante.

Os não-associados da APA se destacam no cultivo dos tipos de cultura na ocupação de 1.562,80ha, sendo a maior parte destinada às culturas permanentes 637,06ha, à pecuária 508,5ha; às temporárias 386,94ha e à capoeira 2,5ha. Os associados da APA apresentaram 713,15ha cultivados, o maior índice é das culturas permanentes com 357,7ha; seguido da pecuária 214,33ha e das culturas temporárias com 140,13ha.

Verificou-se que a cultura temporária liderava a maioria da produção até meados dos anos de 1980 nos dois grupos – dos não associados da APA e dos associados da APA. No final da década de 1990, foi efetuado um reordenamento pelos produtores no sistema de produção, sobre o qual vários fatores podem ser considerados para explicar essa mudança.

6.6. - Culturas Permanentes e sua maior representação e dinamismo no Valor Bruto de Produção entre os não-associados da APA e associados da APA no ano de 2000

As culturas permanentes vão constituir uma base econômica relevante nos dois grupos – da Não-APA e da APA. No ano da nossa pesquisa, alguns produtos das culturas permanentes apresentaram destaque no Valor Bruto da Produção. No grupo dos não-associados da APA, vê-se o café representado por 63,99%, o coco por 12,37%, a banana por 4,24% e o cacau com 3,44%, seguidos ainda de outras culturas permanentes (Tabela no. VI.7).

Tabela VI. 7 - Estrutura da Produção das Culturas Permanentes dos não-Associados da APA no ano de 2000

Estrutura da Produção das Culturas Permanentes – Não-APA - Ano 2000										
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Culturas Permanentes	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Abacate	275,84	0,27	-	0,00	275,84	0,92	-	0,00	1.050,00	3,46
Abacaxi	780,00	0,77	45,00	0,06	735,00	2,44	30,00	0,56	490,00	1,61
Abiu	0,60	0,00	-	0,00	0,60	0,00	-	0,00	6,00	0,02
Acerola	5.486,84	5,41	0,50	0,00	5.486,34	18,20	1,00	0,02	224,00	0,74
Araçá	25,87	0,03	0,30	0,00	25,57	0,08	1,00	0,02	62,00	0,20
Banana	4.301,00	4,24	1.195,00	1,68	3.106,00	10,30	1.195,00	22,11	3.106,00	10,23
Cacau	3.920,00	3,87	3.920,00	5,50	-	0,00	2.360,00	43,67	-	0,00
Café	64.861,57	63,99	59.939,00	84,15	4.922,57	16,33	1.747,10	32,33	164,06	0,54
Cajá-Manga	14,52	0,014	-	0,000	14,52	0,048	-	0,000	50,00	0,165
Caju	1.579,32	1,56	0,10	0,00	1.579,22	5,24	1,00	0,02	10.674,00	35,16
Coco	12.534,52	12,37	0,20	0,00	12.534,32	41,58	1,00	0,02	7.349,00	24,21
Cupuaçu	386,62	0,38	125,00	0,18	261,62	0,87	50,00	0,93	140,00	0,46
Fruta-pão	29,04	0,029	-	0,000	29,04	0,096	-	0,000	100,00	0,32
Graviola	2,00	0,00	-	0,00	2,00	0,01	-	0,00	50,00	0,16
Jaboticaba	7,00	0,01	-	0,00	7,00	0,02	-	0,00	25,00	0,08
Jaca	100,00	0,10	-	0,00	100,00	0,33	-	0,00	100,00	0,33
Laranja	82,80	0,08	0,04	0,00	82,76	0,27	1,00	0,02	2.069,00	6,82
Limão	350,00	0,35	0,10	0,00	349,90	1,16	1,00	0,02	3.499,00	11,53
Manga	631,82	0,62	0,10	0,00	631,72	2,10	1,00	0,02	1.199,00	3,95
Pimenta do Reino	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Pupunha	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Total	101.369,37	100	71.225,34	100	30.144,03	100	5.404,10	100	30.357,06	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

Quanto à estrutura das culturas permanentes, os não-associados da APA têm maiores indicadores de diversidade de produção visto que a produção se encontra melhor distribuída.

Tabela VI.8 - Estrutura da Produção das Culturas Permanentes dos Associados da APA no ano de 2000

Estrutura da Produção das Culturas Permanentes - APA - Ano 2000										
Culturas Permanentes	Valor Bruto da Produção APA-2000		Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quantidade Autoconsumo	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Abacate	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Abacaxi	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Abiu	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Acerola	417,08	1,02	-	0,00	417,08	32,47	50,00	0,57	50,00	10,13
Araçá	0,80	0,00	-	0,00	0,80	0,06	8,00	0,09	8,00	1,62
Banana	5.340,00	13,00	5.240,00	13,17	100,00	7,79	5.340,00	60,36	100,00	20,26
Cacau	1.413,50	3,44	1.393,50	3,50	20,00	1,56	735,00	8,31	10,00	2,03
Café	31.569,50	76,88	30.912,00	77,71	657,50	51,19	1.107,00	12,51	21,50	4,36
Cajá-manga	-	0,000	-	0,000	-	0,000	-	0,000	-	0,000
Caju	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Coco	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Cupuaçu	266,00	0,65	209,00	0,53	57,00	4,44	1.400,00	15,82	300,00	60,79
Fruta-pão	-	0,000	-	0,000	-	0,000	-	0,000	-	0,000
Graviola	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Jabuticaba	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Jaca	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Laranja	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Limão	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Manga	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Pimenta do Reino	56,00	0,14	24,00	0	32,00	2,49	7,00	0,08	4,00	0,81
Pupunha	2.000,00	4,87	2.000,00	5,03	-	0	200,00	2,26	-	0
Total	41.062,88	100	39.778,50	100	1.284,38	100	8.847,00	100	493,50	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001).

Nos associados da APA, em sua estrutura de culturas permanentes, o café também representa a maior percentagem – 76,88%, a banana 13,00%, a pupunha 4,87% e o cacau 3,44%.

Nos dois grupos o café representa o maior fluxo da produção, acrescido do coco e da pupunha. Os não-associados da APA apresentam uma variedade maior nas culturas permanentes e os associados da APA uma maior concentração em algumas culturas permanentes.

A diversificação do cultivo das culturas permanentes não parece ter sido incentivado por parte do governo. Este, como já fora tratado anteriormente, incentivava o plantio do café, na década de 1990, e do cacau desde a década de 1980. Aqui, detectou-se que os associados da APA, em suas propostas associativas, teriam influenciado o cultivo da diversidade das culturas permanentes, visto que desde o início havia o incentivo ao cultivo agroflorestal e à distribuição de mudas gratuitamente para os produtores interessados, sem necessariamente serem associados a APA (Livro Ata, 1997 e Histórico da APA, 2004, p. 2).

Outro fator presente no reordenamento da agricultura por parte dos produtores é lembrado por Carvalho (apud COSTA, 2000, p. 60-70) ao trabalhar o reordenamento da base produtiva em Capitão Poço, quando levanta a hipótese de que a dinâmica dessa mudança poderá também estar “ligada a base cultural aliada às condições objetivas de disponibilidade dos recursos naturais”. Para o nosso caso, significa que, mesmo sem incentivos externos provenientes de instituições, quer sejam governamentais ou não, o produtor – com seu conhecimento empírico, acumulado, advindo do seu local de origem e aliado ao que adquiriu na Região Amazônica – abriu um leque de conhecimento para realizar mudanças significativas na sua base produtiva.

6.7 - Sistema Produtivo dos Associados da APA e Seus Atributos Considerando o Ideário do Desenvolvimento Sustentável

No início desse trabalho, especificamente na Introdução, fizemos as seguintes perguntas relacionadas:

- 1 - Os produtores, associados da APA tiveram na cooperação base para elevação da eficiência econômica?
- 2 - O modelo de agricultura dos associados da APA parece ser mais sustentável que os tradicionais e os modernizantes incentivados pelo Estado?

3 - As mudanças propostas, nas quais os associados da APA atuaram, produziram equidade?

Neste ponto do trabalho procuramos responder estas questões a partir dos dados da nossa pesquisa empírica, observando o seguinte:

- a) Para o primeiro questionamento, se houve diferença no valor da produção por família e por trabalhador das famílias associadas da APA comparando aos não-associados da APA. Os valores dessas médias implicam em eficiência econômica comparativamente maior?
- b) Para o segundo questionamento, se os sistemas de produção (composição das atividades e culturas) dos associados da APA são diferentes no sentido de maior diversidades que os da Não-APA. Lembramos que, segundo a literatura apresentada (CARVALHO, 1994), o grau de diversidade é indicação de resiliência e portanto, de sustentabilidade de um sistema.
- c) Para o terceiro questionamento, observando a variabilidade da renda das famílias, lembramos que quanto maior a variação em torno da média, maior a desigualdade. E, quanto menor essa variação, maior seu contrário, isto é, a equidade.

Tabela VI.9 - Sistemas de Produção dos Associados da APA e não-Associados da APA

Produto do Trabalho/Trabalho Equivalente/Renda Da Família/Produtividade do Trabalho e Variância – Não-APA e APA, ano/2000										
		Não-APA			APA			não-APA e APA		
		Total	%	%	Total	%	%	Total Geral	%	%
Transferências de Renda	Auxílio da Família	1.720,00	3,0	0,4	480,00	4,7	0,3	2.200,00	3,2	0,4
	Aposentadoria	56.292,00	97,0	12,9	8.652,00	84,9	5,5	64.944,00	95,2	11,0
	Auxílio do Governo			0,0	1.055,00		0,0	1.055,00		0,0
Produtos do Trabalho	Sub-Total I	58.012,00	100,0	13,3	10.187,00	100,0	6,5	68.199,00	100,0	11,5
	Criação	28.291,83	7,5	6,5	15.746,09	10,7	10,0	44.037,93	8,4	7,4
	Extrativismo	2.310,00	6,5	0,5	2.120,00	1,4	1,4	4.430,00	0,8	0,7
	Pecuária	161.608,16	42,8	37,1	39.265,46	26,8	25,0	200.873,61	38,3	33,9
	Permanentes	101.369,37	26,9	23,3	41.062,88	28,0	26,2	142.432,25	27,2	24,1
	Psicultura	8,49	0,0	0,0	-	0,0	0,0	8,49	0,0	0,0
	Temporárias	83.693,47	22,2	19,2	48.427,23	33,0	30,9	132.120,71	25,2	22,3
	Sub-Total II	377.281,32	100,0	86,7	146.621,66	100,0	93,5	523.902,98	100,0	88,5
	Total	435.293,32		100,0	156.808,66		100,0	592.101,98		100,0

Médias	Número de Famílias (F)	53,00			24,00			77,00		
	Trabalhadores Equivalentes (T)	158,31			69,31			227,62		
	Renda Média Total da Família (Total/F)	8.213,08			6.533,69			7.689,64		
	Renda Média provinda da produção (Sub-Total II/F)	7.118,52			6.109,24			6.803,93		
	Produtividade do trabalho (Sub-Total II/T)	2.383,18			2.115,45			2.301,66		
	Variância	61.460.321,67			21.976.107,92			48.059.307,28		
	Desvio Padrão	7.839,66			4.687,87			5.406.233,75		
	Mínimo	687,28			1.003,50			687,28		
	Máximo	43.602,06			18.517,17			43.602,06		
Coeficientes	Coeficiente de diversidade considerando os sistemas por produto	0,6741			0,6822			0,6872		
	Coeficiente de diversidade considerando os sistemas por atividade	0,3561			0,4362			0,3895		

Ao analisarmos os resultados da Tabela VI.9, enumeramos alguns elementos que respondem às situações detectadas entre os associados da APA e os não-associados da APA. As questões a serem respondidas estão baseadas nos pressupostos da sustentabilidade, que seguem:

1. Sobre a Eficiência Econômica

Para avaliar a eficiência econômica das famílias associadas da APA, que envolve o seu sistema produtivo, partimos do indicativo, assinalado no item 3 a), deste capítulo e tomou-se como variável, discutida por Costa (2000, p. 24-30), *a renda da família* e a *produtividade* dos seus trabalhadores.

Para calcular indicadores de eficiência econômica é necessário verificar o número de trabalhadores e só então avaliar a potência de trabalho dos dois grupos aqui analisados. Para determinar os trabalhadores equivalentes, nos baseamos em Chayanov (1974), que sugere uma equiparação entre os membros da unidade familiar, cujo critério para determinar a potência física de um homem adulto é determinado pelo *trabalhador equivalente*, compreendido da seguinte forma: os filhos de 10 a 14 anos são equivalentes à metade de uma unidade do trabalho de um homem adulto; os jovens de 15 a 18 anos são considerados 0,75 da potência de um homem adulto e a partir dos 18 anos, os jovens equivalem a uma unidade completa de força de trabalho. As mães e as filhas equivalem à força de trabalho dos jovens, ou seja, 0,75 da potência física de um homem adulto e as crianças de zero a nove anos não são classificadas como trabalhadores.

Partindo dessa computação da força de trabalho, obtivemos os seguintes resultados: os não-associados da APA representam 158,31 trabalhadores equivalentes e os associados da APA, 69,31 trabalhadores equivalentes.

A renda anual total média das famílias não-sócias da APA foi de R\$8.213,08 e para as associadas da APA corresponde a R\$6.533,69. Nesse caso, consideram-se as rendas oriundas de transferências de valores que não são derivados diretamente do trabalho, mas de aposentadoria e pensões que, por sua vez, são incluídas e divididas pelo total adquirido e, a Renda Média provinda da produção é o resultado do valor bruto da produção pelo número de famílias, cuja renda, para as famílias não-associadas da APA é de R\$ 7.118,52 e para as associadas da APA corresponde a R\$6.109,24. Isso significa que as famílias não-associadas à APA têm renda superior às da APA.

A Produtividade do Trabalho consiste no valor bruto da produção, dividido pelo número de trabalhadores equivalentes. O resultado é R\$2.383,18 para as famílias não-

associadas da APA e R\$2.115,43 para as associadas da APA. Todos esses resultados são inferiores para as famílias associadas da APA. Quanto à produtividade do trabalho (de cada trabalhador utilizado nos sistemas produtivos), esse resultado é um valor inferior na APA quando comparados aos sistemas desenvolvidos pelos produtores “tradicionais”.

Detectamos assim que os sistemas propostos para a APA não são, numa perspectiva econômica, mais eficientes que seus concorrentes, os sistemas tradicionais. Isto indica que adotar tais sistemas implica em dispendar mais esforços para obter o mesmo resultado dos sistemas tradicionais, levando a que o cálculo do custo/benefício dos agricultores lhes desfavorece.

2. Sobre a Eficiência Sistêmica (ecológica):

A sustentabilidade está presente partindo do pressuposto de que os sistemas são tanto mais sustentáveis quanto mais diversos, bem como qual o potencial de regenerar os sistemas decaídos. Assim sendo, foram calculados os índices de Gin-Hirschman de diversidades. Considerando:

- a) o conjunto de culturas, e;
- b) considerando estas agrupadas em atividades.

Os resultados obtidos do sistema de produção das famílias não-associadas da APA e das associadas da APA mostram um “coeficiente de diversidade”. Consideramos produtos do primeiro grupo de 0,6741 e, do segundo, no caso a APA, 0,6822. Esta apresenta ligeiramente uma maior diversidade no sistema de produção em relação às não-associadas da APA.

No “coeficiente de diversidade considerando os sistemas por atividade”, as famílias associadas da APA atingiram a média de 0,4362, as não-associadas da APA, 0,3561. Constatase, neste caso, uma diversidade bem maior no primeiro grupo. Isto significa que apresentam em sua estrutura de produção características da sustentabilidade – oferecem potencial para assegurar o contexto vital das pessoas – ou seja, como já discutido no capítulo 1, item 1.4, por Sachs (2002), que “proporcione desenvolvimento além do econômico, oferecendo equilíbrio, segurança e autonomia”, ou ainda, segundo Carvalho(1994), acima, retomado, em que “a diversidade de culturas é a garantia não somente de assegurar a sustentabilidade na produção, mas de regenerar o que se encontra degradado”.

3. Se a Política da APA Requer ou Produz Equidade.

Para verificarmos o Nível de Equidade nos dois grupos, calculamos a Variância e o Desvio Padrão do valor da produção das famílias e obtivemos os seguintes resultados: para as não-associadas da APA a Variância perfaz o valor de R\$61.460.312,67, e o Desvio Padrão corresponde a R\$7.839,66; e as associadas da APA apresentam uma Variância de R\$21.976.107,92 e o seu Desvio Padrão é de R\$4.687,87.

Ademais, as famílias não-associadas da APA apresentam a rentabilidade mínima de R\$687,26 e a rentabilidade máxima de R\$43.602,06. A rentabilidade mínima das associadas da APA corresponde a R\$1.003,50 e a rentabilidade máxima a R\$18.517,17. O intervalo entre o mínimo e o máximo neste último caso mostrando-se em torno de três vezes menor do que o primeiro.

A partir desses dados detecta-se que há uma maior equidade de renda entre as famílias dos associados da APA e um maior desequilíbrio econômico ou assimetria entre os trabalhadores não associados da APA.

Observando a questão da equiparação de renda entre os associados da APA é possível afirmar que a associação – com suas propostas e programas de desenvolvimento baseados na cooperação, solidariedade e eficiência econômica – proporcionou um crescimento econômico equiparado aos seus associados.

Em qualquer dos casos a indicação de equilíbrio nas condições reprodutivas dos sócios da APA, dada por esses resultados, apontam para uma correspondência entre as estratégias da APA e os princípios de desenvolvimento sustentável, que se traduz na prática da agricultura familiar com base alternativa, diversificada e ecológica e ainda proporcionando uma educação contínua, apontando para a democracia.

VII - O CAPITAL SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DE GRUPOS ALTERNATIVOS

7.1 - Introdução

A trajetória dos associados da APA, desde as suas primeiras tentativas, e também de outros grupos, de realizar um trabalho diferenciado – ainda na condição de sindicato, demonstram que para haver mudanças estruturais dos seus associados, no que se refere à eficiência produtiva – da equidade social e alcançar a eficiência sistêmica – é necessária a lógica do desenvolvimento local de forma multidimensional, a combinação dos interesses econômicos com os valores culturais e a tomada de decisões objetivas para desencadear um processo de inovação. Porém, para acontecer essa mudança, é preciso que a situação de necessidades e crises seja assumida pelo grupo que confia em si mesmo e em seu potencial para alcançar o perfil desejado.

7.2 - O Desafio do Capital Social no Processo de Desenvolvimento

D'Araújo¹⁰¹ (2003) analisa a afirmação de Putnam e discute que o *civismo* se dá em locais e realidades diferenciadas, no caso em questão as duas regiões da Itália, norte e sul. Este, em séculos passados, foi sempre a região mais rica e próspera, onde as pessoas eram socialmente abastadas, sem necessitarem de solidariedade, formando assim, uma sociedade individualista, clientelista, com a forte presença hierárquica e dominadora da Igreja Católica. Ao contrário, o norte, mais pobre, era uma sociedade comprometida com o bem público, apresentava um cooperativismo mais acentuado, formando assim a *cultura cívica*.

Na opinião da autora, a cultura cívica acontece nos grupos ou comunidades que apresentam problemas estruturais da vida humana, entre muitos: a questão do desemprego ou do subemprego, da falta de moradia e de terra, da saúde precária oferecida pelo estado, de uma educação deficiente com poucas vagas para a população, de uma alimentação sem qualidade ou mesmo da fome e, conseqüentemente, da falta de lazer. Essa situação é mais propícia para a organização aliviar ou mesmo sanar os problemas que são individuais, mas que se tornam comunitários, porque são os da maioria.

¹⁰¹ D'ARAÚJO, Maria Celina. Capital Social, 2003.

Quando pessoas com problemas comuns resolvem formar um grupo e organizarem-se, traçam objetivos para alcançar uma meta final. Nestas estão presentes os valores humanos da confiança, da cooperação e da solidariedade que, unidos ao civismo, formam o capital social, onde as transformações são individuais, mas se estendem à toda a comunidade: à sociedade civil.

Mário Riedl e Paulo Vogt¹⁰², ao trabalharem a questão do desenvolvimento regional, afirmam que o Capital Social é “essencial para o desenvolvimento endógeno que exige cooperação permanente entre os agentes regionais para criar e manter um ambiente econômico competitivo”.

Partindo da afirmação dos autores, é notório que o capital social se reproduz no regime capitalista, porém o capitalismo nega os valores humanos de participação, cooperação e solidariedade. Ele transforma o trabalho humano em mercadoria, a natureza com seus recursos naturais em matéria prima (BECKER, 2003, p. 85-121). O ser humano se torna valor de produção e não de cooperação.

Becker também questiona como falar em comunidade cívica na globalização se a cooperação transformou-se num dos principais elementos da capacidade de competição das comunidades. Se os valores humanos de nada mais servem, a não ser para contribuir com o capital financeiro: “O capital dirige a sociedade como se fosse um acessório” (POLANYI apud BECKER¹⁰³).

Porém, é nessa realidade de competição que a sociedade civil se encaixa com sua hegemonia e encontra espaço para agir e realizar o desenvolvimento almejado. Através de sua união se torna hegemônica, ultrapassando inclusive a questão da cooperação inerente à cultura cívica, porque adquire sua autonomia e, exercendo a *supremacia*, unifica sem homogeneizar.

Para Gramsci a supremacia de um grupo social se manifesta sob dois modos: uma como domínio e outro como direção moral e intelectual. De modo que a supremacia se explica pelo domínio que um grupo vai exercer para coibir seus adversários na unidade e coesão, hegemonia e dominação, consenso e coerção, a direção e a ditadura (COUTINHO, 1989, p. 78).

A supremacia é a base sólida que a sociedade civil em qualquer regime de Estado entra na disputa para encontrar meios e estratégias para gerar o desenvolvimento local e obter seus próprios benefícios. E para a sociedade chegar a exercer sua supremacia e impor sua

¹⁰² RIEDL e VOGT. Associativismo e Desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. p. 149-211. In: SOUZA CORREA. (Org.). Capital Social e Desenvolvimento Regional.

¹⁰³ BECKER, D. Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado? p. 85-121. In: SOUZA CORREA. (Org.). Capital Social e Desenvolvimento Regional.

ditadura, se incluem os elementos constitutivos da comunidade cívica, juntamente com sua postura política e social que forcem para haver mudanças estruturais.

No decorrer dos séculos, a história apontou vários casos em que grupos da sociedade civil se organizaram para mudar uma estrutura arcaica de política e de poder¹⁰⁴. Bem como outros, em situações diferentes, se uniram para reivindicar melhores condições de trabalho, melhores máquinas, melhoria no salário e definição da jornada de trabalho¹⁰⁵ e que, tempos depois, formaram associações e sindicatos.

7.2.1 - Capital Social na Sociedade Contemporânea

O desenvolvimento ora proposto na sociedade pós-moderna traz em sua implementação contradições desde o nível econômico até o social, onde os valores culturais são feridos e destruídos. O desenvolvimento compreendido pela dinâmica capitalista é verticalizado pelo determinismo econômico, em que a maioria da população latino-americana e brasileira é lesada não somente quanto aos bens materiais, mas à violação dos direitos humanos.

Lechner¹⁰⁶, ao discorrer sobre os valores culturais do desenvolvimento afirma:

[...] Em suma, distintos rasgos de la sociedad contemporánea – individualismo, narcisismo, hedonismo – estarian motivando um “vacío de sentido” y um “ocaso del deber [...]”.

Na opinião do referido autor e de outros que analisam as “interferências” do Capital Social, o desenvolvimento na sociedade pós-moderna empobrece e anestesia a população transferindo-lhe, com a aplicação de suas ideologias e paradigmas burgueses, espalhados através da mídia, um sentimento de incompetência e letargia diante da “grandiosidade” das transformações.

O “progresso” estabelecido através do referido desenvolvimento dissolve os valores tradicionais, tornando a comunidade impessoal e também individualista, implementando assim uma crise existencial, isto é, *a priori*, a comunidade ou as pessoas não encontram alternativas de superação do empobrecimento instituído. Nessa criação da crise o *capital social* tem espaço

¹⁰⁴ A Revolução Francesa, em 1789, quando a burguesia convence os camponeses se unirem para derrubar o poder absolutista e implantar o novo poder liberal.

¹⁰⁵ A Revolução das máquinas, no final do Séc. XVIII, em que operários ingleses quebraram as máquinas em sinal de protesto aos duros trabalhos.

¹⁰⁶ LECHNER (2000, op. cit., p. 119).

para ser expressado concretamente. Vejamos a afirmação de Lechner (2000)¹⁰⁷: “La dimensión expresiva del capital social puede crecer en la medida en que la modernización avanza...”.

A modernização é decorrente do dinamismo do capital que investe, cria e transforma e, em paralelo, estabelece a exclusão de determinados grupos. Como já havia sido discutido anteriormente, o camponês sofreu a interferência do capitalismo nos níveis econômico, social e também cultural. A exclusão o considera, na sociedade modernizada e modernizadora como atrasado, fora do contexto concorrente de mercado, bem como culturalmente inferior à questão da urbanidade. Essa situação, além de ter gerado um empobrecimento econômico, fez com que a tradição dos valores culturais familiares e de grupos sociais locais já construídos e herdados há algum tempo entrassem em crise, num estado de catarse.

Nesse estado catarsiano, o camponês ou segmento social cria a possibilidade da procura de alternativas para resolver a problemática em que ora se encontra, e um dos primeiros aspectos a ser reconstruído e reconquistado é o da *confiança*, que segundo Putnam e Fukuyama é um valor para a prosperidade de uma nação e para o capital social.¹⁰⁸

WOOD¹⁰⁹, ao tecer crítica aos efeitos do capitalismo, esboça um breve histórico sobre a Sociedade Civil, em que afirma que o conceito de “Sociedade Civil para Gramsci deveria ser sem ambiguidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele”. Segundo a autora, uma vez o conceito desenvolvido, pode traduzir uma certa mobilidade capaz de servir a “tantos e variados fins que é impossível isolar uma única escola de pensamento associada a ele...” (id. ib).

Tratando-se da dicotomia que o conceito pode emitir, a referida autora afirma:

[...] Ele pode designar a própria multiplicidade contra as coerções do Estado e da economia capitalista; ou, o que é mais comum, ele pode englobar a “economia” numa esfera maior de instituições e relações não-estatais [...]¹¹⁰

Partindo do pensamento da autora, o capitalismo cria dicotomias nos diversos aspectos da vida em sociedade e em seus segmentos. Destrói valores construídos durante séculos, implanta e importa valores, e cria sua cultura própria, o consumismo e a competição.

¹⁰⁷ LECHNER, (2000). In: KLIKSBURG e TOMASSINI. Capital Social y Cultura: Claves Estratégicas para el Desarrollo.

¹⁰⁸ D'ARAUJO, Maria C. (op. cit., p. 32-33). Discute a base do Capital Social e do Desenvolvimento.

¹⁰⁹ Democracia contra o Capitalismo. (2003, p. 205-225). Discute os efeitos do Capitalismo e Sociedade Civil em Gramsci.

¹¹⁰ id. ib, p. 208.

Na área rural, ainda estão presentes os valores de cooperação e solidariedade, principalmente nas famílias de pequenos agricultores, que sofrem alterações no conjunto dos valores vividos, interferindo na sua própria organização social.

7.2.2 - A Experiência dos Migrantes Europeus no Séc. XIX no Brasil

A seguir, relatamos algumas experiências, de épocas diferentes em que grupos de migrantes, forçados pelo descaso do poder estatal, se organizaram e transformaram a realidade em que se encontravam.

Citamos um exemplo que Mário Riedl e Paulo Vogt (2003) abordam realizando uma análise sobre a colonização alemã em determinadas regiões do estado do Rio Grande do Sul, em meados do Séc. XIX. Neste período, o governo brasileiro promoveu o povoamento das regiões do sul do país, quando foram realizadas promessas de doações de terras com uma completa infraestrutura para os migrantes.

Como esse tipo de história já é do nosso conhecimento, não é necessário falar em resultado dessa migração em que milhares de migrantes alemães, italianos, poloneses e de outras regiões da Europa saíram da sua miséria para mudarem de vida no Brasil. Encontrando inúmeras dificuldades, como o desconhecimento de como trabalhar com a floresta, a falta de dinheiro e a falta de cumprimento das promessas por parte do governo provincial, sem ferramentas de trabalho e alimentação; vivendo em grande abandono e solidão e sem recursos para retornar à sua terra natal, tiveram que encontrar meios para sobreviverem.

Essa situação de necessidades os auxiliou a descobrirem os sentimentos de solidariedade, de cooperação e confiança mútua para resolverem problemas que eram comuns a todas as famílias. Em diversas etapas foram sendo suprimidas as dificuldades e promovido o seu próprio desenvolvimento. Se uniam em pequenos grupos, homens, mulheres e crianças de diversas famílias para derrubarem a mata, construírem suas choupanas, fazerem suas plantações e inclusive a formarem as primeiras escolas comunitárias com pessoas alfabetizadas do seu meio, exercendo um trabalho voluntário. Anos mais tarde os professores eram pagos pela própria comunidade devido ao descaso das autoridades políticas.

Atualmente, em várias regiões do sul, ainda funcionam essas escolas, denominadas de “Escola Isolada”, em que o seu nome as vezes é dado em homenagem ao primeiro professor, mas geralmente é o daquele que doou a terra para construir a escola ou de quem, em nome da comunidade local, criou a escola. Essas escolas, na época de Getúlio Vargas, foram destinadas à gerência da Prefeitura de cada município.

Relatam os autores ainda que, além de serem resolvidos os problemas de terra, moradia, plantação e educação, investiram em áreas de lazer criando diversos clubes e sociedades recreativas e também igrejas, a católica e a evangélica, e que por sua vez também organizaram algumas associações.

Relacionando-se à atuação desses grupos de migrantes europeus, estiveram presentes os valores da “cultura cívica” na tese de Putnam. Para Gramsci, aliada à cultura cívica, os grupos hegemônicos exerceram sua supremacia e sua ditadura para conseguir realizar o desenvolvimento que beneficiou não somente de forma individual, mas coletiva e socialmente.

7.2.3 - O Projeto RECA e sua Trajetória

A Associação Agrossilvicultores do Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) fica situada no quilômetro 150 da BR-364 (Rio Branco-AC/Porto Velho/RO). Foi criada em um povoado chamado Nova Califórnia, pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1984. A maioria dos assentados eram pequenos agricultores oriundos da região do sul e sudeste do Brasil. Ali se fixaram para iniciar o manejo agrícola seguindo o modelo das suas regiões.

Sem conhecimento e orientação técnica quanto ao manejo agrícola, tipo de clima e solo, procuraram estabelecer uma mistura de culturas, destacando-se o café como cultura principal, plantado em monocultura, seguindo-se do arroz, milho e cacau. Porém, essas culturas não se adaptaram às condições climáticas de Nova Califórnia. Além dessa dificuldade, ainda havia as precárias condições da estrada, a falta de transporte para escoar os produtos, os preços baixos no mercado na cidade, e ainda os surtos frequentes da malária que castigavam a população, diminuindo a sua capacidade de produção, principalmente desfavorecendo o ciclo da coleta¹¹¹.

Após, algum tempo, 800 quilômetros quadrados pelos arredores de Nova Califórnia foram reivindicados tanto pelo estado do Acre como pelo de Rondônia, e, antes das eleições do ano de 1985, foram realizados vários investimentos pelos dois estados, em construção de escolas, postos de saúde, instalação da rede de energia elétrica e estradas de acesso à BR-364. Foi um período áureo e também de grandes conflitos entre os governos dos dois estados. A

¹¹¹ ANDERSON, Anthony e CLAY, Jason. (Org.) Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis. (2002). Pesquisadores, com apoio do Banco Mundial e da WWF, realizam estudos há mais de uma década na Amazônia, sobre o uso das riquezas naturais na Amazônia, nas questões da produção e do mercado na tônica do Desenvolvimento Sustentável.

disputa foi vencida pelo estado de Rondônia e os investimentos caíram abruptamente (ANDERSON e CLAY, 2002), prejudicando os produtores.

No ano de 1988, um grupo de agricultores decidiu optar por novas técnicas e alternativas na agricultura, quando foram procurar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Arquidiocese de Rio Branco (AC) para conseguir apoio. O grupo foi contemplado com uma doação em dinheiro, por intervenção da Igreja Católica, por uma instituição de fomento e caridade holandesa, com o objetivo de implementar sistemas agroflorestais. Com essa iniciativa do grupo e o apoio da igreja, deu-se início ao Projeto RECA no ano de 1989.

A partir de então, o modelo agroflorestal foi substituído pelo cultivo do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), pupunha (*Bactris gasipaes*) e castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) de forma consorciada, em que cada produtor recebeu uma certa quantia da referida instituição (ANDERSON e CLAY, 2002).

O grupo iniciou com 264 produtores, plantando cerca de 450ha das três espécies em 1989. Já no ano de 1996, o Projeto RECA implantou uma unidade de processamento para a polpa do cupuaçu e do palmito da pupunha a fim de que fossem beneficiados e comercializados.

Atualmente, o Projeto RECA, sob o *slogan* “Uma Floresta de Alimentos”, envolve mais de 360 famílias ocupando produtivamente 1.800 hectares de consórcios agroflorestais e três agroindústrias. Suas agroindústrias produzem: polpas e doces, tendo o cupuaçu e o açaí como produtos mais vendidos para os mercados do Sul e Nordeste; palmito de pupunha, óleo de cupuaçu, extraído das sementes e destinado à indústria de cosméticos; torta de semente de cupuaçu, matéria-prima para a produção do cupulate, o chocolate de cupuaçu; e as sementes de pupunha vendidas a associações de produtores, órgãos públicos e empresas¹¹².

Para a operacionalização das atividades do projeto e para respeitar as diferenças culturais do grupo de agricultores e proporcionar um espaço agradável e efetivo de vida e de produção, foi adotado o seguinte modelo:

- As famílias foram organizadas em onze grupos de vizinhança, os quais escolhem por consenso seus líderes e coordenadores;
- Não existe o processo eleitoral para compor uma diretoria do Projeto RECA, pois a direção é composta pelo colegiado de coordenadores de grupos;
- As decisões são discutidas e decididas no colegiado;

¹¹² Folder do Projeto RECA impresso com fins de divulgação. A história e os dados descritos sobre o referido projeto também incluem o conhecimento *in loco*.

- As famílias, mulher, marido e filhos, todos estão envolvidos inteiramente no compromisso da associação;
- A base da associação é a parceria, a cooperação e a solidariedade;
- O projeto optou por produzir de forma ecológica, sem uso de agrotóxico, sem desmate, queimada e mecanização, respeitando o ciclo das águas (inverno) e da seca (verão) da Amazônia, para *encontrar uma maneira sustentável de produzir e viver com qualidade de vida (Folder do Projeto)*.

Observa-se na trajetória dessa associação de agricultores que – desde o assentamento até o processo de formação para associação e sua perseverança em continuar a produzir numa forma alternativa nos padrões da sustentabilidade – foram elaborados gradativamente projetos sobre:

1. Viver na área rural (sem a mínima infraestrutura necessária para construir sua moradia e abrir o lote, iniciar a derrubada e preparar a terra para a plantação), inserido no sistema capitalista exigente e competitivo;
2. Um aprendizado comunitário - os próprios agricultores oriundos de cidades diferentes tiveram que iniciar um processo de conhecimento e de integração, para o cultivo dos valores da solidariedade e cooperação;
3. Um aprendizado social - vindos de pequenas cidades do interior do país, muitos nunca tiveram uma experiência de associação ou de organização social, para assim ter um peso político na sociedade;
4. Um grupo coeso, unido, mas não homogêneo para exercer sua supremacia e impor uma produção alternativa;
5. Uma proposta de desenvolvimento local e sustentável que conquistou o mercado local e regional, a postura ecológica ganhou um respaldo até internacional.

Partindo destes pontos pode-se afirmar que os valores da “cultura cívica” não são suficientes para um grupo se organizar e propor mudanças estruturais. Como grupo, com culturas heterogêneas, mas com necessidades comuns às famílias, numa realidade desafiadora para todos é preciso solidariedade, cooperação como formação do grupo e “participação cívica”, conforme (PUTNAM, 2000, p. 101 apud MICHAEL WALZER), no sentido de ter interesse pelas questões públicas e a devoção pelas causas públicas.

Se o grupo de agricultores do Projeto RECA não tivesse os valores do civismo, talvez não teriam sobrevivido em meio a tantos desafios. Tiveram que ultrapassar seus próprios limites de participação cívica, que são positivos, mas finitos, de sua proposta em soluções

alternativas, em mudanças radicais, isto é, por exemplo, passar do plantio no modelo de monocultura para o consórcio agroflorestral, mudando, inclusive o manejo do solo.

Essa iniciativa do grupo não é somente um ato de participação cívica que almeja o desenvolvimento para todos, mas é também um ato político, porque mudou a determinação do Estado através do modelo de agricultura proposto. A associação, conforme Gramsci, teve que usar de supremacia e impor um novo modelo de cultivo que proporcionasse o desenvolvimento. No descaso do Estado em não dar assistência e não cumprir com suas promessas, a associação se fez valer da sua supremacia quando impôs um novo modelo econômico e também político.

Por parte dos agricultores teve uma tomada de consciência. Através do seu reconhecimento como sujeitos ativos da história, compreenderam o processo do desenvolvimento regional; continuando com a afirmação de Becker (2003, p. 111-112):

[...] reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumentos de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado, é que os agentes do desenvolvimento regional, enquanto organizadores políticos e mediadores sociais de um determinado projeto de futuro, transformam-se em ideólogos, assumindo o papel de uma camada social, mediadora e exercendo a função de organizar a direção social e cultural de um determinado grupo.

O que se torna interessante e a experiência comprova, por parte da referida associação, é que o desejo e a vontade de transformação não é mais uma ideia individual. O individual se funde no grupo e, daí, a vontade se torna coletiva e expande para a sociedade. O grupo se torna hegemônico e tem força para uma ação política.

Citando Gramsci (apud BECKER id. ib):

[...] a força expansiva de desenvolvimento regional não deve ser medida pela intervenção individual de pessoas particulares, mas pelo fato de que estas pessoas singulares expressam consciente e organicamente um bloco regional.

E, continuando, com o pensamento de Gramsci (BECKER, id. ib):

[...] não é a estrutura socioeconômica que determina diretamente a ação política, mas sim a interpretação que se tem dela e das chamadas leis que governam seu movimento.

Portanto, o grupo de agricultores do Projeto RECA se organizou não somente motivado pela necessidade socioeconômica, mas porque o soube fazê-lo como grupo e interpretou essa realidade em que se encontraram no início do assentamento. Assim, os agricultores criaram mecanismos e estratégias, e em sua hegemonia propuseram mudanças estruturais.

7.2.4 - O Projeto *Terra sem Males*

O Projeto “Terra sem Males” fica situado em Cacaulândia, a 30km do município de Ariquemes, no estado de Rondônia, e até meados da década dos anos de 1990 era distrito daquele município.

Trata-se de um projeto formado pela própria família, dois irmãos e o pai que após várias experiências negativas e improdutivas através da agricultura tradicional, contempladas pelo uso do agrotóxico e de fertilizantes químicos, decidiram organizar sua propriedade de forma alternativa, seguindo os parâmetros da sustentabilidade.

A referida família mora em casas separadas, porém a propriedade é única, somente dividida em áreas específicas para obter uma variedade de produção.

Desenvolvem a pecuária, que compreende o gado leiteiro, a área de pastagem é dividida em pequenos campos (todos arborizados com árvores frutíferas) onde o gado é alternado em pastagens temporárias observando as condições da mesma. Do leite fabricam os seus derivados, principalmente o queijo coalho, que é vendido na feira na cidade de Ariquemes.

A área contém várias espécies de árvores frutíferas regionais, como manga, acerola, jambo, goiaba, banana, laranja e outros. Dentre dessas espécies algumas servem somente para alimentar os animais ou os pássaros da redondeza, e outras para o consumo próprio e para o fabrico de doce caseiro para também ser vendido.

Cultivam também uma área de preservação ambiental com diversas espécies de madeira de lei e árvores ornamentais, bem como possuem uma nascente d’água formando um riacho que percorre o lote.

A produção de frutos hortigranjeiros tem ajudado muito na economia doméstica, porque, além dos ovos, são vendidos o porco, a galinha caipira e outros produtos colhidos da horta, como couve, alface, cheiro verde, jerimum etc.

Além dessa variedade de produção, desenvolve-se ainda a agricultura de subsistência, na plantação de milho, feijão, arroz, mandioca, café e cana-de-açúcar. Desenvolvem a apicultura e minhocultura, realizando ainda o sistema de compostagem com leguminosas e restos da capinação e limpeza do terreno para a formação do adubo orgânico, bem como são utilizadas a urina e os restos fecais do gado para formar uma composição usada para repelir insetos e outras pragas que poderão atacar algumas plantações.

Observamos que toda a área que pertence a essa família é utilizada de forma racional, baseada na sustentabilidade. A sua organização estabelece uma harmonia entre a vida humana e a utilização da natureza. Cada animal, insetos, aranhas e cobras tem a sua função.

Ninguém é agredido e nem rejeitado, isto é, as referidas espécies são respeitadas. Segundo o depoimento de um dos filhos, donos da propriedade, “se tudo foi criado e tudo existe é para ficar vivo, portanto, o homem deverá aprender a conviver com todos os animais”.

Essa experiência familiar, baseada na agricultura de subsistência de forma ecológica e sustentável chama a atenção de várias pessoas e grupos diferenciados de estudantes, ambientalistas e outras pessoas interessadas, que se dirigem até o local para visitas de pesquisas. Assim sendo, a referida família, além de mostrar sua experiência através da visita *in loco*, explica todo o histórico e desenvolvimento do projeto.

Durante palestras, são abordados os temas pertinentes à educação ambiental, de acordo com os interesses e objetivos dos grupos visitantes. Dessa atividade é cobrada uma taxa simbólica, pois, segundo depoimento, recebem muitas visitas e como envolve tempo e gastos que representam uma ou mais horas de trabalho, é necessário cobrar. E dependendo do tamanho do grupo, as palestras são realizadas na igreja local, uma capelinha, na qual, um dos filhos é o coordenador da comunidade.

Um outro aspecto observado nessa visita são as condições das residências dessa família: são casas bem construídas, de madeira, com um bom acabamento, isto é, piso de cimento liso e encerrado, água encanada, banheiro interno e também a utilização de equipamentos modernos, como os eletrodomésticos e forno micro-ondas (não muito comum na área rural).

Pelo depoimento dos dois filhos, do pai e das esposas dos filhos, afirmam que o sucesso e a perseverança de trabalhar esse projeto, só foi possível porque uniram as forças da própria família e começaram a traçar objetivos comuns dentro da perspectiva sustentável, uma vez que a área do lote estava quase toda degradada, isto é, sem condições de produzir, inclusive o riacho (igarapé), sem sua mata ciliar, estava secando. A área toda apresentava os aspectos de seca e da improdutividade e ainda havia o desânimo e um estado de pobreza, segundo a afirmação dos mesmos.

Embora o grupo seja formado exclusivamente pela própria família, encontram-se nela presentes os valores da solidariedade, ajuda mútua e confiança. Sem esses valores, não haveria a possibilidade de construir tal projeto. Uma vez, mesmo sendo família, esses valores não estão naturalmente presentes, é necessária uma tomada de consciência para descobri-los. Eles mesmos afirmam que tiveram de deixar o egoísmo e o individualismo de lado para, juntos, estudar, planejar e iniciar o projeto de uma forma alternativa, pois, caso contrário já teriam vendido a terra e migrado para outro lugar a procura de uma terra mais fértil.

De acordo com Coleman, Bordieu e Putnam a família é a instituição primeira que contém em seu interior os valores do capital social. Rist¹¹³, em sua discussão afirma:

[...] Daí que Coleman pregone que la sociedad se dé a sí mesma los medios de acrescentar su capital social, brindándoles particular atención a las instituciones primarias (em particular, a la familia) que son sus creadoras y depositarias.

A unidade familiar inserida no contexto social, além de trazer em seu interior os valores de solidariedade, ajuda mútua e cooperação, torna-se um ponto de partida para o civismo, da virtude cívica, apresentando condições para construir sua autonomia política e econômica e reconquistar sua identidade.

7.3 - Aspectos da Experiência de Capital Social na APA

Para analisar os traços presentes do capital social na referida associação, foi tomado como base a sua história de construção através de relatórios e principalmente pelo Livro Ata¹¹⁴. Aqui serão analisados alguns aspectos internos da associação, como as atividades eram organizadas e distribuídas entre a diretoria e os associados, uma vez que já foi mencionada, analisada e onde se verificou presentes os traços de uma “comunidade cívica”.

O primeiro aspecto a ser colocado em questão é relacionado à diretoria em suas atividades: o empenho desta nas diversas atividades de encaminhamento da associação e também a solicitação para trabalhar dois dias nestas atividades¹¹⁵. Neste caso, citamos Michael Walzer apud Putnam¹¹⁶: “O interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”.

A questão pública é o interesse que todos os membros de uma associação manifestam em seu desenvolvimento, nas melhorias que poderão ser implementadas, novos projetos realizados para o bem-estar de todos os associados e visando também a melhoria local e regional.

A diretoria exerce um poder numa associação, porém também desempenha um papel de maior doação que os outros sócios, porque busca sempre o bem e o sucesso da sua

¹¹³ RIST, Gilbert. La cultura y el capital social: cómplices e o víctimas del “desarrollo”? In: KLIKSBURG e TOMASSINI, 2000, p. 140.

¹¹⁴ O Livro Ata analisado corresponde desde a sua fundação, 1992 até 2001.

¹¹⁵ Assembleia Ordinária: dia 02/06/1994, p. 6b-8b; onde, entre diversos pontos de pauta, diz: “doação da diretoria”.

¹¹⁶ PUTNAM, 2000, p. 101.

associação, inclusive à custa de todo o interesse particular. Está voltada para as vantagens partilhadas.

Nessa mesma reunião, a secretária da APA também enfatiza a importância de os sócios participarem das diversas atividades, no que diz respeito ao preparo das embalagens do mel como também na hora de vendê-lo na feira.

Na realidade são trabalhos simples de serem realizados, qualquer pessoa poderia fazê-los, porém, são atividades importantes devido ao envolvimento que uma associação exige, pois não se trata de um único dono; ninguém ali é dono. A produção é a soma de várias pessoas que trabalharam e depositaram ali o seu produto. Esse produto não é uma simples mercadoria a ser vendida numa feira ou num supermercado, mas o resultado do trabalho de pessoas associadas, que têm sua história de vida, empregam seu esforço, dedicação e experiência, e que ao produzirem sempre estão em sintonia com o seu grupo de pessoas, no caso, a associação. E no mercado, o produto representa também a associação e não um único produtor.

Em diversas atas de reuniões, nota-se a presença de outros trabalhos mais simples, no entanto fundamentais para o bom êxito, como: preparar as embalagens (potes de vidro) para o mel, o palmito e para os doces; confeccionar as caixas para as abelhas; limpar as caixas já ocupadas pelas abelhas em produção e costurar os jalecos para serem usados nas atividades da apicultura. Constata-se ao longo das atas de reuniões e assembleias que essas atividades dependem do trabalho voluntário da diretoria e dos seus associados e também de outras pessoas, no caso as mulheres, que no início não eram associadas, eram somente esposas¹¹⁷.

Um exemplo a ser mencionado aqui, é sobre a primeira e a segunda Feira do Mel, em que houve o empenho de todas as mulheres da diretoria tanto na preparação quanto nas vendas, contando também com a secretária da associação e os sócios¹¹⁸.

Daí, convém afirmar que as atividades desenvolvidas em conjunto, pertencentes a um grupo com objetivos comuns são revestidas do ideal desejado, com o capital social que, por sua vez, estimula a solidariedade e ajuda a superar as falhas mediante as ações coletivas¹¹⁹.

Outro aspecto de valor é o trabalho de mutirão, que se faz presente em pequenas comunidades pobres, de bairros de periferia, grupos específicos ou étnicos e nos pequenos grupos rurais. É um trabalho de solidariedade. E ela acontece porque o grupo tem confiança

¹¹⁷ Discussão discorrida anteriormente, sobre a participação da mulher na associação.

¹¹⁸ Livro Ata, 1992, p. 15b-16b; Reunião Ordinária: 10/12/1995.

¹¹⁹ KLIKSBURG, 2000, p. 29.

mútua. Verificamos que é uma prática comum na APA “...Faremos mutirão para fazer umas 150 (cento e cinquenta caixas)”¹²⁰.

O mutirão é mencionado em várias ocasiões. É uma constante necessidade presente na associação em diversas atividades, principalmente quando se trata de trabalhos que sejam mais onerosos. Quando é preciso um número maior de mão de obra paga, recorre-se, então ao trabalho voluntário. O voluntariado se faz necessário devido às exigências que a própria sociedade civil impõe. E como se trata das leis de mercado, só esse tipo de trabalho poderá ajudar o grupo a atender as exigências do capitalismo, visto que não é uma empresa, mas obrigatoriamente tem que adotar alguns aspectos de uma pequena empresa para poder entrar e concorrer no mercado.

No mutirão estão presentes os valores da confiança, da solidariedade, participação e cooperação e também a certeza da mudança porque houve o desempenho de vários membros da associação. Na cooperação significa que há confiança mútua, isto é: “Para haver cooperação, é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros”.¹²¹

Conforme a parábola do filósofo Hume, a ajuda se torna mútua, desde que se estabeleça vantagem para os dois lados: [...] É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã [...]¹²².

Esses valores do capital social são características da organização social, no caso da associação, sociedades, cooperativas, clubes esportivos e outros grupos, que estabelecem entre elas relações bem horizontais¹²³.

Um outro fato a ser citado é referente aos associados que ao produzirem mel de abelha, entregaram à associação para ser vendido e exigiam o pagamento na hora de depositar na sede da associação, em que numa reunião a diretoria tomou uma posição:

O mel só será pago quando for vendido pois estão ocorrendo problemas com produtores que entregam o mel e querem receber antes de vender, ou na hora que trazem o mel prejudicando assim a Associação, que não tem dinheiro disponível para efetuar o pagamento já que faltou mel o ano passado e a APA deixou de vender.¹²⁴

Esse fato denota que mesmo pertencente à uma associação, o produtor precisa da contrapartida da instituição em quem confia. Ele não deseja sentir que o seu trabalho é gratuito.

¹²⁰ Livro Ata, 1992, p. 17. Reunião Extraordinária: 10/09/1995.

¹²¹ PUTNAM, 2000, p. 174.

¹²² PUTNAM, 2000, p. 173. Relata a parábola de David Hume para ilustrar a questão do espírito cívico.

¹²³ id. ib. p. 183.

¹²⁴ Livro Ata, 1992, p. 16b. 10/08/95.

Ao mesmo tempo necessita de recursos para o investimento em sua família, nas suas necessidades básicas, afinal vive numa sociedade capitalista. Por outro lado, a associação também deposita nele confiança em esperar a safra do mel para ser entregue e ser comercializada.

Nesse fato, não se estabelece uma relação de patrão e empregado, mas de confiança mútua desde antes da produção, onde as duas partes decidiram trabalhar e cooperar para crescer juntos. É estabelecida uma integração.

Outro aspecto a ser observado é de que o associado cultiva uma variedade de produtos para o seu sustento com o apoio da associação (Tabela VI.9). Ao mesmo tempo, por parte dos produtores e da própria associação é desenvolvido um maior empenho em melhorar a qualidade e a produção do mel. Mesmo gerando crises entre as partes, devido à produção, pagamento e repasse de valores, se conserva uma cumplicidade, pois, como se trata de um grupo, se tem a certeza que numa outra oportunidade se alcançará os objetivos traçados.

Citamos o exemplo do mel no ano de 1995: “[...] produção do mel foi boa porque deu um retorno melhor do que o ano passado, melhoramos a embalagem e a qualidade do mel”¹²⁵.

Ao analisarmos a venda dos produtos entre os não-associados da APA e os associados da APA detectamos que na venda total dos produtos o quantitativo da venda incide por parte dos associados em favor da associação, enquanto que os não-associados preferem vender diretamente ao consumidor.

Tabela VII.10 - Para quem os produtos foram vendidos entre os Não-Associados da APA e Associados da APA no ano de 2001

Para quem os produtos foram vendidos - 2001			
Não-Associados da APA e Associados da APA	Consumidor	Associação	Total
Não-Associados da APA	1.535,00	910,00	2.445,00
Associados da APA	2.820,00	4.319,00	7.139,00
Total	4.355,00	5.229,00	9.584,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tal prática manifesta, por parte dos associados, um compromisso com o seu grupo que mantém assim a cooperação e a confiança e possibilita o trabalho em conjunto. Durante as

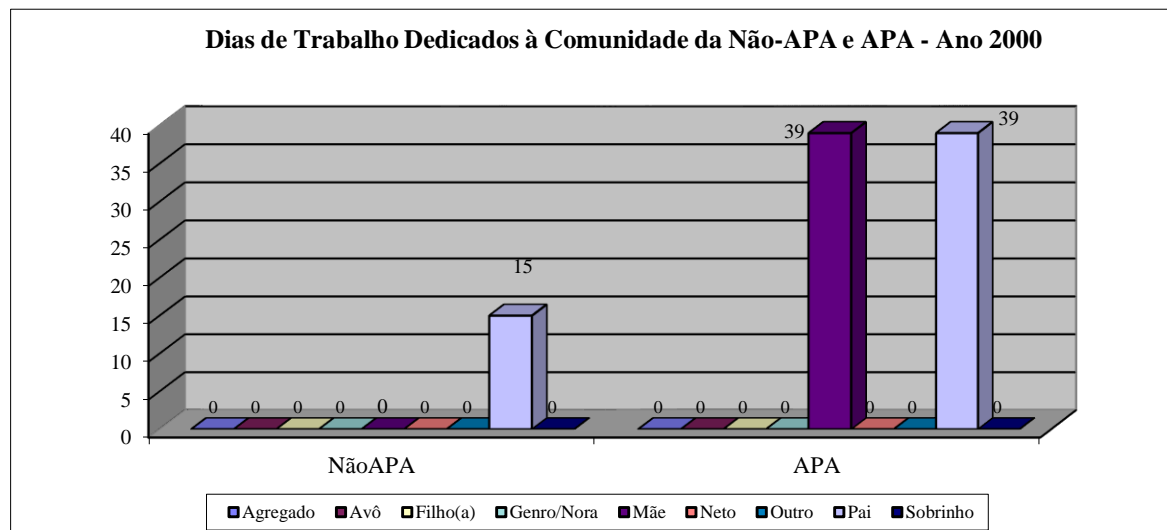
¹²⁵ Livro Ata, 1992, p. 18b-20. Reunião ordinária de 24/11/1995.

entrevistas que realizamos com os agricultores, os associados afirmavam que vender diretamente para o consumidor se tornaria mais lucrativo do que para a associação onde o preço do produto é mais barato. Porém, para o produtor, negociar na associação é mais seguro, onde as vantagens se contextualizam na garantia da compra e venda do seu produto e também, na maioria das vezes, exclui a dificuldade de acesso à feira na cidade. No caso, a associação se encarrega de recolher o produto em seu estabelecimento.

Em nossa pesquisa verificamos também os dias dedicados à comunidade por parte dos não-associados da APA e dos associados da APA e constatamos que há uma maior dedicação, solidariedade e cooperativismo por parte dos Associados da APA.

Constatamos que gradativamente o que mantém uma associação não é somente o progresso econômico, mas os valores cívicos, pela sua perseverança, confiança mútua e um “apostar” mutuamente, possibilitando assim o sucesso econômico.

Gráfico VII.5 - Dias Trabalhados na Comunidade dos Não-Associados da APA e Associados no ano de 2000



Fonte: Pesquisa da Campo/2001.

Na opinião de Putnam (2000, p. 12), ao analisar o desenvolvimento das regiões da Itália, afirma que:

Na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes.

No caso do nosso exemplo, trata-se de uma associação. É uma comunidade onde os associados encontram seu espaço para discutir, sonhar e planejar sua vida, da sua família e da sua produção. Se diria que acontece a cumplicidade!

Pelo gráfico apresentado, os associados doam um maior tempo nas atividades na comunidade. A realização dessas atividades acontece por parte dos membros com maior dedicação. São as mães e os pais das famílias nos diversos trabalhos, além do mutirão para casos eventuais e emergentes, principalmente no setor da produção do mel, do palmito. Há ações também na cozinha alternativa – no preparo dos nutrientes, pó do babaçu, preparo de extratos medicinais), no preparo de embalagens para os produtos e limpeza em geral da associação. Outra atividade são as visitas a outros produtores associados para dar alguma orientação técnica e trocar experiências. No caso das mulheres, as visitas a mulheres carentes são para orientação de saúde preventiva, de primeiros socorros, de alimentação alternativa¹²⁶, corte e costura e outras necessidades, inclusive para ajudá-las em outros afazeres domésticos.

Tabela VII.7 - Dias de Trabalho na comunidade por membro da família entre não-Associados da APA e associados da APA

Dias de Trabalho na Comunidade		
Familiares e Outros	Não-Associados da APA	Associados da APA
Agregado	0	0
Avô	0	0
Filho(a)	0	0
Genro/Nora	0	0
Mãe	0	39
Neto	0	0
Outro	0	0
Pai	15	39
Sobrinho	0	0
Total	15	78

Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

¹²⁶ Denomina-se alimentação alternativa no preparo de aproveitamento de folhas, legumes e raízes ricos e vitaminas e proteínas.

Outro aspecto em destaque são os números de dias iguais de trabalho para homens e mulheres. Este fato é influenciado pela organização das mulheres, que descobriu o seu valor na comunidade e também se sente parte do processo de transformação de sua comunidade onde assume papéis e realiza projetos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Já não acontece o mesmo com os homens e mulheres dos não-associados da APA. Nota-se somente a presença dos homens em algumas atividades que são comuns na área rural, como: participação de atividades na igreja, de quermesse, reuniões de sindicatos e outras atividades.

O aspecto que chama a atenção não consiste somente na realização de tarefas, mas no compromisso que as pessoas demonstram através das atividades propostas. Aspecto esse, que Putnam (2000) ressalta e denomina de virtude cívica, porque nela estão contidos os valores de transformação social e econômica.

7.3.1 - Capital Social e Desenvolvimento Social e Econômico em Grupos Associados

Na contemporaneidade, vamos constatando, através de vários marcos representativos, que o capitalismo desenvolve riquezas abundantes e representa a culminação de um longo desenvolvimento, mas que constitui também um rompimento qualitativo.¹²⁷ Conforme a opinião da referida autora, o capitalismo não se caracteriza somente pela formação e divisão das classes sociais e da propriedade privada ou ainda pelo exercício de sua força coercitiva no Estado, mas também por uma nova força de coerção – o mercado¹²⁸.

O mercado adquire um novo rosto, não é mais simplesmente o mercado de competição, de oferecimento, de concorrência e de escolha de oportunidades, mas é o mercado que impõe uma disciplina social, que tem o poder de transformar as relações humanas também em mercadoria, bem como de submetê-las às suas exigências, roubando a identidade humana e transformando-a numa realidade mercadológica e de consumo. Cria novas formas de manipulação.

A sociedade civil, *a priori*, se constitui o espaço onde se constrói e se enraíza a liberdade e a emancipação humana. Ela reage contra as formas de imposições da coerção capitalista e do Estado. Tenta construir sua autonomia, sua sobrevivência, sua expansão e enriquecimento e concomitantemente, tenta se libertar das forças coercitivas do Estado e reconstruir sua identidade.

¹²⁷ WOOD, Ellen M. (op. cit., 2003, p. 216).

¹²⁸ id. ib.

Essa reconstrução requer um processo de conscientização, amadurecimento e objetivos definidos por parte da sociedade civil, especificamente dos diversos grupos aí organizados. Ora, uma organização alternativa, qualquer que seja, baseada nas suas tradições cívicas, capital social e práticas colaborativas, necessita desencadear um processo econômico.

Neste caso, a organização da sociedade civil, representada nos seus diversos segmentos, é o ponto de partida para desencadear um desenvolvimento endógeno; porém, ela não pode se acomodar pelo fato de estar organizada em categorias sociais e apresentar possibilidades para conquistar o seu espaço econômico.

Moraes¹²⁹, ao tratar do Capital Social e Desenvolvimento, afirma que o desenvolvimento endógeno é baseado nas políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas dos territórios, visando a consolidação de um desenvolvimento genuinamente local e criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas.

O que se detecta de algumas organizações sociais, aqui descritas e comentadas, é que elas, através das relações sociais, da capacidade de cooperação e da solidariedade poderão alcançar o desenvolvimento desejado, porém, segundo Boisier (apud Moraes¹³⁰), esses valores podem ser considerados os principais agentes para desencadear a modernização e a transformação socioeconômica numa sociedade.

Riedl e Vogt¹³¹ por sua vez argumentam que: as tradições cívicas, o capital social e práticas colaborativas, por si só, não bastam, não desencadeiam o progresso econômico. Significa que outros fatores, entre os quais, conforme os mesmos autores, Riedl e Vogt¹³² afirmam que, “[...] a estrutura econômica preexistente, as economias de aglomeração, a capacidade de inovação, os recursos naturais e a localização em relação aos mercados também precisam ser levados em consideração”.

Esses aspectos estão presentes nos fatos que se acompanham nas instituições, no caso a APA, que gradativamente, desde a sua organização no interior do sindicato, até consolidar o processo de associação e após conquistar sua autonomia, entrou no processo de estudo/formação para atuar nos diversos campos da sociedade civil. Para entrar e competir no mercado, teve que adotar a modernização para sobreviver ao próprio capitalismo e permanecer defendendo os valores da associação. Foram realizados, por exemplo, cursos de capacitação

¹²⁹ AMARAL FILHO (apud MORAES op. cit., 2003, p. 123-148).

¹³⁰ id. ib.

¹³¹ op. cit., p. 155.

¹³² id. ib.

para os agricultores, na área de apicultura, de comercialização, de manejo de solo e de agricultura sustentável; para as mulheres, cursos de pintura em tecidos, costura, cozinha alternativa e outros, conforme atas das reuniões da APA¹³³.

É inegável que o capital social pode ser essencial para o desenvolvimento endógeno, mas o êxito das iniciativas exige cooperação, ajuda mútua, solidariedade e confiança para conquistar o desenvolvimento econômico numa sociedade competitiva, sob a égide do capitalismo.

Em diversas atas de reuniões da diretoria da APA e também com os associados, pautaram-se as atividades e os encargos da diretoria, bem como sobre a realização de uma autoavaliação dos membros:

[...] o José Kuticosk se avaliou colocando a sua falta de (sic) impenho na Associação e a não atuação no setor de polpas de Frutas que ficou de dar mais assistência. Quanto os demais membros da diretoria ele também colocou que não houve muito (sic) impenho. O Celson na sua avaliação também nos colocou que devido sua pouca participação ou seja por faltar em reunião da Diretoria não contribui muito nas atividades [...]. O Antonio Carlos na sua avaliação nos colocou que devido ao seu acúmulo de cargos e atividades em vários outros setores não tem dado muita assistência a APA como vice-presidente, mas que tem contribuído em outros setores [...]. Valmir na sua avaliação colocou que por falta da diretoria, se empenhou mais nos trabalhos acaba sobrando tudo para ele e ele acaba não dando conta de todos os trabalhos, deixando muita coisa a desejar [...]¹³⁴.

No ano seguinte¹³⁵, a mesma diretoria realizou uma nova avaliação, onde se observa um avanço na autoavaliação dos mesmos membros. Foram abordados pontos fundamentais, como: “Joãozinho reconhece que sua participação no mutirão foi falha, mas que está fazendo a divulgação da APA em outros municípios”, ponto lembrado por Valmir; “os demais membros da diretoria teceram uma crítica a Valmir, considerando-o muito paternalista em suas atitudes”, e um outro ponto abordado foi “referente a Valmir, que devido a sua dedicação exclusiva à APA e ao sindicato, estava passando por dificuldades financeiras, não recebia nenhuma ajuda de custos de nenhum órgão e nem sequer tinha tempo se dedicar ao seu lote, não tendo condições de manter a sua família”:

[...] essa situação foi considerada por todos os presentes injusta e ficou a proposta de se estudar a melhor forma de revertê-la posteriormente, gerando assim condições de trabalho mais justas e liberando o mesmo a se empenhar sempre mais nos trabalhos para o qual foi eleito.

¹³³ Livro Ata, 1992.

¹³⁴ Ata da Reunião da Diretoria, 24/11/1995, Livro de Atas, p. 18-20.

¹³⁵ id. ib., 06/06/1996, Livro de Atas, p. 27-27b.

Numa outra reunião da mesma diretoria¹³⁶ foram levantados outros pontos de pauta, entre vários: incorporação de novos sócios e indicação de nomes para mudança da diretoria.

No ano de 2001, ano da aplicação do nosso Questionário Socioeconômico, a referida associação contava em média com 75 famílias associadas e 75 pré-associadas, que estavam em processo de estágio e observação quanto à questão da prática da agricultura de forma ecológica.

Nesse período, o presidente da diretoria era o Sr. Abílio, alguns membros da gestão anterior foram reeleitos, e numa reunião posterior notam-se outras discussões na pauta¹³⁷:

[...] João avalia que a APA quando era pequena era mais fácil visitar todo os sócios, porém hoje a associação cresceu e será necessário preocupar mais com a organização, propõem também que em 2001 seja delegado pessoas por cada área e seja mais rígida com as deliberações. José Marinho alerta ainda para a questão dos cortes da pupunha que seja em forma de mutirão. Antonio Abílio, avalia sobre o (sic) cumulo de trabalho para o Valmir e a falta de distribuição de tarefas entre os dirigentes e também a falta de recurso para pagar o técnico [...]. Avalia também que mesmo com tudo isso, a APA mantém um bom nome perante a sociedade. Valmir lembrou a História do surgimento da APA que era para enriquecer os pomares e a alimentação e lembra que os diretores da APA continua ligados a outras organizações e não priorizou a APA [...].

Em todas as reuniões um aspecto é comum: a preocupação do êxito da associação, de continuar perseverante nos objetivos traçados. É positiva a atitude dos membros da diretoria em alertar das falhas, dos “deslizes” ou pequenas frustrações que um e outro apresenta diante da complexidade e ao mesmo tempo, que uma organização alternativa exige dos seus associados e da diretoria.

Outro aspecto que se percebe nos registros das atas de reunião é que os membros da diretoria exercem outras atividades para sobrevivência de sua família, bem como estão envolvidos em sindicatos ou em outros movimentos populares. Isto denota um grau elevado de “virtudes cívicas”, onde estão explícitos:

- a confiança interpessoal – na sociedade capitalista é um desafio;
- a cooperação – é a capacidade de sair de si para construir algo melhor; pensar sempre no coletivo, não somente no individual;
- a intensidade de relações familiares e de vizinhança¹³⁸. A relação de vizinhança é dos elementos mais positivos no Capital Social;

¹³⁶ id. ib., 29 a 31/07/1996, Livro de Atas, p. 31-34.

¹³⁷ id. ib., 18/01/2001, Livro de Atas, p. 94b-97b.

¹³⁸ É comum na área rural as pessoas ao cumprimentarem-se utilizar a palavra “vizinho(a)”; assim: “Bom dia, vizinho”; “Como vai vizinho?”, sem sequer saber o seu nome. Na verdade, o vizinho, é o parente mais próximo, é o amigo, o confidente. Devido às difíceis situações que essas pessoas encontraram, longe sua terra natal, de suas

- um espírito associativista – o envolvimento em várias entidades e associações é um grande componente do capital social;
- o voluntariado – elemento riquíssimo para uma mudança e o desenvolvimento;
- compromisso e seriedade por parte dos associados, da diretoria e também das mulheres – a associação está sempre presente no seu cotidiano;
- crer – aqui neste trabalho não é científico falar em crença, porém ela integra o capital social, mas é muito mais: é o apostar, primeiramente no seu grupo, na sua associação, no desenvolvimento endógeno, na qualidade de vida da família, e também no desenvolvimento regional.

A relação de poder que se estabelece num grupo ou numa associação, no caso da APA, justifica suas raízes no capital social, nas virtudes cívicas, pois como vimos nos registros acima descritos, as avaliações representam um grupo coeso, nos seus objetivos e também complexo devido às exigências que devem ser cumpridas numa sociedade competitiva. Pois, como foi discutido anteriormente, um grupo se une e traça objetivos comuns formando assim uma associação, elabora em seu interior novos mecanismos de atuação e mudanças, para visualizar o desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, no decorrer desse trabalho, analisar e sistematizar os dados de um *rol de* pesquisas e de um banco de dados socioeconômicos elaborado em 2001, com o objetivo de detectar a presença do ideário de sustentabilidade no sistema produtivo da Associação dos Produtores da APA e também dos não Associados da APA, bem como a formação de capital social.

Primeiramente, verificamos que o processo migratório da década de 1970 até meados dos anos de 1980 impulsionou uma nova organização no mundo rural do Estado de Rondônia. As terras foram demarcadas e distribuídas com o objetivo de alcançar uma abundante produção e também a inserção do Estado na política de desenvolvimento econômico – fatos que atribuíram ao Estado de Rondônia o apelido de “fronteira agrícola”.

Esse “novo” reordenamento do espaço em Rondônia aglutinou um grande contingente de migrantes vindos de vários estados do país à procura de terras com objetivos diversos e que, em parte, atenderam a política daquele período, no que tange à ocupação e ao desenvolvimento de sua propriedade.

Com base no desenvolvimento, inúmeras famílias agricultoras demonstraram grande capacidade de arregimentar força de trabalho e de transformar seu estabelecimento no modelo de agricultura que haviam apreendido em suas regiões de origem, marcado fortemente por traços culturais. Nessa fase, no início dos anos de 1980, houve a implementação de culturas temporárias, seguidas de algumas culturas permanentes, principalmente o café, cacau e banana e em meados dos anos 1990, a pecuária – incentivadas pelo governo, baseadas no sistema de monocultura.

No final dos anos de 1980, as unidades dos pequenos agricultores sofreram uma crise em sua produção, resultante da implantação de sistemas inadequados na manipulação do solo, de uma política pública e também de programas de desenvolvimento que potencializaram o desenvolvimento econômico ao passo em que também criaram desigualdades sociais.

Essa crise apontou indicativos para resgatar na agricultura familiar as bases de um desenvolvimento sustentável a partir do investimento endógeno, por iniciativa de grupos de famílias agricultoras que iniciaram uma agricultura alternativa.

Citamos aqui, como exemplo, as famílias dos associados da APA que trilharam por essa trajetória – em que consistiu o nosso trabalho – e que nos permitiu referendar algumas considerações.

A partir da disposição e análise dos dados, detectamos que os associados da APA apresentam grande esforço em sua unidade produtiva ao seguir os parâmetros que o desenvolvimento sustentável exige. Seus sistemas produtivos representam uma diversidade de culturas e de produção que significa uma probabilidade maior para alcançar e manter a sustentabilidade, porém não apresentam uma eficiência econômica superior em relação aos não associados da APA. Essa ineficiência econômica por parte dos associados da APA, significa que eles terão que investir em tempo maior, com o esforço de sua mão de obra para equiparar economicamente a rentabilidade com os não associados da APA. Constatamos que esse grupo associado, nessa situação, se “ampara” mutuamente porque acredita na sua forma de organização na qual foram e continuam sendo estabelecidas relações sociais de produção, eficientes e coerentes. Com princípios ligados à promoção do ser humano, esta forma de organização se constitui em prioridade para o desenvolvimento, conforme (JARA, 2001, p. 170) já que, nessa situação, é preciso conceber a qualidade dos relacionamentos não somente com vistas “à perspectiva de negócios e de rentabilidade”, mas visando associar os aspectos da cultura local, que qualifica o crescimento em qualidade de vida, criatividade e entusiasmo da própria associação.

Em relação à Eficiência Sistêmica (ecológica), os associados da APA apresentam uma maior diversificação por produto e por atividade, do que os não associados da APA, portanto apresentam coerência com os princípios de sustentabilidade. Por este motivo, sua condução em relação às atividades produtivas proporcionou uma maior equidade social. Isto significa que, na associação, se encontra um meio de promover um desenvolvimento com princípios igualitários, numa sociedade competitiva, para erradicar a pobreza e a miséria, porque estas são consequências das políticas conservadoras que estimularam políticas insustentáveis.

A agricultura familiar é a base primordial de organização nos sistemas produtivos por parte dos dois grupos, entre não associados e associados da APA. Porém, o que determina a diferença entre os dois grupos em relação ao contexto sociopolítico e econômico é a diversificação produtiva e a equidade social promovida pelos associados da APA. Essa situação justifica-se pelo fato de não encontrarmos um desequilíbrio de classes sociais nas famílias dos associados. Estas, apresentam um potencial produtivo¹³⁹ que contém elementos para a

¹³⁹ JARA, Carlos Julio (2001, p. 167) conceitua “potencial do meio rural e da agricultura familiar” como principais pressupostos para gerar oportunidades de renda e de emprego; capacidades de gestão; planejamento e administração dos estabelecimentos; a diversidade produtiva; a adoção de técnicas de recuperação e conservação da fertilidade do solo; a irrigação eficiente; o uso de sementes selecionadas; as práticas que minimizam desperdício.

construção de uma sociedade sustentável, porque são instrumentos de capacitação das comunidades rurais para suprir suas necessidades imediatas, despertar lideranças, recriando novas técnicas de manejo do solo com vistas à expansão de suas potencialidades.

Juntamente às propostas delimitadas pela APA, além do seu próprio investimento, o produtor também depende das políticas públicas. Porém, o Estado, que poderia se fazer eficiente através do financiamento de projetos – com a aplicação de cursos técnicos, treinamentos e capacitação, proporcionando novos conhecimentos aos associados e a outros grupos – tem ínfima e limitada participação e, neste caso, a situação poderá ser resolvida com ações da própria associação. Percebe-se que o ideário da sustentabilidade está pautado nos discursos políticos, que nada mais são do que um complexo jogo de interesses e relações de poder entre atores sociais que buscam influenciar o curso e a racionalidade do desenvolvimento de forma convencional.

O associados da APA, em seu processo histórico de construção social, tiveram que enfrentar um duro processo dialético entre a implementação de uma produção consistente e sustentável e os liames econômicos dos seus associados, sob a influência da *shifting cultivation* (ligada ao sistema de monocultura), das políticas estatais e da modernização da agricultura que, atualmente, ainda continua sendo ainda um desafio.

Além dessas limitações, no conjunto das atividades dos sistemas produtivos dos associados da APA estão presentes algumas tensões, como: alcançar o ideal da sustentabilidade presente nas culturas permanentes, que devem superar no valor da produção das culturas temporárias; aumentar a diversificação das culturas permanentes; viabilizar com maior rapidez a comercialização dos diversos produtos da unidade familiar e superar o abismo da ineficiência produtiva dos seus associados.

Cientes de todos os desafios, os associados da APA apresentam um modelo de sistema produtivo com tendências de desenvolvimento nos parâmetros da sustentabilidade ecológica, bem como apresentam estratégias para implantar, ampliar e renovar os sistemas produtivos com a consciência e a capacidade técnica necessárias para superar essas tensões.

Em sua estrutura os sistemas produtivos também apresentam indicativos de modelo sustentável para implementar e renovar outros sistemas produtivos, ou seja, produtores com modelos tradicionais de produção, encontram na APA subsídios e estratégias que os orientem para os princípios da sustentabilidade.

Concluimos que se faz necessária a construção de uma sociedade local sustentável e equitativa nos diversos lugares, nos pequenos municípios, cidades e área rural. Conforme Jara (2001), é preciso “uma nova ruralidade”, o que significa ter requisitos em vários aspectos

para uma nova forma de vida, de organização dos processos produtivos no estabelecimento do vínculo rural-urbano, uma nova forma de fazer política e na revalorização da democracia e no uso racional dos recursos naturais.

Por outro lado, novas pesquisas são requeridas, no que se trata dos fundamentos da dinâmica da agricultura familiar na Amazônia, especificamente na região de Rondônia, ao longo da BR-364, e adentrando o interior do estado, onde estão concentrados a maioria dos migrantes que implantaram a agricultura, fundando vilas e cidades.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.
- AGGIO, Alberto (Org.) **Gramsci, a Vitalidade de um Pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Anna Luiza de. **Colonização Dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 135 p.
- AMIN, Mário. **Mercados Emergentes e Globalização da Economia: uma nova forma de agressão colonialista disfarçada?** Papers do NAEA, Belém, n. 40, 1995.
- AMORIM, Mirtes Miriam, **Labirintos da Autonomia**. A Utopia Socialista e o Imaginário em Castoriadis, Fortaleza-CE: UFC, 1995.
- ANDERSON, A.; CLAY, Jason. (Org.) **Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis**. IIEB. São Paulo: Peirópolis, 2002.
- ANDERSON, Perry, **Afinidades Seletivas**. São Paulo: BOITEMPO, 2002.
- ARAGÓN, Luis E.; MOUGEOT, Luc J. A. (Org.). **Migrações Internas na Amazônia**. Contribuições Teóricas e Metodológicas. Belém-PA: Cadernos do NAEA 8, UFPA, NAEA, 1986.
- ARANHA, Luis V. **Aquicultura e Desenvolvimento Sustentável**. Subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira. Florianópolis-SC: UFSC, 1999.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ALTERNATIVOS - APA. **Atas das Reuniões e Assembleias**. Ouro Preto d'Oeste, 1992 a 2001.
- ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ALTERNATIVOS - APA. **Relatório Final de Implementação do Projeto: Desenvolvimento sustentável para agricultores na Amazônia Ocidental**. X Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Projetos Demonstrativos Categoria A - PD/A, Ouro Preto d'Oeste, 01/07/97 a 30/06/00.
- BLOCH, Marc. **A Terra e seus homens**. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo-SP: EDUSC, 2001.
- _____. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. São Paulo:1994
- BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- _____. **Estado, Governo, Sociedade**. Para uma teoria geral da política. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- _____. **A Teoria das Formas de Governo**. 10. ed. Brasília-DF: UNB, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- _____. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2002.
- BORN, Rubens Harry et al. **Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo: Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis. Peirópolis, 2002.

_____. **Proteção do capital social e ecológico por meio de Compensações por Serviços Ambientais (CSA)**. São Paulo-SP: Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis, Peirópolis, 2002.

BRITO, Daniel Chaves de. **A Modernização da Superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia**. Belém-PA: UFPA/NAEA/PDTU, 2001.

BRÜSEKE, Franz Josef. A Inflação do Espaço. Papers do NAEA. Belém, n. 1, 1992.

_____. **A Modernização do Colapso: A Sociedade Industrial e suas Críticas no Final do Séc. XX**. Papers do NAEA. Belém, n. 43, 1995.

BUCCI-GLUSCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

BUENO, Eni P. **Terra à Vista. Discurso de confronto: Velho e Novo Mundo**. São Paulo: Cortez, 1994.

CAMPOS, Indio. **Pequena Produção Familiar e Capitalismo: um Debate em Aberto**. Cadernos do NAEA. Belém, n. 16, 1993.

_____. **Complexos de Produção Agroindustrial e Mecanismos de Formação de Preços na Agricultura**. Papers do NAEA. Belém, n. 46, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

CARVALHO, David Ferreira. **Globalização econômica, Políticas públicas e exclusão social**. Papers do NAEA. Belém, n. 83, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Padrões de Sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável**. In: A Amazônia e a Crise da Modernização. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez/Fund. Joaquim Nabuco, 1997.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 3. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1990.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: UFPA/NAEA/Cejup, 1997.

CEPA-RO. Comissão de Planejamento Agrícola de Rondônia. **Levantamento de Subsídios para viabilizar a malha viária alimentadora**. SEPLAN/CEPA/DER-RO, 1983-1984.

CEPA-RO. Comissão de Planejamento Agrícola de Rondônia. **Informações Básicas do setor agropecuário de Rondônia**. SEPLAN/CEPA/DER-RO, outubro/1985.

CEPAMI (Org.). **Simpósio: Migração em Rondônia**. Ji-Paraná-RO: Gráfica Líder, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision.

CHAUÍ, Marilene. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: 2000.

COELHO, M.C. et all. (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**. Gestão do Desenvolvimento Regional. Belém: Cejup, 2001.

- COELHO, Maria Célia. Desenvolvimento Sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica. In: **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e Socialismo**. São Paulo: 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Boletim Informativo**. n. 10. Porto Velho. junho/2000.
- CORREA, Sílvio M. de Souza (Org.). **Capital Social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul-RS: EDUNISC, 2003.
- CORRÊA TEIXEIRA, Carlos. **Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia**. São Paulo: EDUC/FAPESO, 1999.
- COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Série Estudos SEPEQ-1/NAEA/UFPA. Belém: UFPA, 1992.
- _____. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia**. Questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: UFPA/NAEA/CEJUP. 1998.
- _____. **O Investimento na Economia Camponesa: Considerações Teóricas**. Papers do NAEA. Belém, n. 8. 1993.
- _____. **Diversidade Estrutural e Desenvolvimento Sustentável: novos supostos de política e planejamento agrícola para a Amazônia**. Papers do NAEA. Belém, n. 44. 1995.
- _____. **Formação Agropecuária da Amazônia**. Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável, Belém: NAEA/UFPA, 2000.
- _____. **Agricultura Familiar em Transformação no Nordeste Paraense**. O Caso de Capitão Poço. Belém: NAEA/UFPA, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DOUSSE, François. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável**. Origens e Perspectivas de um Novo Paradigma. 2. ed. Revisada e atualizada. Guaíba-RS: Agropecuária, 1999.
- FRANÇA, Valdo; MOREIRA, Tereza. **Agricultor Ecológico**. São Paulo: 1988.
- GADOTTI, Moacir. **Agenda Global e Carta da Terra**. In: **Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo: Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica/Vitae Civilis/Peirópolis, 2002.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GOODMAN, SORJ; WILKINSON. **Da Lavoura às Biotecnologias**. Agricultura e Indústria no Sistema Internacional. São Paulo: Campus.
- GUILLAUD, Yvan. **O Pensamento do Prof. Ignacy Sachs: de economia política ao ecodesenvolvimento**. Papers do NAEA, Belém, n. 6, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1980.

- HARDMANN, Francisco Foot. **Trem Fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HÉBETTE, Jean. **Dossiê: Seminário “Amazônia”**. Brasília: CIMI, 1986.
- HÉBETTE, Jean; MARIN, Rosa E. Acevedo. Estado e Reprodução da Estrutura Social na Fronteira: Ariquemes em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**. 30 Anos de Estudo do Campesinato na Amazônia. Volume 1. Belém: UFPA, 2004.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1994.
- IANNI, Octávio. **Colonização e Contrarreforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.
- _____. **Teorias da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- JARA, Carlos Júlio. SOUTO, Maria Verônica M. (Colaboradora). **As Dimensões Intangíveis do Desenvolvimento Sustentável**. São Luís-MA/Brasília-DF: IICA, 2001.
- KLIKSBERG, Bernardo. TOMASSINI (Comp.). **Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo**. Buenos Aires-Argentina: Banco Interamericano de Desarrollo/Fundación Felipe Herrera/Universidad de Maryland/Fondo de Cultura Económica, 2000.
- LEFF, E. **Saber ambiental**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, PNUMA, 2001.
- LEIS, Héctor Ricardo. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo/Blumenau-SC: Gaia, FURB, 1996.
- LEONARDI, Victor. **Fronteiras Amazônicas do Brasil, Saúde e História Social**. São Paulo: Marco Zero, 2000.
- LEROY, Jean Pierre. Insustentabilidade da Agricultura e insegurança alimentar. In: **Diálogos entre as esferas global e local**. São Paulo: Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica/Vitae Civilis/Peirópolis, 2002.
- LINHARES, Maria Yeda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra Prometida. Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LÊNIN, V. I. **Aos Pobres do Campo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.
- LÊNIN, V.I. **El Desarrollo del Capitalismo em Russia**. Barcelona: Ariel História.
- LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu Espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento Econômico na Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**. A questão agrária no campo. 3. ed. Revista e Aumentada. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.
- _____. **Não Há Terra Para Plantar Neste Verão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.
- MATHIS, Armin. **Políticas de desenvolvimento sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas**. Papers do NAEA. Belém, n. 111, 1998.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MENEZES, Antônio José E. A. de. et. al. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 4. n. 2. NAEA/UFPA, dezembro/2001.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e a Política Agrícola Nacional**. (versão preliminar para discussão). Brasília: dezembro, 1985.
- MORAES, Rinaldo Ribeiro. **Globalização e países emergentes: um enfoque marxiano na nova ordem do capital**. Papers do NAEA. Belém, n. 132, 2000.
- MOSER, Lilian Maria. **Os Karitiana e a Colonização Recente em Rondônia nas décadas de 1970 a 1990**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1997.
- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**. São Paulo: Vértice, 1988.
- OLIVEIRA, Nilda Nazaré P. de. et. al. **Novos Cadernos do NAEA**. v. 4. n. 1. NAEA/UFPA, junho/2001.
- PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição - Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil 1786-1888**.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. A experiência da Itália Moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 2000.
- PINTO, Emanuel Pontes. **Real Forte Príncipe da Beira: Símbolo da Conquista e Dominação do Vale do Guaporé**. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Gráficas, 1989.
- RECA – **Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado**. Informativo, 2003.
- REYDON, Bastiaan. et. al. **Reforma Agrária da Nova República**. Contradições e Alternativas. 2. ed. São Paulo: Cortez/EDUC, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SAMPAIO, Plínio. **Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.
- SANTOS, R. A. de O. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- SCHMITZ, Heribert. et. al. **Agricultura Familiar**. Pesquisa, Formação e Desenvolvimento. v. 1. n. 1. Belém: UFPA/NEAF, 1996.
- SEMCE. **Porto Velho conta a sua História**. Porto Velho: ABG, 1999.
- SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos Pioneiros: um pouco da história de Rondônia**. Porto Velho: Escopo, 1984.
- SIMÕES, Aquiles. et. al. **Agricultura Familiar**. Métodos e Experiências de Pesquisa - Desenvolvimento. Belém: UFPA/GRET/NEAF, 2001.
- SIMIONATTO, Ivete. O Social e o Político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci, a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998.
- SILVA, José Graziano da. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUSA, Raimundo Valdomiro de. **Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder**. Belém: NAEA, 2002.

SOUSA FILHO, Francisco R. de. **Política agrária brasileira na transformação do espaço da fronteira na Amazônia:** o exemplo de Rondônia. Papers do NAEA, Belém, n. 67, 1996.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Desenvolvimento Sustentável, Manejo Florestal e o uso dos Recursos Madeireiros na Amazônia Brasileira:** desafios, possibilidades e limites. Prêmio NAEA. Belém: UFPA/NAEA, 2002.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Mortos dormentes e febris. Um estudo sobre o medo, a morbidade e a morte nos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé. In: **SEMCE - Seminário sobre a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, 1999, Porto Velho. Porto Velho conta a sua história.** Porto Velho: ABG, 1999. v. 1.

TURA, Letícia R. COSTA, Francisco de A. **Campesinato e Estado na Amazônia.** Impactos do FNO no Pará. Belém. Brasília Jurídica/FASE, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL.

VIEIRA, Paulo. MAIRON, Dália. **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental.** Rumo à Interdisciplinaridade. Rio de Janeiro; Belém: APED/UFPA/NAEA, 1993.

WEID, Jean Marc von der. Proposta de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: **Diálogos entre as esferas global e local.** São Paulo: Fund. FORD/Fund. Vitória Amazônica. Vitae Civilis. Peirópolis, 2002.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia:** expansão e decadência. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

XIBERRAS, Martine. **As Teorias da Exclusão.** Para uma Construção do Imaginário do Desvio. Lisboa/Instituto Piaget, 1993.

ANEXO ESTADÍSTICO

Tabela A.1 - Ano de Chegada e de onde veio por cadastro dos não-associados da APA do período de 1972 a 2000

Ano de chegada e de onde veio – Não-APA - 1972 a 2000																									
UF	1972	1975	1976	1977	1978	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total	
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Bahia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Espírito Santo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	7
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Minas Gerais	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	7
Mato Grosso	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	3
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Paraná	0	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	0	1	3	2	1	3	1	3	1	3	4	5	2	1	0	1	1	1	2	7	7	3	1	53	

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.2 - Ano de chegada e de onde veio por cadastro dos associados da APA do período de 1972 a 2000

Ano de chegada e de onde veio - APA - 1972 a 2000																									
UF	1972	1975	1976	1977	1978	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1989	1990	1991	1992	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Total	
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Espírito Santo	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Minas Gerais	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	6
Mato Grosso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pernambuco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraná	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	5
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	1	0	0	0	0	2	1	2	2	1	3	2	1	1	1	0	0	0	0	2	5	0	0	24	

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.3 - Condição de Acesso à terra por ano de chegada e média de terra por ano dos não-associados da APA - 1972 a 2000

Condição de Acesso à Terra por Ano - Quantidade por Ha – Não-APA																											
Condição de Acesso	1975	1976	1977	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total	%	
Arrendamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,2	7,2	0,44
Compra	45,6	0	73	0	36	0	25	35	52,8	14	0	19,2	16,8	21,6	0	60	16,8	94,8	40,8	0	57,2	83	0	0	691,6	42,55	
Concessão de Uso	0	0	45	0	0	98,4	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	24	2,4	248,8	15,31	
Doação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Herança	0	9,6	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	12	0	0	67,6	0	0	0	0	0	0	101,2	6,23	
Ocupação Conflituosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	25	58	113,8	0	0	223,8	13,77	
Ocupação Pacífica	0	0	0	90	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52,5	179,89	22	0	0	344,39	21,19	
Reconhecimento de Posse	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8,4	0	0	0	0	8,4	0,52	
Total	45,6	9,6	118	90	36	98,4	25	35	114,8	14	0	19,2	16,8	21,6	12	60	43,8	162,4	40,8	85,9	324,09	218,8	24	9,6	1625,39	100	

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.4 - Condição de Acesso à terra por Ano de Chegada e média de terra por ano dos associados da APA - 1972 a 2000

Condição de Acesso à Terra por Ano - Quantidade por Ha - APA																											
Condição de Acesso	1975	1976	1977	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Total	%	
Arrendamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7,2	0	0	0	0	5	12,2	1,24	
Compra	0	0	0	52,8	0	0	100	0	28	0	0	0	13	0	0	0	28,8	31	0	0	52,8	0	100,8	0	407,2	41,46	
Concessão de Uso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Doação	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	2,44	
Herança	0	0	0	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	0	38	3,87	
Ocupação Conflituosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	0	26	2,65	
Ocupação Pacífica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	182	42	0	0	224	22,81	
Reconhecimento de Posse	0	0	0	50	0	0	0	100,8	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250,8	25,53	
Total	0	0	0	128,8	0	24	100	0	128,8	0	100	0	13	0	0	0	40,8	31	7,2	0	234,8	42	126,8	5	982,2	100	

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.5 - Área de Plantio em Ha por Ano de Plantio dos não-associados da APA - período de 1972 a 2001

Área de Plantio em Ha por Ano de Plantio - Não APA - 1972 a 2001																												
Tipo de Cultura	1972	1976	1977	1978	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total	%
Capoeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,5	0	2,5	0,16
Mata	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,3	26	0	0	0	0,03	26,33	1,69	
Olericultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0,1	0,10	0	0	0,11	1,31	0,08
Pecuária	0	0	0	0	7	0	17	10	2,4	0	13,5	4,8	20	4,8	19,2	0	30	31,4	141,6	23,5	4	14,4	83	7	62,5	12,4	508,5	32,56
Permanentes	0	6	0,52	0	0	0	0	0	0	8,30	17,64	13,95	2,47	16,21	1,07	5,08	1,57	3,83	0,911	28,51	45,74	69,53	159,01	72,95	173,64	10,12	637,06	40,79
Silvicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,16	0	0	0	0,01	0	0	0	0	0	0,17	0,011
Temporárias	5	2,41	21,5	20	1	4	1,7	0	4	5,5	2	3,4	0	9,6	6	1,32	0	10,6	2	0	14	34,72	59,87	24,85	56,90	95,72	386,08	24,72
Total	5	8,41	22,02	20	8	4	18,7	10	6,4	13,80	33,14	22,15	22,47	30,61	26,27	6,4	31,73	45,83	145,51	52,01	64,04	144,76	301,98	104,80	295,53	1443,57	1561,94	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.6 - Área de Plantio em Ha por Ano de Plantio dos associados da APA – período de 1972 a 2001

Área de Plantio em Ha por Ano de Plantio - APA - 1972 a 2001																												
Tipo de Cultura	1972	1976	1977	1978	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Total	%
Capoeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Mata	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Olericultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,7	0,25	0,0	0,95	0,13	
Pecuária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	5	25,2	0	0	0	0	8,5	13	6	0	93,6	0	36,5	12	2,5	214,3	30,05
Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29,56	0	4,01	0	11,25	0	0	5,63	20,09	11,56	48,77	58,30	77,91	45,38	40,51	4,81	357,77	50,17
Silvicultura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,000
Temporárias	0	0	0	0	3	0	0	0	0	6,30	12,68	0	0	0	0	0	2,50	0	7,50	1,5	0	12,30	3,5	17,8	45,51	27,55	140,13	19,65
Total	0	0	0	0	3	0	0	0	0	6,30	54,23	5	29,21	0	11,25	0	2,50	14,13	40,59	19,06	48,77	164,20	81,41	100,38	98,27	34,86	713,15	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.7 - Para quem os produtos foram vendidos pelos não-associados da APA e associados da APA

Para quem os produtos foram vendidos – 2001			
Não-APA e APA	Consumidor	Associação	Total
Não-APA	1535,00	910,00	2445,00
APA	2820,00	4319,00	7139,00
Total	4355,00	5229,00	9584,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.8 - Estrutura da Produção das Culturas Temporárias dos Não-Associados da APA - Ano 2000

Estrutura da Produção das Culturas Temporárias / Não-APA – Ano 2000										
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Temporárias	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	Total	%
Abóbora	25,00	0,03	0,10	0,00	24,90	0,05	1,00	0,06	249,00	3,94
Arroz	15.738,17	18,80	4.767,00	13,36	10.971,17	22,85	271,00	15,87	647,00	10,24
Batata	250,00	0,30	0,50	0,00	249,50	0,52	0,50	0,00	249,00	0,00
Farinha de Mandioca	18.492,81	22,10	1.350,00	3,78	17.142,81	35,70	43,00	2,52	468,66	7,42
Feijão	29.198,48	34,89	22.414,00	62,83	6.784,48	14,13	604,50	35,39	181,00	2,86
Inhame	112,97	0,13	-	0,00	112,97	0,24	-	0,00	140,00	2,22
Macaxeira	636,94	0,76	-	0,00	636,94	1,33	-	0,00	3.115,00	49,30
Milho	19.062,71	22,78	7.139,82	20,02	11.922,89	24,83	788,00	46,14	1.218,47	19,28
Quiabo	176,39	0,21	-	0,00	176,39	0,37	-	0,00	50,00	0,79
Total	83.693,47	100	35.671,42	100	48.022,05	100	1.708,00	100	6.318,63	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.9 - Estrutura da Produção das Culturas Temporárias dos Associados da APA no ano de 2000

Estrutura da Produção das Culturas Temporárias - APA - Ano 2000										
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Temporárias	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Abóbora	15.114,29	31,21	-	0,00	15.114,29	44,82	-	0,00	1.000,00	36,78
Arroz	5.370,10	11,09	489,00	3,33	4.881,10	14,47	55,00	9,24	302,00	11,11
Batata	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Farinha de Mandioca	4.224,00	8,72	11,00	0,07	4.213,00	12,49	0,50	0,08	191,50	7,04
Feijão	14.660,92	30,27	11.026,00	74,99	3.634,92	10,78	320,50	53,82	101,00	3,71
Inhame	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Macaxeira	118,55	0,24	-	0,00	118,55	0,35	-	0,00	600,00	22,07
Milho	8.939,38	18,46	3.178,00	21,61	5.761,38	17,08	219,50	36,86	524,50	19,29
Quiabo	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Total	48.427,23	100	14.704,00	100	33.723,23	100	595,50	100	2.719,00	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.10 - Estrutura da Produção da Pecuária dos Não-Associados da APA no ano de 2000

Estrutura da Produção da Pecuária Não-APA – Ano 2000										
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Pecuária	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Bezerra	3.060,00	1,89	3.060,00	2,18	-	0,00	18,00	0,01	-	0,00
Bezerro	8.697,00	5,38	8.297,00	5,90	400,00	1,91	38,00	0,01	2,00	0,01
Boi	12.280,00	7,60	9.580,00	6,81	2.700,00	12,86	25,00	0,01	6,00	0,02
Leite	69.172,93	42,80	63.226,00	44,96	5.946,93	28,33	342.709,00	99,61	38.421,00	98,58
Novilha	8.534,48	5,28	7.720,00	5,49	814,48	3,88	29,00	0,01	4,00	0,01
Queijo	4.005,00	2,48	2.700,00	1,92	1.305,00	6,22	1.080,00	0,31	455,00	1,17
Requeijão	1.320,00	0,82	-	0,00	1.320,00	6,29	-	0,00	60,00	0,15
Vaca	54.538,75	33,75	46.037,00	32,74	8.501,75	40,51	143,10	0,04	25,90	0,07
Total	161.608,16	100,00	140.620,00	100,00	20.988,16	100,00	344.042,10	100,00	38.973,90	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.11 - Estrutura da Produção da Pecuária dos associados da APA no ano 2000

Estrutura da Produção da Pecuária – APA – Ano 2000										
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor Autoconsumo		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Pecuária	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Bezerra	850,00	2,16	850,00	2,58	-	0,00	6,00	0,01	6,00	0,00
Bezerro	5.950,00	15,15	5.950,00	18,04	-	0,00	26,00	0,02	26,00	0,02
Boi	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Leite	20.641,94	52,57	16.503,70	50,03	4.138,24	65,89	113.255,00	99,36	141.987,00	99,40
Novilha	3.066,00	7,81	1.866,00	5,66	1.200,00	19,11	9,00	0,01	15,00	0,01
Queijo	2.092,45	5,33	2.011,50	6,10	80,95	0,81	670,50	0,59	707,00	0,49
Requeijão	133,06	0,34	-	0,00	133,06	2,12	-	0,00	82,00	0,06
Vaca	6.532,00	16,64	5.804,00	17,60	728,00	11,59	16,00	0,01	18,00	0,01
Total	39.265,46	100,00	32.985,20	100,00	6.280,26	100,00	113.982,50	100,00	142.841,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.12 - Estrutura da Produção da Pequena Criação dos não-associados da APA no ano de 2000

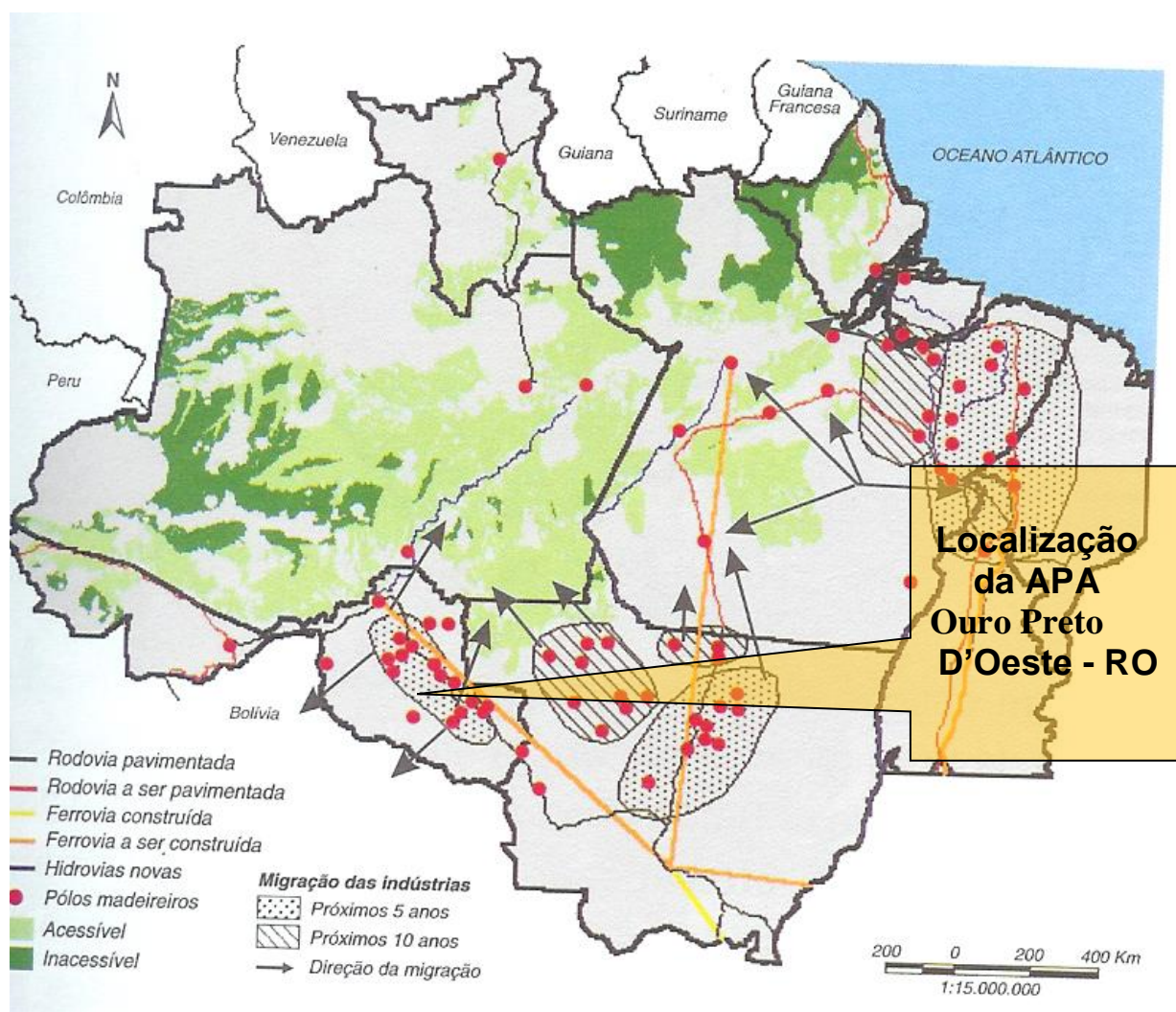
Estrutura da Produção da Pequena Criação / Não-APA – Ano 2000												
Valor Bruto da Produção			Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Produzida		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo	
Criação	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Capota	20,00	0,07	4,00	0,07	16,00	0,07	5,00	0,01	1,00	0,01	4,00	0,01
Frango de Granja	3.127,91	11,06	637,00	11,45	2.490,91	10,96	697,00	1,27	141,00	0,84	556,00	1,46
Galinha Caipira	11.393,65	40,27	1.911,50	34,37	9.482,15	41,72	3.198,00	5,82	533,00	3,17	2.665,00	6,98
Mel	344,24	1,22	200,00	3,60	144,24	0,63	38,00	0,07	20,00	0,12	18,00	0,05
Ovo	6.655,74	23,53	2.109,00	37,92	4.546,74	20,00	50.867,00	92,54	16.080,00	95,71	34.787,00	91,14
Pato	92,19	0,33	40,00	0,72	52,19	0,23	40,00	0,07	20,00	0,12	20,00	0,05
Peru	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Porco	6.658,09	23,53	660,00	11,87	5.998,09	26,39	125,00	0,23	5,00	0,03	120,00	0,31
Total	28.291,83	100	5.561,50	100	22.730,33	100	54.970,00	100	16.800,00	100	38.170,00	100

Fonte: Pesquisa de Campo (2001)

Tabela A.13 - Estrutura da Produção da Pequena Criação dos associados da APA no ano 2000

Estrutura da Pequena Criação – APA – Ano 2000													
Criação	Valor Bruto de Produção – 2000		Valor da Venda		Valor do Autoconsumo		Quantidade Produzida		Quantidade Vendida		Quant. Autoconsumo		
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	Total	%	
Capota	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,00	0,01
Frango de Granja	514,00	3,26	177,50	2,34	336,50	4,12	131,00	0,80	45,00	3,08	556,00	1,46	
Galinha Caipira	4.504,18	28,61	843,50	11,13	3.660,68	44,80	1.252,00	7,63	234,00	16,04	2.665,00	6,98	
Mel	6.200,00	39,37	5.579,00	73,64	621,00	7,60	1.030,00	6,28	917,00	62,85	18,00	0,05	
Ovo	1.702,91	10,81	40,80	0,54	1.662,11	20,34	13.912,00	84,82	240,00	16,45	34.787,00	91,14	
Pato	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,00	0,05	
Peru	7,08	0,04	-	-	7,08	-	2,00	-	-	-	-	0	
Porco	2.817,92	17,90	935,00	12,34	1.882,92	23,05	75,00	0,46	23,00	1,58	120,00	0,31	
Total	15.746,09	100,00	7.575,80	100,00	8.170,29	100,00	16.402,00	100,00	1.459,00	100,00	38.170,00	100	

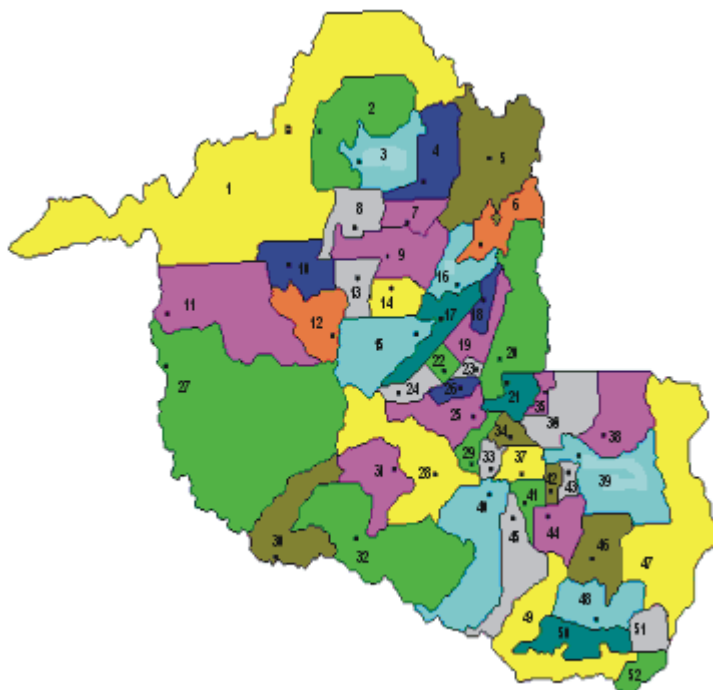
Fonte: Pesquisa de Campo (2001)



APA | ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ALTERNATIVOS

Mapa: Eugenio Arima. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. MMA, 2001. p. 271. In: Projeto: Terra, água e cidadania (APA 2004).

Mapa de Rondônia com a localização dos 52 municípios e 08 Distritos do Estado



Legenda:

1 - Porto Velho 1.1 - Extrema	14 - Cacaulândia	27 - Guajará Mirim	40 - Alta Floresta
2 - Candeias do Jamari	15 - Gov. Jorge Teixeira	28 - São Miguel do Guaporé	41 - Santa Luzia do Oeste
3 - Itapuã do Oeste	16- Theobroma	29 - Nova Brasilândia do Oeste	42 - São Felipe do Oeste
4 - Cujubim	17- Jaru 17.1 - Tarilândia	30 - Costa Marques	43 - Primavera do Oeste
5 - Machadinho do Oeste	18 - Vale do Paraíso	31 - Seringueiras	44 - Parecis
6 - Vale do Anari	19 - Ouro Preto do Oeste 19.1 - Rondonias	32 - São Francisco do Guaporé	45 - Alto Alegre dos Parecis

7 - Rio Crespo	20 - Ji-Paraná 20.1 - Nova Colina 20.2 - Nova Londrina	33 - Novo Horizonte	46 - Chupinguaia
8 - Alto Paraíso	21- Presidente Médici 21.1 - E. Rondônia 21.2 - N. Riachuelo	34 - Castanheiras	47 - Vilhena
9 - Ariquemes	22 - Nova União	35 - Ministro Andreazza	48 - Corumbiara
10 - Buritis	23 - Teixeiraópolis	36 - Cacoal	49 - Cerejeiras
11- Nova Mamoré	24 - Mirante da Serra	37 - Rolim de Moura	50 - Pimenteiras do Oeste
12 - Campo N. de Rondônia	25 - Alvorada do Oeste 25.1 - Tancredópolis	38 - Espigão do Oeste	51 - Colorado do Oeste
13 - Monte Negro	26 - Urupá	39 - Pimenta Bueno	52 - Cabixi

Fonte: Produção da Pecuária Municipal - 2000 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/EMATER-RO.